

CYRO ROCHA

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Brasil

A HISTÓRIA E OS COMPÊNDIOS DE HISTÓRIA

*Tese de concurso à 2a. Cadeira de HISTÓRIA
GERAL do Colégio Estadual Moreira e Silva –
Instituto de Educação do Estado de Alagoas.*

Ensaio sôbre a deformação da História no livro didático

MACEIÓ – ALAGOAS – BRASIL

1962

CYRO ROCHA

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Brasil

992

A HISTÓRIA E OS COMPÊNDIOS DE HISTÓRIA

*Tese de concurso à 2a. Cadeira de HISTÓRIA
GERAL do Colégio Estadual Moreira e Silva –
Instituto de Educação do Estado de Alagoas.*

Ensaio sôbre a deformação da História no livro didático

MACEIÓ – ALAGOAS – BRASIL

1962

TITULOS E DIPLOMAS

do autor

CYRO Casado ROCHA

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (D. F.)

Juiz Auditor da Justiça Militar do Estado de Alagoas

Curso de “English language and Social Customs” – U.S.A

Curso de Língua Inglesa

Curso de Literatura norte-americana

Curso de Metodologia do Inglês

Curso de Suficiência de História Geral (M.E.C.)

Curso de Suficiência da História do Brasil (M.E.C.)

Curso de Oficial da Reserva do Exército Brasileiro

Curso de Desenvolvimento Econômico (CEPAL – ONU – Sudene)

Membro Titular do 1º Congresso de Direito Penal Militar

Membro do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

Membro da Comissão de Reestruturação de Cargos Públicos

Membro da Associação Alagoana de Imprensa

Consultor Jurídico da Federação Alagoana de Servidores Públicos

Defensor Público, estagiário, da 17.ª Vara Criminal (D.F.)

Diretor da Divisão do Pessoal do Dep. Est. Serv. Público

Diretor Geral do Dep. do Serviço Público

Secretário da Inspeção de Estatística Municipal (I.B.G.E.)

Prof. de História Geral do Instituto de Educação de Alagoas

Professor de Inglês do I. E. de Alagoas

Professor, substituto, de História do Brasil do I. E. A.

Professor de Direito Penal do Curso de Form. Of. da Pol. Militar.

Professor de Direito Constitucional do C. F. O. da P. M. Al.

Professor de Inglês do Instituto Brasil – Estados Unidos (Al.)

Professor de Direito Constitucional e Trabalhista da 1ª turma de Assistentes Sociais da Cruz Vermelha, em Alagoas.

Diretor dos Cursos e Fundador do Instituto Brasil – EE. UU.

Aluno do 3º ano da Faculdade de Economia da Univ. de Alagoas.

OFERECIMENTOS

E

HOMENAGENS

Á meu Pai

PEDRO DE OLIVEIRA ROCHA

que me ensinou o amôr à vontade,

a quem tudo devo.

A minha Mãe

ALAYDE CASADO ROCHA

por sua bondade e dedicação

Áo meu bisavô materno

ANTONIO SCIPIÃO DA SILVA JUCÁ,

inteligência rara e intímato

lutador contra o obscurantismo.

A minha avó materna

ADÉLIA JUCÁ CASADO LIMA,

por ter despertado em mim

o gosto pelos estudos.

À ilustre

CONGREGAÇÃO DOS IRMÃO MARISTAS

e especialmente aos Irmãos do

COLÉGIO DIOCESANO

de Maceió, por terem despertado em seu espírito de adolescente

o interêsse pelos problemas sociais.

As minhas primeiras mestras

DAVINA MACIEL

MAROCAS AMBRÓSIO e

FLORA CORRÊIA VALENTE

que puzeram o ABC em minhas mãos.

A minha espôsa

ENEIDA MARIA

por seu estímulo e compreensão.

Aos meus filhinhos

PEDRO

ROSALVO

e EURIDICE

alegria de minha vida e incentivo constante em minha luta

por um mundo melhor.

Ao ex-governador de Alagoas

Sebastião Marinho MUNIZ FALCÃO

pela oportunidade que tive de ingressar no Magistério
e pelo incentivo à educação neste Estado.

À Inspetora Seccional (M. E. C.) D. PAULA Moacyr OEST

por sua dedicação à causa do ensino.

Ao Professor

REYNALDO Carlos de Carvalho GAMA

que me deu a honra de indicar-me
para substituí-lo na Cátedra.

Ao Secretário da Educação

DERALDO de Souza CAMPOS

por sua resistência às perseguições políticas
contra os professores.

Ao mais distinto aluno da Escola Militar

LUIZ CARLOS PRESTES,

marxista teórico e prático, vítima de infindáveis calúnias, pelo muito que tem lutado e sofrido em prol da educação revolucionária do povo brasileiro, pela libertação econômica de nossa Pátria e pela grandeza do Brasil.

Ao líder máximo do povo cubano,

FIDEL CASTRO RUZ

educador revolucionário das massas espoliadas, e a todos que lutaram pela libertação de Cuba.

- Durante o “Año de La Educacion” livram a pátria da chaga do analfabetismo:

- “Pero ya el maestro no tiene que buscar influencias políticas; ya el maestro no necesita padrino; ya ho hay discriminación ni privilegios en el trabajo del maestro. Y la Revolución no sólo dio empleo a aquellos diez mil maestros, sino la Revolución, a la vez que resolvía este problema... ha creado dos mil quinientos maestros más para enseñar en las montañas, es decir, ha creado, ha preparado dos mil quinientos maestros más. Pero la Revolución tiene un deber, a veces difícil, o, mejor dicho, duro de cumplir. La Revolución tiene el deber de buscar soluciones verdaderas a los problemas; la Revolución tiene el deber de liquidar todo lo que el pasado nos dejó torcido o insuficiente. Aunque cumplir el deber muchas veces lesione intereses; aunque cumplir muchas veces a nosotros; lo que cumplimos honradamente, nos granjee enemigos y antipatía”.

“Algunas de nuestras medidas revolucionarias no gustan; algunos de los proyectos de la Revolución no gustan. No gustan a determinados sectores e no gustan a determinados intereses”. (Palavras do Dr. Fidel Castro no ato de graduação da 2a. turma de professores voluntários das Brigadas contra o Analfabetismo, na CTC. Havana. Cuba).

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho pode ser apreciado sob dois aspectos: como tese para ser defendida em concurso ou como uma declaração de princípios.

No primeiro caso terá todos os defeitos daquilo que se faz sem gosto, sem inspiração, por imposição de terceiro, para atender às exigências da lei e aos ditames imperiosos da luta pela vida.

Como declaração de princípios talvez tenha o mérito da sinceridade. Não procurará o autor esconder nas entrelinhas o fio orientador do seu pensamento, para evitar as censuras, os choques ou as reprimendas. É seu desejo ser claro e incisivo ao declarar suas convicções filosóficas.

Por isso o leitor não terá dificuldade em verificar logo que o autor é partidário do materialismo dialético que, aplicado ao estudo dos problemas sociais, constitui o Materialismo Histórico, na sua forma mais evoluída, o marxismo-leninismo. É um direito que lhe assiste como cidadão brasileiro, estando expressamente assegurado pelo art. 141, § 5º da Constituição Federal vigente.

É aí que cabe uma pergunta e uma explicação: por que foi o autor adotar os princípios do materialismo histórico, quando há milhares de outras concepções filosóficas mais *vantajosas*, mais *cômodas*, de mais futuro, capazes de assegurar o *êxito* na *vida* aos seus defensores, por mais broncos que sejam?

E a resposta é dada pela própria História que guarda desde os tempos mais recuados o nome das vítimas do preconceito e da ignorância, sacrificadas por terem tido a coragem de defender suas idéias contra as dominantes, em tôdas as épocas e em tôdas as ocasiões.

Ontem, era Engels quem dizia: “Não se pode negar: o estrangeiro culto que, em meados do século residia na Inglaterra, ficava estupefacto por ser obrigado a inclinar-se diante da estupidez e da beatice religiosa da *respeitavel* classe média inglêsa. Éramos nessa época todos materialistas ou pelo menos livres-pensadores muito avançados; era para nós inconcebível que quase tôdas as pessoas instruidas pudessem dar crédito a tôdas as espécies de milagres impossíveis e até geólogos, como Buckland e Mantell, torcessem os dados da ciência para não ficarem em contradição com os mitos da gênese; para encontrar homens intelectualmente ousados em matéria religiosa era preciso procurar entre os iletrados, os *great-unwashed*, como eram chamados especialmente os socialistas owenistas”. ¹(1)

Hoje, não é muito diferente a situação da intelectualidade, no mundo ocidental e cristão: “Dentro de la sociedad burguesa, con todas las condiciones que en ella imperan, solo los científicos más intrépidos y conseqüentes se declaran partidários del materialismo filosófico. La mayoría de ellos se encuentran bajo una presión tan intensa de la ideologia oficial, de la doctrina de la Iglesia y de la filosofia idealista, de todo el ambiente de la sociedad burguesa, que no deciden a manifestar su materialismo, vacilan y a menudo se dicen idealistas, aunque, por el caracter mismo de sus investigaciones, professan en el fondo ideas materialistas”. ²(2)

(*) – Vem muito a propósito a seguinte notícia publicada no Jornal de Alagoas do dia 13 de setembro de 1953:

“DE EURYALO CANABRAVA A SILVIO DE MACEDO

O escritor Euríalo Canabrava, professor catedrático do Colégio Pedro II, e nome de projeção internacional no terreno especulativo, endereçou ao professor Silvio de Macedo a seguinte expressiva carta, que transcrevemos:

Rio de Janeiro, 2 – 2 – 53.

Caro Senhor Silvio de Macedo

Recebi sua monografia sobre Filosofia da Linguagem e o artigo publicado no Jornal de Alagoas sobre minha po-

¹ - Friederich Engels. **Socialismo Otópico e Socialismo Científico**. Atena Editora. São Paulo. Pag. 24

² Otto Kuusinen e outros. **Manual de Marxismo-Leninismo**, pag. 30. Editorial Grijarbo, México. 1960.

sição especulativa. Lí com o maior interêsse ambos os trabalhos, apreciando sua erudição e seu pendor pelos temas da filosofia científica.

Felicito-o por ter conseguido se libertar do fanatismo religioso que vem corrompendo tantas vocações neste país. É necessário possuir fundo heróico para resistir à compressão do sectarismo espiritualista que se tem manifestado entre nós, de forma tão agressiva, sobretudo no círculo dos intelectuais.

Espero enviar-lhe em breve dois trabalhos meus. Aguardo suas notícias,

Seu amigo e admirador,
(ass.) Euryalo Canabrava.

Mas como o homem é um sêr racional, dotado de inteligencia, capaz de por em dúvida a própria experiência, nem sempre está disposto a aceitar como verdade tudo quanto lhe dizem. Daí o paradoxo de funcionar a ideologia oficial como incitadora do desejo de conhecer o marxismo.

Foi o que se deu com o autor. Nascido no seio de uma família próspera da classe média, vivendo no ambiente agitado do Nordeste, recebeu a melhor educação que seus pais poderiam lhe dar, frequentando colégios religiosos da confissão dominante no meio social, recebendo nessas condições a mais intensa doutrinação da ideologia dominante.

Na década de trinta fez o curso primário e o secundário, no tradicional Colégio Diocesano, dirigido pelos Irmãos Maristas, onde procurou absorver o mais possível os ensinamentos que lhe eram ministrados, inclusive a prática piedosa da religião católica e os conselhos do anti-comunismo, que eram a tôda hora inculcados por seus mestres.

Já em pela adolescência, rebentou a Guerra da Espanha como era denominada a insurreição de Franco contra o Govêrno Republicano. O Colégio Diocesano estava repleto de irmãos estrangeiros, principalmente portugueses e espanhóis. O Integralismo – fracção cabocla do nazi-facismo no Brasil – estava em plena arrogância. Alguns dos irmãos, os brasileiros, usavam um broche com o sigma, e os outros deviam trazê-lo no coração.

A juventude daquela época era por todos os modos atraída

para às hostes integralistas, que realizavam vistosas paradas, desfiles esportivos, competições atléticas e outros meios de despertar o interesse da mocidade. Inúmeros estudantes do Diocesano, filhos de famílias abastadas, eram membros do partido do sigma.

Um dia o autor foi convidado por um colega para fazer parte da agremiação, o qual indicou logo as vantagens da prática dos esportes. Como filho obediente, o autor consultou o Pai, ou melhor, pediu-lhe a devida permissão. O resultado foi um grande “esbregue”, acompanhado de algumas explicações mais ou menos confusas, identificando o integralismo com o comunismo. “Se quiser praticar esportes, vá para o C. R. B.!”³(*) foi a ordem final.

É preciso dizer que o Pai do autor era um comerciante próspero, profundamente conservador, liberal democrata convicto que tanto antipatizava o comunismo quanto o integralismo. Todavia do ambiente doméstico privavam, em raras visitas, alguns cidadãos eminentes e tidos como partidários do “credo vermelho”. Eram homens de bem, intelectuais, e por esse motivo suas tendências políticas eram apresentadas como simples manifestações literárias... ou mesmo exquisiteces próprias das pessoas muito cultas.

Foi nessas circunstâncias que o convite do colega provocou uma séria perturbação no espírito do autor. Quem estaria então com a verdade? O Pai, cuja formação moral e caráter ilibado o filho jamais poria em dúvida, quem lhe havia sempre ensinado o amor à verdade? Ou os mestres, a quem o jovem estudante se acostumara a ouvir com todo respeito e a acreditar nas suas palavras?

O comunismo era uma “coisa ruim, péssima, inventada pelo diabo para desencaminhar as almas”, dizia-se no colégio. Dia e noite, meses e meses, anos a fio, não se cansavam os irmãos maristas de profligar a “seita nefanda”... de contar detalhadamente a série de atrocidades, os incêndios de igrejas, os assaltos aos conventos, o assassinio de padres e freiras, a violação carnal das noviças e das jovens espanholas indefesas, tudo enfim que se possa imaginar de mais execrável era atribuído aos “comunistas” da Espanha.

E como podia meu Pai – que era incapaz de faltar à verdade – dizer que comunismo e integralismo eram a mesma coisa? E os irmãos não eram integralistas? E não defendiam

³ - C.R.B. – Iniciais do Clube de Regatas Brasil, de Maceió

tanto Franco? E não diziam que a salvação do povo espanhol estava a depender da vitória das tropas franquistas? E nós não rezávamos todos os dias para que isso acontecesse logo?

Surge, assim, uma confusão terrível na cabeça do adolescente. O choque entre as opiniões de duas autoridades que não podiam ser postas em dúvida. Onde estava a verdade – A timidez natural do menino não permitia formular a pergunta que lhe torturava a mente. Mas ansiava por dissipá-la, tê-la respondida, esclarecer-se, enfim.

Porém, não desejando afrontar a decepção íntima que sentiria se derrubasse algum dos seus deuses de barro, o adolescente preferiu optar por uma terceira posição – mais trabalhosa, mais difícil, todavia mais diplomática e de resultados mais seguros. Decidiu-se a prestar mais atenção aos fatos relacionados com êsses assuntos; ler mais os jornais, comparar informações, escutar com mais atenção as conversas dos adultos quando falassem sobre êsse tema.

E, assim, começou uma longa história que ainda está em plena marcha. O amor à verdade, o desejo de ser autêntico, os sentimentos de caridade e de fraternidade que lhe ensinaram nos bancos escolares, a vontade de compreender o mundo, levaram o autor a encontrar-se com Marx, Engels, Lênin, Stalin e tantos outros filósofos, pensadores, políticos, sociólogos, pedagogos e revolucionários de todos os matizes, que juntando a teoria à prática, deram e continuam dando o melhor dos seus esforços, todo o ardor de seu idealismo materialista, no sentido de conhecer o mundo e transformá-lo em algo realmente digno de ser a habitação do homem.

Isso que se passou com o autor há um quarto de século deve estar ocorrendo com muito maior frequência nos dias presentes, quando por toda parte milhões de criaturas se voltam para as idéias libertadoras do socialismo científico. A mocidade é parte magna dessa grande marcha desassombrada para o futuro. Não se pode deter as rodas da História.

Maceió, 13 de dezembro de 1961.

Cyro Casado Rocha.

^a Parte

INTRODUÇÃO

- Capítulo I –

O MATERIALISMO DIALÉTICO: GNOSEOLOGIA MARXISTA

Evidentemente não cabe nos limites deste trabalho fazer a justificação teórica do materialismo dialético, como forma superior e científica da tendência materialista em filosofia, pois além de o assunto já ter sido exaustivamente tratado pelos clássicos do marxismo, sua fundamentação continua de pé, não obstante a copiosa literatura dos refutadores de Marx.

Todavia, como é generalizado em nosso meio o desconhecimento da filosofia marxista-lenista, convém fazer algumas afirmações no sentido de mostrá-la, sob seus dois aspectos: o materialismo dialético e o materialismo histórico.

O materialismo dialético é a concepção do mundo que estuda a natureza, a sociedade e o pensamento por meio do método dialético, que é a lógica do marxismo, em frontal oposição à lógica formal e metafísica, aristotélica ou kantiana, que rompe as ligações naturais entre o mundo objetivo e o pensamento. Sem negar a lógica formal, depois de expurgá-la de suas impurezas escolásticas e idealistas, reconhece o seu valor apenas para o estabelecimento das regras elementares do conhecimento científico.

Enquanto a lógica formal encara os fenômenos e os objetos independentemente de suas ligações íntimas e recíprocas, que unem uns aos outros indissolavelmente, a lógica dialética leva

em conta o desenvolvimento, as mudanças, as transformações e as contradições internas, em suma, aprecia e investiga os objetos, o mundo e as idéias em seu constante e eterno “devenir”.

Em contraste com a visão imovel e imutavel da lógica formal, a dialética compreende o mundo em seus movimentos, desde o infinitamente pequeno ao infinitamente grande, tornando-se, dessa forma, um instrumento poderoso da investigação científica.

Apreciando êsses aspectos, Engels, numa das obras fundamentais do pensamento marxista, diz:

- “C’ dire qu’on voulut concevoir le monde réel – nature et histoire – tel qu’il se presente à quiconque l’aborde sans lubies idealistes preconlues; on voulut sacrifier impitoyablement toute lubie idéaliste, inconcialiable avec les faits considérés dans leur relations propres, et non dans des rapptsorst fantastiques. Et Le matérialisme ne signifie vraiment rien de plus”. (3)⁴

Seguindo o texto dos clássicos do marxismo, chega-se logo à conclusão de que o materialismo dialético não é nenhuma criação cerebrina, fantástica, fruto da inteligência privilegiada de algum gênio matreiro, e sim o resultado do desenvolvimento das ciências, do progresso de um modo geral. Propõe-se a investigar o mundo objetivo sem nada lhe acrescentar, nem subtrair, simplesmente constatando o que de fato existe e é perceptível pelo homem. E, para êsse fim, o seu método é a dialética de Hegel – mas, com a cabeça para cima e os pés firmados no chão.

- C’ était bien pour la première fois qu’on prenait au sérieux la conception matérialiste du monde, qu’on l’appliquait d’une façon consequente à tous les domaines Du savoir, tout au moins dans ses grandes lignes”.

Hegel ne fut pás simplement mis de coté; on s’attache au constraire à l’aspect révolucionnaire développé plus haut de sa doctrine, à la methode dia-

⁴ Friedrich Engels, in << Ludwig Feuerbah et la Fin de la Philosophie Classique Allemande>>, pag. 45 e seguintes. Editions en Langues Étrangères. Moscou, 1946.

lectique. Mais sous sa forme hégélienne, cette méthode était inutilisable. Chez Hegel, la dialectique est l'Idée se développant elle-même. L'idée absolue non seulement existe – on ne sait où – de toute éternité, mais elle est encore la véritable âme vivante du monde existant. Elle se développe pour venir à elle-même à travers toutes les phases préliminaires, longuement traitées dans la *Logique* et toutes incluses dans l'Idée. Puis elle "s'aliène" en se transformant en la nature, ou sans avoir conscience d'elle-même, déguisée en nécessité naturelle, elle passe par une nouvelle évolution et revient finalement à la conscience d'elle-même dans l'homme: cette conscience d'elle-même se forme à son tour dans l'histoire en partant de la matière brute jusqu'à ce qu'enfin l'Idée absolue revienne complètement à elle-même dans la philosophie de Hegel". (4)

"Le développement dialectique que se manifeste dans la nature et dans l'histoire, c'est-à-dire l'enchaînement causal du progrès s'imposant de l'inférieur au supérieur à travers tous les mouvements en zigzag et tous les reculs momentanés, n'est donc, chez Hegel, que le claque du mouvement spontané de l'Idée se poursuivant de toute éternité, on ne sait où, mais, en tout cas, indépendamment de tout cerveau humain pensant *C'était cette altération idéologique qu'il s'agissait s'écarter.* (4)⁵

E foi essa empreza, gigantesca de pôr a dialética hegeliana sobre os próprios pés, que se entregaram Marx e Engels. Trabalharam juntos, inseparavelmente, infatigavelmente, numa união fraternal que supera tudo que sobre a amizade possa ter produzido a inteligência humana, como certa vez afirmou Lênin. Tão estreita foi essa colaboração que praticamente não se sabe, não se pode distinguir, o que foi o trabalho de um ou do outro.

A esse respeito, e para dar uma ideia da elevada formação moral dos criados do materialismo dialético, convém lembrar uma afirmativa de Engels, feita numa nota de pé-de-página dessa mesma obra que acabamos de transcrever alguns trechos. É a seguinte:

⁵ Idem.

“Qu’en me permette lei une explication persomelle. Ou a fait récemment maiute atlluston à la partque j’ai prise à l’élaboration de cette theorie, et e’xst pourquel jê ne puis me despenser de dire lei quelques mots pour fiair em sur CE point. Jê ne puis nier d’avoir pris une certaine part independante, avante r pendant à l’élaboration de quarante anées avec Marx, tant théorie. Mais Ja plus grande partie des idées directrices fondamentales, particulièrement dans luer nette for, mulation définitive, cont dues à Marx. Ce que f’y ai apportè – l exception, peut-être, de quelques branches spéciales – *Marx aurait pu faire sans moi. Mais oque Marc a fait jê n’aurais pas pu le faire.* Marx nous dépassait tous, Il voyait plus loin, plus grand et plus vite que nous tous. Marx était un genie, nous autres, tout au plus, des talents. Sans lui, la théorie serait bien loin de ce qu’elle est aujourd’hui. C’est pouquoi elle porte à juste titre son nom”. (5)⁶

Seguindo a tradição materialista, Marx e Engels reformularam a dialética hegeliana, considerando as idéias como o reflexo dos objectos do mundo real no cérebro, e não que os objectos eram o reflexo no mundo de tal ou qual grau de desenvolvimento da Idéia absoluta. Dessa forma a dialética foi conduzida a sua verdadeira posição de ciência das leis mais gerais do movimento, não só do mundo exterior, da natureza, como do conhecimento humano, do pensamento.

Surgiram dêsse modo duas séries de leis idênticas, mas aparentando diferenças em vista da diversidade aos seus campos de aplicação. Enquanto no cérebro humano elas são aplicadas conscientemente, em a natureza elas agem inconscientemente, o mesmo se dando em grande parte na própria história, onde elas atuam sob a forma de necessidade exterior, por meio de uma sequência de acontecimentos aparentemente fortuitos, casuais.

Partindo dessa constatação, não foi difícil chegar à evidência de que a dialética do pensamento nada mais é do que o reflexo consciente do mundo real. Nisso consistiu a grande

⁶ - Ibidem.

contribuição do marxismo à teoria do conhecimento. Resolveu de maneira consequente, cabal e materialista o problema número um da filosofia, o das relações entre o ser e a consciência.

E mais uma vez na história da ciência se repetiu o fato já tantas vezes verificado de chegarem vários investigadores aos mesmos resultados, sem que nenhum soubesse das atividades dos outros, sem qualquer troca de experiências e muito menos uma prévia combinação. A evolução dos conhecimentos científicos tem nisso qualquer coisa que lembra as árvores carregadas de frutos, que ao sazouarem podem ser colhidos ao mesmo tempo por todos que dela se aproximem.

Quando Marx e Engels começaram suas investigações, a árvore da ciência estava com os frutos do materialismo dialético quase maduros e, assim, foram colhidos não somente por êsse dois gigantes do pensamento, mas também por um brilhante estudioso, igualmente alemão, o operário Joseph Dietzgen (1828-1888).

Referindo-se a essa coincidência, diz Engels, na obra citada:

“Et cette dialectique matérialiste, qui était depuis des années notre meilleur instrument de travail et notre arme la plus acérée, fut, chose remarquable, découverte non seulement par nous, mais derechef, indépendamment de nous et même de Hegel, par un ouvrier allemand, Joseph Dietzgen.” (5 – A)

Dai em diante, a concepção do mundo como um conjunto de coisas perfeitas e acabadas, imutáveis, foi cedendo lugar à nova concepção dialética de *processus*. Mas, como adverte Engels, uma coisa é a adoção em palavras, e outra é a aplicação à realidade, em todos os domínios da investigação. Nessas condições, seguindo os princípios da dialética, desaparece a necessidade das soluções definitivas e das verdades eternas. O conhecimento adquire consciência de suas próprias limitações, subordinadas estas às circunstâncias que o cercam.

Perdem seu prestígio as antinomias irredutíveis da velha metafísica. O verdadeiro e o falso, o bem e o mal, o idêntico e o diferente, o necessário e o fortuito passam a ter um valor relativo. Começa-se a compreender que as coisas não podem ser apreciadas sob um critério absoluto – sim, sim, não, não – pois o que hoje se considera verdadeiro, pode muito bem ter suas falhas, seus defeitos que poderão surgir mais nítidos ama-

nhã. Nada é inteiramente uma coisa, com absoluta exclusão do demais. Pelo contrário, as características mais opostas se interpenetram, se completam e dissociam, sendo muitas vezes difícil dizer onde fica a linha de separação entre os contrários.

E o povo na sua sabedoria materialista instintiva, já não havia consagrado, há muito tempo, êsse princípio, no adágio que reconhece “não há um mal que não traga um bem”?

Dessa forma, o marxismo pôs fim à separação entre a teoria do ser e a do conhecimento, das leis do pensamento, desfazendo, assim, o que era um traço característico da filosofia burguesa.

“Lenin subraya que la dialéctica, la lógica y la teoría del conocimiento, representan una sola y misma cosa, pues lógica no puede crear leyes del pensamiento que no concuerden con las leyes del propio ser. La dialéctica materialista que pone en claro las leyes más generales del desarrollo de la naturaleza y de la sociedad, es el mismo tiempo, la lógica superior del pensamiento. Las leyes de la dialéctica son también las leyes del pensamiento. La dialéctica subjetiva expresa la dialéctica objetiva. Por eso la lógica dialéctica establece como principio esencial que los conceptos y las categorías no son creaciones del hombre, sino reflexos de las leyes objetivas del desarrollo de la naturaleza y de la sociedad.” (6)⁷

Nessas condições, a mobilidade, as ligações recíprocas, a flexibilidade e a interação passam a ser características essenciais dos conceitos e das categorias da lógica a fim de representar os fenômenos que refletem, o “devenir” da natureza do mundo exterior.

O que distingue a lógica dialética das demais teorias lógicas de fundo idealista e metafísico é a escolha da prática como critério valorativo dos conceitos e categorias. E por essa razão a lógica dialética é irrefutável, porque expressa a lógica objetiva do desenvolvimento da própria vida.

Mas para que o homem chegasse até êsse ponto, à descoberta das leis superiores do pensamento, foi preciso percorrer

⁷ - M. Rosental y P. Iudin. - <<Diccionario Filosófico Abreviado>> Ediciones Pueblos Unidos. Uruguay, pag. 298, verbete <<Lógica>>.

um longo caminho, cheio de sacrifícios, de escolhas e de imprevistos, passando inclusive pelo velho modo de pensar, a que Hegel chamou de “metafísica”.

“Il fallait d’abord étudier les choses avant de pouvoir étudier des processus. Il fallait d’abord savoir ce qu’était telle ou telle chose avant de pouvoir observer les modifications qui s’opèrent en elle. Et il fuit ainsi dans les sciences naturelles.” (7)⁸

A concepção estática do mundo, que era uma das características da antiga metafísica, nada mais era do que a transplantação para o domínio do pensamento daquela visão também estática da natureza proporcionada pela ciência da época. Quando porém o progresso científico tornou possível o estudo sistemático das modificações sofridas pelas coisas na próprias natureza, como diz Engels, “tocou o dobre de finados da metafísica”.

A ciência deixa de ser *acumulação* para ser *classificação*. Preocupada com o *processus*, estuda a origem e a evolução dos seres, procurando descobrir o nexos comum que une a todos. Assim, surge a fisiologia que estuda as funções no organismo vegetal e no animal; a embriologia, que estuda o desenvolvimento de cada organismo desde o embrião até o nascimento; e a geologia que desvenda os “mistérios” da formação da crosta terrestre. São tôdas filhas do século XIX.

Além do progresso geral das ciências verificado nêsse século, três descobertas tiveram a mais decisiva importância no tocante à formulação do materialismo científico: a descoberta da célula, a transformação da energia e a teoria da evolução das espécies.

Interpretando dialéticamente essas conquistas da ciência, Engels chegou a formular “um sistema da natureza”, que êle próprio considerava “satisfatório para sua época”, enterrando definitivamente a chamada “filosofia da natureza” que pretendia explicar o mundo por meio de ideias fantásticas e absurdas, de que eram expressão máxima os filósofos idealistas alemães Hegel e Schelling. A nova concepção tem tal conteúdo de verdade que “se impõe, inclusive contra sua vontade, às cabeças metafisicamente educadas dos naturalistas alemães”.

⁸ Engles, in L. F., pag. 49.

“La dialéctica marxista está orgánicamente ligada al materialismo filosófico, cuyos principios fundamentales son: el mundo, por su naturaleza, es material y se compone de la materia en movimiento que pasa de una forma a otra; la materia es el dato primario mientras que la conciencia es el secundario; la conciencia es el producto de la materia altamente organizada; el mundo objetivo es cognoscible y nuestras sensaciones, nuestras representaciones, nuestros conceptos son reflejos del mundo exterior, que existe independientemente de la conciencia humana. El materialismo dialéctico ofrece una teoría del conocimiento de invalorable alcance para comprender el proceso de conocimiento de la verdad objetiva.” (8)⁹

Essa profunda e admirável concepção do universo, surgida na segunda metade do século passado, vem tendo a mais completa confirmação com os avanços da ciência no decorrer dos últimos cem anos. Até mesmo aqueles ramos do saber que só tempo da existência dos geniais criadores do marxismo ainda se encontravam em estado embrionário, como a Biologia, a Fisiologia e a Psicologia, receberam o poderoso influxo do método dialético.

Onde a pesquisa científica pôde ser feita sem os entraves das ideias preconcebidas, foram enormes os progressos da ciência. Velhas e bolorentas teorias foram relegadas ao desprêso em face das novas descobertas e por sua inutilidade, pela completa incapacidade para explicar os fenômenos.

A genética teve de abandonar as leis da hereditariedade formulados por Mendel, com seus fatores e genes imutáveis em face de sua incapacidade para explicar a hibridação artificial. Os trabalhos de K. A. Timiriázev sobre a fotossíntese e sua concepção materialista do desenvolvimento do mundo orgânico deram um passo adiante de Darwin. Sua doutrina da alternatividade dos graus de desenvolvimento dos vegetais, a constatação de modificações qualitativas na ontogênese, levaram Michurin e T. Lysenko à teoria do desenvolvimento estagiário e à elaboração de métodos científicos que permitem dirigir a vida das plantas e transformar a natureza viva.

A corrente obscurantista na biologia, o Weismanismo-mor-

⁹ - M. Rosental y P. Yudin, obra cit., pag. 332.

ganista-mendeliano, com todos seus preconceitos antidarwinistas e vitalistas acabou por desembocar na Eugenia e no racismo, que partindo de premissas falsas a respeito da desigualdade biológica e intelectual, procura justificativas teóricas para as desigualdades sociais. Seus frutos mais recentes forma o nazifascismo, a guerra, os campos de concentração e as perseguições aos judeus e aos negros, na Alemanha e nos Estados Unidos.

Porém, foi no campo da medicina, e mais particularmente na Fisiologia, que o materialismo dialético encontrou sua mais brilhante comprovação, já agora em pleno século XX, com a genial doutrina de I. P. Pávlov sôbre a atividade nervosa superior, alicerce do portentoso edifício da Psicologia marxista, em intensa elaboração nos dias atuais.

Rejeitando aquela noção primária, oriunda do materialismo mecanicista, segundo a qual o cérebro produz os pensamentos assim como o fígado segrega a bilis, Pávlov comprovou cientificamente aquela asserção dos fundadores do marxismo de que o pensamento, os conceitos, nada mais são do que os reflexos do mundo exterior sôbre o cérebro humano.

À questão fundamental da filosofia, a respeito do que é primário e o que é secundário (derivado, consequência), a matéria ou o pensamento, o ser ou a consciência, o corpo ou o espírito, em tôrno dessa indagação que envolve todos os ramos das ciências naturais – as relações entre a matéria e a vida psíquica – o acadêmico I. P. Pávlov deu uma resposta materialista dialética, portanto consequente e verdadeira, científica:

“La conciencia me la represento como la actividad nerviosa de determinado sector de los hemisferios cerebrales.” E também”: “La actividad psíquica es el resultado de la actividad fisiológica de determinada masa del cerebro.” (9)¹⁰

E não se limitou apenas à constatação dos princípios materialistas no campo da sua especialidade. Pávlov foi também um intrépido polemista, um combatente desassombrado de tudo quanto “cheirava a idealismo filosófico”, isto é, a mistificação.

Esgrimiou com tôda perfeição os princípios da dialética no combate aos mais eminentes sábios de seu tempo, como Lashley, Cuthrie, Kohler, Spearman, Sherrington e outros, que procura-

¹⁰ E. A. Asratian, in <<Pavlov y su Vida y su Obra Científica>>, pag. 139. – Editora Quetzal – Buenos Aires, Argentina.

vam negar a existência de uma conexão entre a atividade psíquica e a estrutura material do cérebro, isto é, negavam o princípio da causalidade na atividade nervosa superior.

Refutando os argumentos desses estranhos sábios, que invocavam a “peculiaridade dos fenômenos psíquicos” para esconder suas concepções anticientíficas – animismo e dualismo – principalmente a esta última, defendida por Sherrington, que considerava o homem um complexo de duas substâncias, o espírito superior e o corpo pecador, dizia Pávlov: “Ellos desean, por lo visto, que su objeto de estudio quede sin aclarar; que cosa rara. Les atrae lo misterioso y vuelven la espalda a todo lo que se puede explicar mediante la Fisiología”.

Como materialista militante, Pávlov tinha idéias muito justas e profundamente humanas a respeito da religião, o que em síntese consiste na mais ampla tolerância para com todos os credos e práticas, sem conferirem a nenhuma vantagens especiais ou privilégios.

“- En el mundo hay aún muchas gentes ignorantes, incultas, que comprenden muy mal los fenómenos naturales y de la vida social y que carecen del poderoso apoyo moral que representan la educación y la cultura. El sostén moral de su vida lo constituye, en cierta medida, la religión, la creencia en Dios. Si queremos privarles de este punto de apoyo, tenemos que sustituirlo por otro – la educación – y, entonces, la religión desaparecerá por si misma como base de apoyo”. (10)¹¹

Constam os biógrafos desse grande sábio, que pouco antes de sua morte – quando seu nome aureolado já constituía uma glória da medicina e da ciência soviéticas – certa sociedade de naturalistas ingleses, que se diziam racionalistas, enviou-lhe um convite pedindo que permitisse a inclusão do seu nome no quadro dos sócios honorários. I. P. Pávlov, tendo verificado pela leitura dos estatutos, que entre outros objetivos a sociedade se propunha a combater a religião, respondeu nos seguintes termos:

“De acuerdo con ser miembro honorario de esa Asociación a condición de que la lucha contra la religión

¹¹ - Idem, pag. 145.

se lleve a cabo por medio de la difusión de la cultura”. (11)¹²

Pelos admiráveis trabalhos de Pávlov chega-se, afinal, depois de um século, à confirmação daquele assertiva de Engels de que não é possível separar o pensamento da matéria pensante, o cérebro. Dessa forma a matéria, a natureza “bruta” acaba por tomar conhecimento de si mesma, da própria existência, através do homem, “o vertebrado pelo qual a Natureza adquire consciência de si mesma”.

Partindo das últimas conquistas das ciências naturais de seu tempo, numa época em que só aos espíritos mais esclarecidos era possível prever os extraordinários avanços do século subsequente, sendo ainda um “segredo” a composição química da matéria orgânica, antes mesmo da descoberta da albumina sintética – que veio derrubar as muralhas metafísicas que separavam a natureza orgânica da inorgânica – Marx e Engels criaram o materialismo dialético, formularam suas leis, estabeleceram seus conceitos e categorias que o tempo se encarregou cada vez mais de confirmar.

Chama-se *materialismo* por sua maneira de encarar o mundo como uma realidade objetiva, que tem existência própria, independente do homem, regida pelas leis gerais da evolução, que são as próprias leis que regem o movimento da matéria.

É *dialético* em virtude do método de conhecimento que utiliza no estudo e na análise dos fenômenos do ser natural, social e individual. Etimologicamente a palavra dialética vem do grego com o significado de “a arte de discutir, particularmente por meio de perguntas e respostas” (12)¹³, tendo portanto o sentido de diálogo ou polêmica. Os antigos filósofos gregos empregaram muito esse método porque o consideravam o melhor caminho para o descobrimento da verdade. Demonstravam por meio dele as contradições existentes na argumentação dos antagonistas e procuravam resolvê-las.

O marxismo, partindo da filosofia hegeliana, aplicou esse método ao estudo da natureza, do pensamento e da sociedade, considerando tudo em perpétuo movimento e transformação, em oposição à metafísica que apresenta o mundo como um conjunto de objetos e fenômenos reunidos pela casualidade em forma definitiva e acabada para todo e sempre.

¹² - Ibidem, pag. 145.

¹³ - Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa – do Prof. José Pedro Machado. pag. 799. 1ª edição. Editora confluência.

Para o materialismo dialético, três são as principais leis que presidem os fenômenos, o constante e perpétuo “devenir”:

A lei da transformação da quantidade em qualidade,

A lei da unidade e luta dos contrários,

A lei da negação da negação.

Se aos fundadores do marxismo coube a tarefa descomunal de formular a teoria e defendê-la, mostrando seu caráter científico e sua aplicação ao estudo da sociedade, criando também o materialismo histórico, a Lênin a igualmente grandiosa obra de firmar as bases gnoseológicas do materialismo depois das descobertas científicas posteriores à morte de Marx e Engels, quando as novas ideias a respeito da composição da matéria deram margem a uma série de “teorias”, “doutrinas” e “concepções” em que os ideólogos das classes dominantes procuravam “atualizar”, “completar” ou mesmo “refutar” o marxismo.

Dessa luta gloriosa o marxismo só teve a ganhar. A teoria da interligação recíproca e universal dos fenômenos resultou fortalecida; inumeros exemplos irrefutáveis dos princípios da evolução em todos os reinos da natureza, a passagem das formas inferiores às superiores, os saltos de transição da transformação da quantidade em qualidade, os estudos da forma e do conteúdo, do passageiro, do transitório e do que permanente, elevaram de nível o materialismo dialético.

“Aperfeiçoando a teoria marxista do conhecimento, Lenin formula sua famosa tese da unidade da dialética da lógica e da teoria do conhecimento. A dialética é ao mesmo tempo a lógica e a teoria do conhecimento do marxismo; não há necessidade de três palavras distintas, diz Lenin. A lógica não é a doutrina das formas externas do pensamento, mas das leis da evolução de todas as coisas materiais, naturais e espirituais; a dialética subjetiva reflete a objetiva; por isso a lógica se confunde com a dialética naturalista, é a única lógica científica pois estuda as leis mais gerais da evolução da natureza e da sociedade e as formas do reflexo dessas leis no pensamento. Também, dialética materialista é a autêntica teoria científica do conhecimento, posto que estuda como nasce e se desenvolve o conhecimento do mundo objetivo pelo homem, e como se efetua o movimento do conhecimento menos completo para o mais completo, profundo e multilateral.”

Pelo visto, o método dialético proporciona um poderoso instrumento de investigação científica, indispensável aos que realmente acreditam na cognoscibilidade do universo, constituindo-se num inapreciável auxiliar do físico, do químico, do astrônomo e de todos os que laboram no vasto campo das ciências naturais.

Mas não fica apenas aí o valor do método dialético. Fazendo-se sua aplicação ao campo das ciências sociais, tem-se também *um guia para a ação*. Sua aplicação correta permite compreender o passado, explicar o presente e prever o rumo dos acontecimentos no futuro. É desse assunto que se tratará no capítulo seguinte, dedicado ao Materialismo Histórico.

E, afinal, convém lembrar a noção que os marxistas têm da palavra metafísica. Etimologicamente oriunda do grego (ta metá ta fisiká) significa o que vem depois da física na série de obras de Aristóteles, sendo portanto o nome de uma delas Metafísica. Na filosofia anterior a Marx era a parte que tratava dos problemas que estão fóra ou acima da experiência humana, isto é, tudo aquilo que não pôde ser objeto de uma comprovação científica, como a existência de Deus, a alma, o livre arbítrio, e outros assuntos desse gênero. Hoje é sinônimo de anticientífico.

Nas páginas anteriores, em diversas passagens, foi feito de relance um estudo comparativo entre os pontos de vista irreconciliáveis dos marxistas e dos partidários da metafísica. Como se viu em rápidos traços – e os que desejarem conhecer o assunto em seus mínimos detalhes tratem de ler os autores marxistas – a metafísica tem sido fragorosamente derrotada em sua peleja com o materialismo, no campo das ciências naturais, das ciências sociais e por fim da chamada ciência da alma.

Todavia há uma luta de vida e morte entre essas duas concepções, ainda nos dias de hoje, e, conforme a parte do mundo em que se esteja, tem-se muitas vezes a impressão de que o idealismo ainda é uma concepção vitoriosa, destinada a ter algum futuro no largo percurso da história do pensamento, o que é falso.

Os motivos porque isso acontece, é o que se pretende expôr nos capítulos seguintes: o II dedicado ao Materialismo Histórico, e o III aos Deturpadores do Marxismo.

CAPÍTULO II

O MATERIALISMO HISTÓRICO

Desde a mais remota antiguidade até os dias atuais, dentre os escritores que versaram sobre assuntos históricos, alguns dedicaram especial atenção a explicar a própria razão de ser da História.

Além da narrativa geral dos acontecimentos, das guerras, da série de reis e imperadores que se sucederam nos tronos e na chefia dos diversos povos e nações, aguçou-lhes a curiosidade ou o espírito de investigador o desejo de encontrar o motivo porque enquanto alguns povos permanecem no estado de barbárie outros progredem, alcançam os estágios mais adiantados da civilização, constituem-se em reinos e impérios poderosos, dominam os vizinhos, dilatam as fronteiras dos seus domínios territoriais e culturais, entrando depois num período de relativa estabilidade a que se seguem quase sempre o declínio e o desaparecimento.

Em suas linhas gerais, esse fenômeno apresenta semelhanças profundas com o ciclo de existência dos seres vivos. Nasceram, cresceram e feneceram. De fato, não foram os egípcios bandos de caçadores errantes do deserto da Líbia, ao tempo que essa região fazia parte do estuário alagadiço do Nilo? E, depois, por que se tornaram os construtores da grande pirâmide, dos gigantescos palácios dos faraós, das portentosas obras de hidráulica, os precursores da astronomia e das ciências matemáticas? Outro tanto não se pôde dizer da Babilônia, dos assírios e dos Caldeus?

Por que os gregos partiram dos costumes primitivos de que falam os aédos, e o maior deles, na *Iliada* e na *Odisséia*, até atingir os pináculos da inteligência, legando à posteridade numerosas obras primas das artes, da literatura e da filosofia?

E Roma, por que passou de simples coito de aventureiros, de ladrões e salteadores que guardavam nos esconderijos das sete colinas, para tornar-se a senhora do mundo, a Roma imperial dos césares e a Cidade Eterna?

Hoje, nessas mesmas paragens, no oriente, vegetam populações aflitas, amesquinhas, quando não famintas e maltrapilhas, e, no ocidente, há povos que nem por sombra lembram a grandeza dos seus antepassados. Isso, falando dos reinos mais antigos.

Que fim levou o colossal império de Filipe II da Espanha – o mais poderoso soberano da Europa renascentista – senhor de Nápoles, da Sicília, de Milão, da Sardenha, do Rossilhão, do Franco Condado, dos Países-Baixos, além de terras sem fim na África, na Oceania e nas Américas, inclusive o nosso grande Brasil? Será que tudo afundou com a “Invencível Armada”, sobrando apenas o palácio do Escorial para deleite dos turistas anglo-saxões? E os espanhóis de hoje, que estendem a mão à “caridade” internacional, que sofrem a tirania e a opressão da ditadura de Franco, são a mesma gente brava daqueles tempos heroicos?

E o Portugal de Salazar – com o mais alto nível de analfabetismo e a mais baixa renda “per capita” da Europa – ainda é habitado pelos lusíadas, imortalizados nas páginas imorredouras do *Vate*, no poema épico das navegações?

Essas indagações são o objeto da Filosofia da História. Conforme a resposta que se lhes dá, dividem-se os historiadores em idealistas e materialistas. Os primeiros querendo encontrar fóra da terra a explicação desses fatos. Os outros, com as vistas voltadas para o mundo, investigando com os instrumentos que a ciência lhes põe ao alcance em cada época, procuram uma explicação natural, que satisfaça provisoriamente, que ajude ao progresso humano, até o aparecimento de outra mais de acordo com o perpétuo devenir.

O idealismo, por sua maneira de focalizar os fenômenos, pode ser tomado como gênero, subdividindo-se em numerosas espécies, dentro das quais se enquadram os variados autores.

Êstes, por sua vez, não apresentam uma pureza absoluta na filiação de suas afirmativas a essa ou aquela espécie, daí se dividirem em teorias as mais diversas, muitos deles participando de opiniões pertencentes a correntes na aparência contraditórias. Mas isso é só na aparência, pois todos têm o substrato comum. Dessa forma, a historiografia idealista se apresenta como uma verdadeira escala cromática que vai desde o animismo de Tylor e Spencer até o tomismo.

Em sua incapacidade de compreender o mundo exterior, a mentalidade primitiva supõe que os fenômenos naturais são resultantes da ação consciente e da vontade dos objetos e das coisas, emprestando-lhes uma alma (em latim *anima*) igual a sua. É esta a primeira tentativa de explicar o mundo, pode-se dizer que é instintiva, coexistindo com a idade mental infantil do homem e das civilizações, provavelmente a geratriz de todo o sentimento religioso, que com o correr do tempo toma forma e especialização. Daí sua persistência na imaginação do homem. Quem ainda não viu por acaso uma criança “castigar” a mesa ou a cadeira em que bateu? É uma regresso momentâneo da mentalidade infantil ao comportamento dos troglodistas, à emotividade dos habitantes da cavernas, às crenças primitivas há muitos séculos sepultadas pela civilização. Todavia, essas manifestações esporádicas do animismo, essas revivescências casuais, servem para atestar o poder de sobrevivência dêsse modo de pensar. Foi o primeiro sentimento do homem diante das coisas que o impressionavam. E, nesse sentido, a primeira tentativa de explicação da natureza. O papel da ciência tem sido sempre o de procurar as verdadeiras causas, separando a realidade da fantasia. Assim também tem sido com a História.

Heródoto, historiador grego da Ásia Menor, viveu no período áureo da civilização ateniense, no século V. a. C., e é considerado o Pai da História. Dizem os que já tiveram a oportunidade de ler a sua obra – Histórias – que apesar do cuidado que teve na coleta das informações para elaborar seu trabalho, êste vale mais pelo estilo literário do que pelo conteúdo. Grande viajor, tendo conhecido praticamente todo o mundo antigo, descreve com riqueza de detalhes as terras por onde andou, seus costumes, sua vida política e social, mas fica apenas no campo da narrativa, sem chegar a descer à análise das causas dêsses acontecimentos, à indagação dos motivos porque as coisas se passaram assim e não de outro modo.

Já um seu contemporâneo, também grego, Tucídides, ao escrever a *História da Guerra do Pelononeso* entra na indagação

das causas que determinaram os acontecimentos. Há, aí, pelo menos em forma embrionária, um pouco de filosofia da história.

O precursor da historiografia militar, Xenofonte, general ateniense, que participou da Guerra do Peloponeso e foi um dos comandantes da famosa Retirada dos Dez Mil, cujos sucessos são o assunto de sua obra *Anábase*, também escreveu a *Cyropédia* e outros trabalhos de marcante valor, principalmente pela veracidade das *narrativas*.

A historiografia romana conta com nomes consagrados, mas não chega a superar os gregos, seus mestres e precursores. Catão autor das *Origens*, narra a primitiva história de Roma, escrita em latim, abrangendo um período que vai da fundação da cidade até pouco antes da morte do autor, em 149 a. C. Fica também no estilo descritivo.

Além de Marco Túlio Cícero (106 a 43 a. C.), cujo *Tratado do Estado* traz precisas informações sobre a antiguidade romana, houve Ceio Júlio César (100-44 a. C.) que escreveu sobre a conquista das Gálias e as Guerras Civis, e Caio Salústio Crispo (86-34 a. C.), cujas obras se reportam à conjuração de Catilina e à guerra contra Jugurta. Mas o mais eminente dos historiadores foi Tácito (55-120 d. C.), que nos *Anais* e nas *Histórias* faz a *narrativa* dos acontecimentos de maior importância para a vida romana no século I a. C. Como testemunha presencial da decadência do império romano, Tácito em suas obras *atribue* esse fato à cólera dos deuses pagãos, indignados contra a dissolução dos costumes. É também uma tentativa de encontrar o fio da causalidade dos acontecimentos históricos.

Outra tendência dos historiadores antigos era suprir com a imaginação os pontos obscuros das suas narrativas, entremeá-las de acontecimentos fantásticos e de criações absurdas e extravagantes. Aliás, nesse particular, parece que fizeram escola e ainda têm seguidores nos dias atuais. De qualquer forma realizaram um trabalho precioso, contribuíram para a formação de um avultado acervo historiográfico onde os fatos eram estudados cada um de per si, sem qualquer ligação aparente, o que permitiu em seguida apreciá-los tomados em conjunto. Também na História se verificou aquele processo cognoscitivo de que fala Engels: “era preciso primeiro estudar as coisas separadamente para depois estabelecer as interligações”.

Coube, assim, a Agostinho, bispo de Hipona, eminente teólogo e um dos Doutores da Igreja, por isso chamado Santo Agostinho (354-430), a honra de ser considerado o Pai da

Filosofia da História, por ter em sua copiosa produção literária dedicado uma de suas obras, “De Civitate Dei” (A Cidade de Deus) ao problema de investigar o nexos de causalidade dos fatos históricos. Como um dos ideólogos do catolicismo, Santo Agostinho viu nos acontecimentos históricos a manifestação pura e simples da vontade divina, a Providência, isto é, segundo a teologia, a suprema sabedoria com que Deus conduz tôdas as coisas.

“Considerai êste Deus soberano e verdadeiro, êste Deus único e todo-poderoso, autor e criador de tôdas as almas e de todos os corpos... que fez do homem um animal racional composto de corpo e alma; êste Deus, princípio de tôda lei, de tôda beleza, de tôda ordem, que dá a tudo o número, o pêso e a medida, de quem deriva tôda produção natural, sejam quais forem o gênero e o preço; pergunto se é crível que êste Deus tenha admitido que os Impérios da Terra, seu domínio e sua servidão, permanecessem estranhos às leis da Providência.” (14)¹⁴

Firmado êsse princípio geral de atuação da Providência no desenrolar dos acontecimentos históricos, Santo Agostinho entra nos detalhes da história de Roma para explicar as razões de sua grandeza e o papel do imperador Constantino.

“Depois que os reinos do Oriente brilharam sôbre a Terra durante uma longa sucessão de anos, Deus quis que o Império do Ocidente, que era o último na ordem dos tempos, fosse o primeiro por sua grandeza e sua extensão; e como tinha decidido servir-se dêste Império para castigar um grande número de nações, confiou-o a homens exaltados pelo elogio e pela honra, que cifravam sua glória na da pátria e que estavam dispostos a sacrificar-se por sua salvação, triunfando assim de sua cupidez e de todos os outros vícios por êste único: o amor à glória. Porque não devemos dissimular que o amor à glória é um vício...” (15)¹⁵

Nessas condições, a expansão do império romano foi o meio melhor que o Senhor encontrou para castigar os povos. Tôda a série de iniquidades, de assaltos, de assassínios de homens mulheres, velhos e crianças, a pilhagem dos vencidos e o enriquecimento de Roma, a escravização de povos indefesos, todos êsses males são atribuídos a Deus, que nessas circunstâncias torna-se co-réu do vandalismo romano...

¹⁴ - <<Cité de Dieu>>, apud G. Plekánov – A Concepção Materialista da História, pag. 14. Ed. Vitória.

¹⁵ - Idem, pag. t5

“O bom Deus – nos diz Santo Agostinho – querendo impedir os que o adoram... de se persuadir de que não é impossível obter reinos e grandezas na Terra sem o favor do todopoderoso dos demônios, quis favorecer o imperador Constantino, que longe de ter recorrido às falsas divindades, adora somente a verdadeira, e quis cumulá-lo com muito mais bens do que alguém houvesse ousado desejar”.¹⁶(16)

Muito interessante é também a doutrina de Santo Agostinho a respeito da duração das guerras. Daí é de concluir-se que a ser verdadeiro o seu ponto de vista tornam-se inúteis quaisquer esforços da humanidade para viver em paz, pois se a duração das guerras depende da misericórdia divina, igualmente deverá acontecer com a própria deflagração das atividades bélicas.

“Do mesmo modo que depende de Deus afligir ou consolar os homens, segundo os conselhos da justiça e de sua misericórdia, é êle também quem regulamenta a duração das guerras, quem as abrevia ou prolonga segundo sua vontade”.¹⁷(16 – A)

Essa teoria, aplicada ao último conflito mundial, com milhões de mortos, a orfandade, o luto e a dôr vergastando os lares em todos os recantos da terra, com a destruição de cidades inteiras pelo efeito das bombas atômicas, como Hiroshima e Nagasaki, deixa em muito má situação a misericórdia divina.

Outro aspecto para o qual chama atenção Plekhánov, ao expôr a concepção teológica da história, analisando os conceitos emitidos por Santo Agostinho na *Cidade de Deus*, é que o referido teólogo cristão diz que “são insondáveis os designios do Senhor”, o que equivale a dizer que jamais poderão ser conhecidos pelo homem, no entanto sua obra toda não passa de uma imensa sondagem do insondável, daí a conclusão de que “não encontra a justa explicação dos fenômenos históricos... e, como método de análise da realidade histórica é nula”.

Pondo de lado a obra dos historiadores árabes, com Ibn El-Atir (1160-1234) e Ibn Caldun (1332 – 1406), por não estarem rigorosamente incorporadas à cultura ocidental, Plekhánov dá um salto de mais de mil anos, passando por cima de toda a Idade Média, quando foi praticamente inexistente a pesquisa histórica, para retomar o fio da meada em sua crítica da concepção teológica da história com *Bossuet*, escritor francês do século XVII (1627 – 1704), autor de inúmeros trabalhos

¹⁶ - ibidem, pag. 15.

¹⁷ Ibidem, pag. 15.

de alto valor literário, entre eles o *Discurso sôbre a História Universal*, onde revela sua filiação doutrinária.

“Êstes Impérios – diz em seu Discurso – têm uma conexão necessária com a história do povo de Deus. Deus serviu-se dos assírios e dos babilônios para castigar êste povo; dos persas, para restabelecê-lo; de Alexandre e de seus primeiros sucessores, para protegê-lo; de Antíoco, o Ilustre, e de seus sucessores, para exercitá-lo; dos romanos, para sustentar sua liberdade contra os reis da Síria, que não pensavam senão em destuí-lo. Os judeus permaneceram até Jesus Cristo sob o poder dos próprios romanos, sem suspeitá-lo, prestaram seu concurso à vingança divina e exterminaram aquêle povo ingrato”. (17)¹⁸

Assim, todos os acontecimentos históricos, à semelhança de Santo Agostinho são atribuídos por Bossuet a Providência divina para o “bem da religião cristã e a glória de “Deus”. Com essa afirmativa diferencia-se de Santo Agostinho, pois já desaparece a incognoscibilidade dos designios divinos e a história inspira “o sentimento da vaidade das coisas humanas”:

“Quando vêdes passar como um momento diante de vossos olhos não digo os reis e os imperadores, mas êstes grandes Impérios que fizeram temer todo o universo quando vedes os assírios antigos e modernos, os medas, os persas, os gregos, os romanos apresentarem-se sucessivamente diante de vós e cairem, por assim dizer, uns sôbre os outros êste estrépito espantoso vos faz sentir que nada há de sólido entre os homens, e que a inconstância e a agitação são o patrimônio das coisas humanas”. (18)¹⁹

O autor que expõe o assunto em tela, faz notar o pessimismo da filosofia da História de Bossuet e identifica êsse sentimento como típico do cristianismo, que promete aos fiéis muito consôlo, mas consola incutindo na mente devota a desvalia da vida terrena, com o que afasta qualquer tentativa de solução das aflições materiais, e acalentado o espírito de resignação pela esperança da conquista da felicidade na outra vida, depois da morte.

Há, porém, um certo progresso sôbre a concepção agostiniana pois Bossuet admite a ocorrência de fatores materiais

¹⁸ - ibidem, pag. 17.

¹⁹ - Ibid., pag. 18.

influindo no curso da história, o que denomina de “causas particulares das revoluções dos Impérios”.

“Porque êste Deus diz que forjou o encadeamento do universo e que, por si mesmo, todo-poderoso, quis, para estabelecer a ordem, que as partes de tão grande todo dependessem uma das outras; êste próprio Deus quis também que o curso das coisas humanas tivesse seu seguimento e suas proporções; quero dizer que os homens e as nações tiveram qualidades proporcionais à altura a que estavam destinados; e que, salvo certas ações extraordinárias, onde Deus queria que sua mão operasse sozinha, não ocorreu nenhuma grande mudança que não tenha tido suas causas nos séculos precedentes. E como em todas as questões há alguém que as faz triunfar, a verdadeira ciência da História consiste em advertir em cada época essas secretas disposições que preparam as grandes mudanças e os cálculos importantes que fizeram com que ocorressem.” (19)²⁰

Na opinião de Bosuet, há duas ordens de fatos históricos, uns que se passam diretamente pela vontade de Deus, a que Plekhánov chamou de “milagres históricos”, e outros que têm suas causas nos séculos anteriores, segundo as palavras do próprio teólogo. Insistindo ainda em que a missão da ciência histórica consiste em descobrir essas causas, há implicitamente o reconhecimento da inutilidade da concepção teológica.

Quando um século mais tarde os racionalistas franceses iniciaram o combate à teologia, essa afirmativa de Bosuet deu ocasião a que Voltaire fizesse o seguinte comentário:

“Nada é mais digno de nossa curiosidade do que a maneira com que Deus quis que a Igreja se estabelecesse, fazendo concordar as causas secundárias e seus decretos eternos. Deixemos respeitosamente o que é divino àqueles que são seus depositários e ocupemo-nos unicamente do histórico.” (20)²¹

E à medida que a burguesia se afirmava como classe em luta contra o feudalismo, seus ideólogos iniciavam o mais feroz combate a tudo que estivesse ligado ao antigo regime. A Igreja que durante a Idade Média tinha se transformado na mais poderosa instituição feudal, não só em sua organização temporal como também pelo seu conteúdo doutrinário, teve de suportar a crítica demolidora dos filósofos racionalistas franceses, dos

²⁰ - Ibid., pag. 18;19.

²¹ - Ibid., pag. 21.

enciclopedistas e de todos que aspiravam a conquista do poder político até então nas mãos da nobreza.

Surge, então, a primeira tentativa de interpretação científica da História, com Voltaire, no “*Ensaio Sobre os Costumes das Nações*”. Mas tanto o patriarca de Ferney, como quase todos os seus contemporâneos do século do iluminismo, estavam impregnados das concepções idealistas. Se eram muitos deles materialistas no tocante à interpretação da natureza, com relação à História ficavam no campo das afirmações sem base na realidade, no apelo aos fatores de ordem moral para explicar a marcha dos acontecimentos, sem entrar naquilo que dá um caráter verdadeiramente científico à História, que é provar que os fatos ocorreram por tais e tais motivos, não podendo ter-se passado de outro modo dentro das circunstâncias em que se desenrolaram.

Voltaire, por exemplo, atribuía o declínio do Império Romano às invasões bárbaras e às lutas religiosas. Mas na verdade isto nada explica, pois os bárbaros sempre estiveram ameaçando Roma desde os primórdios de sua existência e nem por isso ela deixou de crescer. Quanto às lutas religiosas, impunha-se uma explicação mais convincente dos motivos que determinaram o aguçamento do conflito. Não satisfaz ao espírito científico lançar a responsabilidade simplesmente sobre as costas do cristianismo triunfante, como faz Voltaire, alegando que “êsses monges, em tropel, iam de cidade em cidade para sustentar ou para destruir a consubstancialidade do Verbo”.

“Como os descendentes de Cipião se haviam entregado a controvérsias, como a consideração pessoal passara dos Hortêncios e dos Cíceros aos Cirilos, aos Gregórios, aos Ambrósios, tudo se perdeu; e se algo nos deve assombrar, é que o Império Romano tenha subsistido ainda por algum tempo”.

“A ignorância, o erro, o preconceito, a falta de experiência, de reflexão e de previsão, eis as verdadeiras fontes do mal moral. Os homens só prejudicam a si próprios e a seus associados, porque não têm noção de seus verdadeiros interesses”.

“A História nos prova que, em matéria de govêrno, as nações foram em todos os tempos joguete de sua ignorância, de sua imprudência, de sua credulidade, de seus terrores pânticos e, sobretudo, das paixões daqueles que souberam adquirir ascendência sobre a multidão. Como enfermos que se agitam sem cessar em seu leito, sem encontrar posição conveniente, os povos mudaram amiude a forma de seus govêrnos: mas nunca

tiveram nem o poder, nem a capacidade de reformar o fundo, de remontar à verdadeira fonte de seus males; viram-se incessantemente sacudidos por paixões cegas”. (21)

Se algum autor se detem no estudo dos costumes e das leis feudais, como é o caso de Montesquieu no seu célebre *Espírito das Leis*, essa atitude não é compreendida por homens ilustres como Helvetius.

“Mas, que diabo quer ensinar-nos com seu *Tratado do Feudos*?” É acaso matéria que um espírito sábio e razoável devesse tentar desenredar? Que legislação pode surgir desse cós bárbaro de leis que a fôrça estabeleceu, que a ignorância respeitou, e que se oporá sempre a uma boa ordem de coisas?”(21 – a)

Admitiam os historiadores do século XVIII que era a *opinião* que governava o mundo. Restava, frente a isso, saber se também não haveria algo que governasse a opinião. Para chegar-se a essa indagação convém deixar claro o que entendiam os pensadores da época a respeito da opinião.

“Entendo por opinião – diz Suard – o resultado da massa de verdades e erros difundidos em uma nação, resultado que determina seus juízos de estima ou de desprezo, de amor ou de ódio, que forma suas inclinações ou seus hábitos, suas ideias e suas virtudes; em uma palavra, seus costumes.” (22)

Portanto, se a *opinião* nada mais é do que a “massa de verdades e êrros”, coube ao filósofo inglês John Locke mostrar que essas não eram inatas, e sim dependiam de fatores terrenos, de circunstâncias, em suma, da experiência de cada povo, variando com o tempo e o lugar, desfazendo desse modo o conceito até então muito difundidos da eternidade ou da imutabilidade dos princípios de moral. Em seus *Ensaio sobre o Entendimento Humano*, o pensador inglês demonstrou que envez das idéias inatas a fonte dos conhecimentos é a experiência, isto é, a sensação ajudada pela reflexão. A consequência disso é que a moral tem um fim utilirário, cabendo ao homem condenar ou enaltecer aquilo que o prejudica ou ajuda. É portanto o interêsse social que impõe os critérios valorativos.

Essa idéias se robusteceram e começaram a tomar um aspecto mais definido depois dos dias tumultuosos da Revolu-

ção Francesa, quando uma série de atos imprevistos e a participação direta do povo no curso dos acontecimentos deixavam transparecer de um modo mais claro a existência de algo mais além da opinião, da razão e dos grandes vultos, das personalidades eminentes como propulsores da História. A tomada do Poder pela burguesia vitoriosa na França, a exemplo do que já ocorrera na Inglaterra, deixa ver que o choque dos interesses de grupos tem o seu papel no panorama histórico.

Surgem então os escritores como Saint-Simon, que vê em toda a história ocidental posterior à queda do Império Romano nada mais do que a luta entre os *industrias* e a *aristocracia*, provocando uma verdadeira revolução na filosofia da história.

Seu modo de encarar os fatos históricos influencia outros pensadores que procuram cada vez mais investigar a história pelo movimento dos povos, tentando descobrir quando e porque são os mesmos levados a tomar certas atitudes e não outras.

“É algo bem simples – diz em suas *Cartas Sobre a História da França*, - Augustin Thierry – a obstinação dos historiadores em não atribuir jamais qualquer espontaneidade, qualquer concepção, às massas humanas. Se todo um povo emigra e constrói para si um novo domicílio, isto se deve, como dizem os analistas e os poetas, a que algum herói resolve fundar um Império para ilustrar seu nome; se novos costumes se estabelecerem é porque algum legislador os imagina e os impõe; se uma cidade se organiza, é porque algum príncipe a faz nascer: e sempre o povo e os cidadãos são a matéria para o pensamento de um só homem.”²²
(23)

“Quereis saber exatamente – diz Thierry – quem criou uma instituição, quem planejou um empreendimento social? Buscai aqueles que verdadeiramente as necessitam; a êsses deve pertencer o primeiro pensamento, a vontade de atuar e pelo menos a maior parte da execução; *is fecit cui prodest*, o axioma vale tanto em história como em direito.”²³ (24)

Estudando a Revolução Inglesa do século XVII, os historiadores franceses da Restauração, foram pouco a pouco descobrindo em todos os tempos. Na Inglaterra tinham sido a nobreza possuidoras de terras (*landed aristocracy*) e a burguesia (*middle class*).

“Cada personagem – diz nosso historiador – cujos an-

²² - Ibid., pag. 32.

²³ - Ibid., pag. 32.

tepassados se haviam alistado no grande exército de invasão, abandonava seu castelo para ir ao acampamento real ocupar o pòsto que seu título lhe destinava. Os habitantes das cidades e dos portos se apresentavam em multidão ao campo oposto. Poder-se-ia dizer que o toque de rebate dos dois exércitos era, de um lado, *trabalho e liberdade*, do outro lado, *ociosidade e poder*; pois os ociosos, os que não queriam outra ocupação na vida que a de gozar sem pena, de qualquer casta que fòssem, conformes aos seus próprios; enquanto que as famílias da casta dos antigos vencedores, que a indústria havia conquistado, uniam-se ao partido dos comuns.”²⁴ (25)

Tão clara era a polarização das fòrças opostas, já nessa época, que Thierry descobre até mesmo os reflexos no campo ideológico da luta que se travava na sociedade pelo poder político. O escritor mostra como as convicções religiosas estavam ìntimamente ligadas à posição social. Vai assim a história se afastando cada vez mais das meias-verdades encontradas pelos enciclopedistas.

“De ambos os lados a guerra era movida por interêsses positivos. O resto não passava de aparência ou pretexto. Aqueles que se solidarizavam com a causa dos súditos, eram na sua maior parte presbiterianos, isto é, mesmo em religião não queriam nenhum jugo. Aqueles que sustentavam a causa contrária, eram episcopais e papistas; até nas formas do culto queriam encontrar poder a exercer e impostos a gravar sòbre os homens”.²⁵ (26)

Diversos outros historiadores franceses seguiram as pegadas de Thierry e Mignet. Nas obras de Guizot, Armand Carrel e Tocqueville são encontrados esses mesmos raciocínios que colocam o *estado social* como o alicerce dos acontecimentos históricos. É a opinião generalizada da intelectualidade do século XIX. Chegaram até a identificar o *estado social* com o *estado das pessoas*, ou seja com o *estado das propriedades*. Faltavam porém descobrir a origem, a fonte geradora disso que determina a vida social. E essa tarefa não chegou a ser realizada por êles.

As atividades especulativas tinham alcançado um alto grau de desenvolvimento no século XIX e a Alemanha era conside-

²⁴ - Ibid., pag. 34.

²⁵ - Ibid., pag. 34.

rada o país clássico da filosofia. Os nomes de Fichte, Schelling e Hegel eram exponenciais, ao lado de muitas outras figuras de menor porte que buscavam com avidez a verdade. A filosofia da História ocupava um lugar de destaque nos seus trabalhos.

Schelling em seu *Sistema do Idealismo Transcendental* demonstrou que “a evolução histórica é uma sucessão de fenômenos subordinados a leis”, isto é, são fenômenos *necessário*, desenvolvendo ainda a teoria de que a noção de necessidade dos fenômenos históricos não exclui a liberdade humana. Pelo contrário, só há incompatibilidade à primeira vista, pois sem a condição de necessidade dos fenômenos não pode haver ciência – tanto nas coisas da natureza como na História.

Tal como Schelling, Hegel também era idealista. Atribuía ao Espírito, à Idéia ou à Razão “o fundo e como que a alma tudo o que existe”. O modo como a Idéia assumia os mais variados aspectos já foi visto no capítulo anterior, a respeito do materialismo dialético. Mas para Hegel a razão era inconsciente ao governar a História, resumindo-se no “conjunto de leis que determinam o movimento histórico”.

Como os racionalistas franceses, os filósofos alemães chegaram a constatação do *estado social*, mas suas limitações idealistas não lhes permitiram encontrar uma explicação satisfatória do movimento histórico. “Explicavam o estado social pelo estado das ideias e o estado das ideias pelo estado social”.

Coube a Carlos Marx e Frederico Engels tirar as ciências sociais desse círculo vicioso. A concepção materialista da história visa exatamente a solução do impasse.

“Meu estudo profissional era a jurisprudência, à qual, eu não me dediquei senão de um modo acessório relativamente à filosofia e à história, como uma disciplina subordinada. Em 1842 e 1843, em minha qualidade de redator da *Rheinische Zeitung (Gazeta Renana)*, encontrei-me, pela primeira vez, na embaraçosa obrigação de opinar sobre os chamados interesses materiais. Os debates no Landtag renano sobre os delitos florestais e o parcelamento da propriedade rural... sobre as condições de existência dos camponeses do Mosela, as discussões, por último, sobre o livre-câmbio e o protecionismo, proporcionaram-me os primeiros motivos para que eu começasse a me ocupar das questões econômicas. Por outro lado, nessa época, em que o afã de “avançar” sobrepujava amiúde a verdadeira sabedoria, fêz-se ouvir na Gazeta Renana uma eco entibiado, por assim dizer filosófico, do socialismo e do comunismo francês.

Pronunciei-me contra essa mixórdia, mas, ao mesmo tempo, confessei claramente... que os estudos que eu tinha feito até então não me permitiam arriscar um juízo a respeito da natureza das tendências francesas. A ilusão dos diretores da Gazeta Renana, que acreditavam conseguir sustar a sentença de morte pronunciada contra seu periódico, imprimindo-lhe uma tendência mais moderada, ofereceu-me ocasião, que me apressei de aproveitar, de deixar a cena pública e me recolher ao meu gabinete de estudos.” (27)²⁶

Por estas palavras de Marx vê-se claramente um drama que ainda hoje é comum: um jornalista inteligente arrisca sem receios alguns conceitos em favor das classes exploradas e paga com o desemprego a sua audácia... As forças retrógradas obrigam a direção do jornal a tomar essa atitude mesquinha, mas com isso cria oportunidades para um revigoramento de convicções através dos estudos.

“Minhas investigações conduziram-me ao seguinte resultado: as relações jurídicas bem como as formas de Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; estas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em seu conjunto, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século XVIII, compreendia sob o nome de “sociedade civil”. Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade deve ser procurada na economia política. Eu havia começado o estudo desta última em Paris, e o continuaria em Bruxelas, onde eu me havia estabelecido em consequência de uma sentença de expulsão ditada pelo senhor Guizot contra mim. O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de guia para meus estudos, pode formular-se resumidamente, assim:”

- “Na produção social da própria existência, os homens entram em reações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas reações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento das forças materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material o processo de vida social, política e

²⁶ - Karl Marx, in << **Contribuição à crítica da Economia Política**, pag, 30 do Prefácio. Editora Flama Ltda. 1946.

intelectual. Não é consciência dos homens que determina a realidade: ao contrário, é a realidade social que determina sua consciência. Em certa fase de seu desenvolvimento as forças produtivas da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abra-se, então, uma era de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transtorna mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir produção – que podem ser fielmente verificadas com a ajuda das ciências com a ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até ao fim. Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de abalos pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre o próprio problema só se apresentada quando as condições materiais para resolvê-los existem ou estão em vias de existir. Esboçados, em largos traços os modos de produção asiáticos, antigos, feudais e burgueses modernos, podem ser dignados como outras tantas épocas progressivas da formação social econômica. As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo de produção social, antagônica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver este antagonismo. Com esta for-

mação social termina, pois, a pré-história da sociedade humana.”²⁷(28)

O trecho acima transcrito representa a síntese do materialismo histórico. Não é apenas o fruto de um longo caminho de mais de 2.000 anos de atividades especulativas da humanidade como ainda o resultado de imensas pesquisas individuais dos seus autores (Engles simultaneamente chegou as mesmas conclusões) nos valiosíssimos arquivos do British Museum. “Com êste esboço – diz Max – quis mostrar unicamente que minhas opiniões, de qualquer maneira que sejam julgadas e por pouco que concordem com os preconceitos ligados aos interesses da classe dominante, são o fruto de longos e conscienciosos estudos”.

Estava afinal descoberto o fio da meada dos acontecimentos históricos, do devenir das sociedades, a força propulsora que leva os povos e as nações a se modificarem incessantemente. Aquêles “estado social” cuja origem não conseguiram descobrir os filósofos alemães nem os enciclopedistas franceses, estava agora equacionado para todo o sempre.

O materialismo histórico mostra que em última análise todo o progresso da humanidade da inteligência e do saber – a conquista do espaço cósmico – foi tudo resultante do trabalho humano. Foi o trabalho que criou o próprio homem, criando depois a civilização.

Nessas condições são os modos de produção o fator determinante do progresso. Depois de feita a descoberta, tudo parece muito simples e até banal. Da luta para satisfazer suas necessidades de alimentação, habitação, vestuário e tôdas as necessidades geralmente chamadas vitais surgem relações entre os homens, que variam com o decorrer dos tempos, e essas variações por sua vez são determinadas pelo progresso e os aperfeiçoamentos introduzidos nos instrumentos de trabalho. Do grau de desenvolvimento das forças produtivas dependem as relações de produção, e sôbre ambas é que assenta tôda a superestrutura ideológica, com suas instituições jurídicas, políticas, religiosas e artísticas.

Para o materialismo histórico é realmente a economia que em última análise dita as características de cada época, de um estágio da civilização, mas não o faz diretamente, mecânica-

²⁷ - Idem, pag. 31.

mente, e sim através do complexo sistema de superestruturas. Assim, admite que tôdas as instituições jurídicas, por exemplo, nascem das relações de propriedade – em última análise – mas isso não significa que a instituição depois de nascida, quando já tem vida, não constitua de per sí um elemento atuante e de influência decisiva na conformação da vida social. Por isso o materialismo histórico não é nem mecanicista, nem dogmático, nem fatalista. Reconhece o valor das ideias – boas ou más – como fôrças motoras da história, ao mesmo tempo que deixa bem clara, bem nítida a inspiração puramente material, ou melhor a origem inteiramente material de todas elas.

Segundo o materialismo dialético, primeiro se modificam os instrumentos de trabalho, como fruto da experiência do homem na conquista da natureza, e êsses aperfeiçoamentos introduzidos na técnica da produção acarretam mais cedo ou mais tarde modificações nas relações de produção. Essas alterações por sua vez supõem o aproveitamento máximo das antigas relações de produção, até sua substituição sempre por outra mais condizente com o avanço das fôrças produtivas.

Com o testemunho dos fatos ocorridos no passado humano, o materialismo histórico mostra que o conjunto das fôrças produtivas e das relações de produção, com as respectivas superestruturas correspondem a uma unidade a que se dá a denominação de formação econômico-social. ter uma noção bem exata do significado de formação econômico-social é indispensavel para a compreensão do materialismo histórico. Assim, por suas características próprias, a humanidade até os dias atuais já conheceu as seguintes formações econômico-sociais: 1º) – O regime comunal primitivo; 2º) – O regime escravagista; 3º) – O feudalismo; 4º) – O capitalismo e 5º) – O socialismo.

Em traços gerais, as características de cada uma dessas formações podem se apresentadas do seguinte modo:

- Regime comunal ou comunismo primitivo – é o da ausência da propriedade privada da terra correspondendo a um estágio muito remoto da história do homem, anterior mesmo ao estado comunitário ainda encontrado nos povos selvagens de que se tem notícia, como algumas tribos selvagens da América do Sul, da África e das Austrália; aí existe apenas a propriedade individual dos objetos de uso pessoal; é uma sociedade sem classes.

- O regime escravagista surge em consequência do aumento da produtividade do trabalho e da escassez dos meios de

produção, que se tornam insuficientes para atender às necessidades da população; representa um progresso sobre o estágio anterior; aí se verifica a existência da propriedade privada não só da terra e dos meios de produção, mas de parte da população, a maioria, que fica pertencendo a outra parte, a menor, que lhe explora o trabalho; a sociedade tem no escravo sua principal força produtiva e, afinal, divide-se em duas grandes classes de interesses opostos – os senhores e os escravos.

- O feudalismo nasce como uma formação econômico-social capaz de resolver as contradições antagônicas do regime escravagista; a história de Roma, principalmente o período das lutas sociais, mostra com muita nitidez a impossibilidade da continuação do regime antigo, escravagista; com o feudalismo praticamente desaparece a escravidão e surgem os servos da gleba, que sendo relativamente livres, podiam apropriar-se de uma parte de sua produção, o que lhes aumenta o interesse de produzir, contribuindo assim para a melhoria geral das condições de vida; embora no feudalismo houvesse uma complexa hierarquização das classes sociais abrangendo a todas as pessoas, de fato, as duas classes fundamentais e antagônicas eram os senhores e os servos.

- O capitalismo surge do desenvolvimento do artesanato e da intensificação do comércio, nos fins do período medieval; toma suas características de um modo mais definido depois da Revolução Industrial, com a generalização do uso das máquinas; gera uma nova classe, o operariado, completamente destituído dos meios de produção e que, para não morrer de fome, é obrigado a vender ao capitalista a sua força de trabalho; opera-se, nessas condições, a espoliação da classe que produz, pela apropriação capitalista da mais-valia; o capital, resultante da mais-valia acumulada, concentra-se por força do próprio processo espoliativo, dando origem aos monopólios, que geram o Imperialismo – a forma superior, mais agressiva e última do capitalismo.

- A classe operária, resultante do caráter social da produção capitalista, em luta contra a exploração, aumenta cada vez mais sua força, organiza-se politicamente, e toma conhecimento do papel que lhe reserva a História; a opressão imperialista sobre os países mais atrasados faz com que o operariado dessas regiões adquira maior grau de espírito revolucionário e ajuste, com a ajuda dos camponeses, o caráter social da produção a uma distribuição também socializada; surgem as lutas

pela libertação política ou econômica dos povos coloniais ou subdesenvolvidos, pela abolição dos restos feudais em sua economia, contra a exploração estrangeira, pela formação de governos nacionalistas e, afinal, criam-se condições para o advento do socialismo;

- No socialismo, a classe operária sóbe ao Poder e organiza, numa das suas diversas formas, a ditadura do proletariado; é um Estado de tipo especial, destinado a realizar a transição do regime capitalista ao socialismo; tem o nome de *ditadura* apenas no sentido de significar que é ainda um regime de classe como os anteriores, no mesmo sentido se denomina o capitalismo de ditadura da burguesia; todavia há uma diferença essencial – sua maior missão é extinguir a propriedade privada dos meios de produção com tôdas as suas sequelas, preparando o caminho para a construção da sociedade comunistas, que é: expressão máxima da liberdade, da cultura e da civilização, quando deixará de existir a exploração do homem pelo homem, desaparecendo as classes sociais, e, na feliz expressão de Marx, “termina a pré-história da humanidade”.

O aparecimento do materialismo histórico fez cessar o cáos e as idéias fantásticas, aberrantes, que imperavam a respeito da História. É, como diz Lênin, “uma teoria científica assombrosamente completa e harmônica”. O materialismo histórico acabou de vez com todas as teorias idealistas que viam na História nada mais do que a obra do acaso, ou o resultado da vontade desordenada e arbitrária dos indivíduos, dos grandes homens, dos heróis ou dos deuses. O materialismo histórico tornou a ciência social tão exata como as ciências naturais.

Diante disso, o capitalismo vive um drama tremendo, é um caso de desespêro, pois é a única formação econômico-social que já teve a certeza do seu desaparecimento. Antes do capitalismo, tôdas as formações que existiram tiveram, como êle, a presunção de se julgarem eternas, mas na verdade nenhuma delas teve a certeza absoluta de sua passagem para a História, como está ocorrendo com o atual regime desde o dia em que foi criado o primeiro Estado socialista do mundo, a União Soviética, em 1917, que nos dias atuais, ainda não decorrido meio século de prática do socialismo, entra vitoriosamente na construção do comunismo.

Daí o empenho que têm os ideólogos do capitalismo em desacreditar o materialismo histórico, substituindo-o por outras idéias, como se verá no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III

OS DETURPADORES DO MARXISMO

Desde a revolução sociológica provocada pelo aparecimento do marxismo, como a única ciência social exata, capaz de determinar as leis do desenvolvimento da natureza e da sociedade, indicando às classes exploradas o caminho de sua libertação pela vitória do socialismo e a construção do comunismo, que tem sido a maior preocupação dos ideólogos a serviço do capitalismo negar o caráter científico dessa concepção do mundo.

É exatamente porque o marxismo-leninismo não se limitou à ser apenas uma teoria como tantas outras que se perdem no campo das abstrações, e uniu às atividades especulativas a atividades prática, formando um método seguro para a transformação do mundo, “um guia para a ação”, que o capitalismo lhe vota um ódio cego e irracional, não poupando meios de combatê-lo, na vã ilusão de conseguir a sua destruição.

Êsse combate feroz e encarniçado – sobretudo inútil – tanto se trava no campo da ideologia, do pensamento, científico ou social, como na vida diária assume aspectos policialescos, ou melhor dito gangsterianos, com atentados à vida dos mais dedicados militantes marxistas, até o assassinio frio e deliberado de indomáveis filhos do povo, na cadeira elétrica ou nas masmorras dos países imperialistas e coloniais. Por outro lado, não é muito fora do comum o espetáculo degradante a que por vezes se assiste, de algum “filósofo idealista” descer do pináculo das suas galimatias heliocrômicas para tentar a agressão física, as vias de fato, quando em desespero e vencido pela inanidade da sua “ciência”.

Os historiadores a serviço do capitalismo costumam dizer que à História não possui leis, que estas só são encontradas nos domínios das ciências naturais, sendo impossível a sua ocorrência nas ciências sociais, ou melhor na História, porque esta é feita pelo homem, ser racional e livre, que não pode submeter suas atitudes a critérios predeterminados. Outros admitem a existência das leis históricas, mas ficam apenas nisso, jamais enumerando uma só, e procurando obscurecer a afirmativa com o conhecido argumento de que os fatos históricos não se repetem.

No entanto o marxismo não somente prova a existência de leis na História, como, partindo da noção básica das formações econômico-sociais, as enumera e classifica.

De acordo com o materialismo histórico há leis gerais, que se aplicam a todas as formações sociais, e leis específicas, que regem apenas determinados tipos de sociedade.

Dentre as primeiras podem ser incluídas as seguintes:

- a) – Lei da ação determinante da existência social sobre a consciência social;
- b) – Lei da ação determinante do modo de produção dos bens materiais sobre a estrutura e o desenvolvimento da sociedade;
- c) – Lei da obrigatória correspondência das relações de produção com o caráter e o grau de desenvolvimento das forças produtivas;
- d) – Lei da ação determinante da base econômica (infra-estrutura) sobre a superestrutura social;
- e) – Lei da revolução social como modo de passagem de uma formação social para outra.

Como exemplos de leis específicas podem ser citadas a lei da luta de classes e a lei do desenvolvimento harmônico e proporcional da economia socialista.

A luta de classes é a força motriz da História e se verifica em todas as formações econômico-sociais em que há classes exploradoras e classes exploradas, separadas, desunidas, em posições opostas, antagônicas e irreconciliáveis, mantidas nessa situação pela força coercitiva do Estado, pelo Direito, em suma, como o resultado das relações de produção e a superestrutura nela vigente. Existiu em todos os tempos, desde a destruição do regime comunal primitivo até o aparecimento do primeiro Estado socialista. Só desaparece a luta de classes com as transformações operadas no regime socialista, quando todas as classes se tornam amigas, fraternais, em face da extinção da propriedade privada dos meios de produção, e, daí em diante, com o advento do comunismo, quanto termina “a pré-história da humanidade”. Promover o desaparecimento da sociedade dividida em classes e

criar uma sociedade verdadeiramente civilizada é a missão histórica da classe operária, que libertando a si liberta tôdas as demais.

A lei do desenvolvimento harmônico e proporcional da economia é uma lei específica do regime socialista. Só começa a vigor depois do desaparecimento da propriedade privada dos meios de produção, que passam a pertencer a tôda a sociedade. No regime socialista, o caráter social da produção – já existente no regime capitalista – passa por modificações profundas na sua forma orgânica e se ajusta a um critério mais alto e mais humano, que é a socialização da distribuição, a fim de atender às necessidades coletivas de consumo de todos os bens, e não ao interesse de lucro dos empresários, como ocorre no regime capitalista.

Essa transformação radical se opera por meio do planejamento econômico, que se faz plenamente no socialismo, de vez que já não existem os empecilhos oriundos da propriedade privada. Em vez de câos e da anarquia imperantes sob o capitalismo, geradores das crises e das comoções sociais, a economia socialista se desenvolve de uma maneira ininterrupta e harmoniosa, atingindo sempre os mais adiantados grâus do progresso.

A negativa dessas leis, cientificamente certas e comprovadas pela construção do socialismo na terça parte do mundo, e as tergiversações em tôrno delas pelos sociólogos das camadas ricas da sociedade, têm por finalidade encobrir ou mascarar o caráter històricamente transitório do capitalismo e sua inecitável e próxima desapareição.

Da mesma forma que as leis da natureza, as leis do desenvolvimento social mostram a relativa constância das relações existentes entre os fenômenos. Isto significa que há fatos que se repetem com uma certa regularidade, diante de determinadas condições objetivas, onde quer que elas ocorram, no tempo ou no espaço. O regime econômico capitalista, por exemplo, em tôdas as partes onde existiu, sempre ocasionou crises, desemprego, a miséria dos trabalhadores, a pobreza, as greves e a guerra. Traços igualmente específicos apresentou o regime escravagista.

Além das leis acima referidas, o materialismo histórico possui também *categorias*, que são maneiras de abordar a realidade social, de analisar o mundo objetivo a fim de estabelecer os conceitos permitir a compreensão do desenvolvimento histórico. São os reflexos dos aspectos mais gerais da natureza e da sociedade na consciência do homem. Entre elas, afora a mais importante – a formação econômico-social – já examinada, existem outras de suma importância para a compreensão do materialismo histórico, como *os modos de produção* dos bens materiais, as *fôr-*

ças produtivas, as relações de produção, a base e superestrutura, classe e revolução. Infelizmente as dimensões deste trabalho não permitem um estudo detalhado de cada uma delas, todavia na exposição feita até aqui é possível compreender-se de que trata, pois o assunto abrangido por essas categorias foi abordado de um modo pelo menos vago e difuso.

Outra tendência do combate ao marxismo é o renascimento do medievalismo. Já Lênin havia notado numa de suas obras, que “a burguesia, com medo do proletariado, que cresce e aumenta de forças, apoia tudo que é atrasado, caduco e medieval”. A expressão maior dessa tendência é o *neotomismo*, que procura adaptar aos tempos modernos as concepções da escolástica medieval de Santo Tomas de Aquino.

Na opinião de um dos mais eminentes marxistas da atualidade, “el neotomismo es una doctrina sutil y artera que a menudo lleva a la confusión no solo a gentes sencillas, sino también a los hombres de ciencia de los países capitalistas”.²⁸(29)

“Los filosofos reaccionários de los Estados Unidos, Francia, Austria, Italia, Inglaterra y Alemania occidental levantan hoy sobre el pavés a Tomás de Aquino, la cabeza visible de los escolásticos de la Edad Média; en las universidades norteamericanas, italianas, francesas e inglesas se dan cursos sobre la filosofia tomista, a la que se dedican, además, en esos países, numerosas obras, estudios, disertaciones y artículos de revista. La bibliografía de Tomás de Aquino, en la que se enumeran los trabajos acerca de este filósofo medieval salidos de las prensas en los últimos veinte años, ocupa 315 páginas”.²⁹(30)

O neotomismo admite Deus como o criador do Universo, a natureza como a “realização da idéia de Deus”, e a História como o “cumprimento dos desígnios divinos”. O neotomistas admitem também a existência real do mundo, independentemente do homem, e que o mundo pode ser conhecido com a ajuda dos sentidos e da razão. Nisso se diferenciam dos neopositivistas e dos existencialistas, criticando estes últimos por seu irracionalismo e proclamam a razão como o meio que Deus deu ao homem para o conhecimento da verdade.

Mesmo para a intelectualidade honesta dos países capitalistas o neotomismo se apresenta sedutor, porque aparenta conciliar a ciência e a fé. Daí o seu poder de atração, como doutrina “sutil y artera”. Porém, como já têm salientado os críticos

²⁸ - Otto _____ e outros. **Manual de Marxismo-Leninismo**, pag. 58. Ed. _____. México, 1960.

²⁹ - F. V. Kunstantincev. **El Materialismo Histórico**, pag 332. Ed. _____. México, 1960

marxistas, na realidade só admite a *razão* até o ponto em que ela não contraria os ensinamentos da Igreja, considerando insensatez e um atentado contra a razão qualquer proposição científica que se oponha aos dogmas. Para os neotomistas há três caminhos para se atingir a verdade: a ciência a filosofia e a religião, sendo a ciência o inferior de todos. A riqueza da bibliografia neotomista, os largos meios de que dispõe para sua difusão, isto tudo a identifica como uma doutrina que serve extraordinariamente aos interesses das classes dominantes na fase atual de decadência do capitalismo.

“Claro exponente del cuadro de descomposición de la filosofía burguesa es la filosofía idealista de un autor norteamericano actual. Santayana. Su doctrina sobre los entes “supraterranales” no es sino una reproducción del “reino de las ideas” de lá filosofía platónica y de los “universales” de lo escolasticismo medieval. Santayana declara sin embages que es enemigo de la ciencia y que su “filosofía no es ni pretende se científica”. “La verdad y el absurdo – escribe Santayana – pueden considerarse como una y la misma cosa y cabe reputar como desdeñable la diferencia entre una y otro”. “Y lo filósofo norte-americano Gleen, autor de la obra titulada *Introducción a la Filosofía*, manifiesta que su filosofía se consagra, voluntariamente y sin reservas, al servicio de la teología”.

“La filosofía más extendida en los Estados Unidos, el *pragmatismo* (Dewey, Hook), es una variante del idealismo subjetivo. Esta filosofía borra las fronteras entre el conocimiento y la fé, la ciencia y la religión, la filosofía y la teología”.

“Uno de los productos ideológicos más podridos de la reacción imperialista es la filosofía idealista subjetiva del *existencialismo*, que tantas secuaces encuentra entre la burguesía y los intelectuales burgueses de Francia, Estados Unidos, Inglaterra y la Alemania Occidental. Los *existencialistas* consideran como sus maestros a San Agustín y otros místicos medievales, a Nietzsche y a Bergson, pero los inspiradores inmediatos de los existencialistas alemanes fueron los fascistas. El odio a todo lo humano, el desprecio por la razón y por el conocimiento científico, el amoralismo, la glorificación de la muerte y el bandoleirismo imperialista, figuran entre los rasgos característicos de esta filosofía del capitalismo agonizante. La única realidad, para los existencialistas, es la existencia personal, individual. Según ellos, la colectividad, el pueblo, la sociedad son un absurdo, una mentira. La reacción imperialista cultiva y estimula la filosofía existencialista, con el designio de corromper la conciencia del hombre, destruir la solidaridad proletaria, desviar el pensami-

ento de los trabajadores de las contradicciones sociales y la lucha revolucionária de clases y concentrar su atención en los intereses personales y estrechamente egoístas”.

“Y también sirve a los mismos fines imperialistas la corriente filosófica idealista subjetiva de los *semánticos*, quienes tratan de reducir la filosofía a un malabarismo escolástico de palabras. Los semánticos afirman que los conceptos no son un reflexo de la realidad, que conceptos como los de “*capitalismo*”, *socialismo*, *clase*, *burguesia*, *proletariado*, etc., carecen de todo sentido y significación real. Todo concepto es, a su juicio, algo convencional y son, al parecer, las palabras, cuando se les quiere atribuir un sentido real, las que engendran las contradicciones y los conflictos sociales. Según los semánticos, bastaría con borrar del lenguaje expresiones, como las *capitalismo*, *comunismo*, *lucha de clase*, *socialismo*, *fascismo*, etc., para haver desaparecer las contradicciones sociales de la sociedade burguesa.”³⁰(31)

Outro tanto se poderia dizer a respeito de tôdas as demais manifestações do espírito humano no período atual. A literatura, a arte, os costumes, a moral, o direito, tudo enfim na fase atual do capitalismo apresenta-se corrompido, disorcido, esfacelado, deformado, o que nada mais representa do que sintomas alarmantes de uma formação econômico-social em plena decadência. Sob êsse prisma é que damos por encerrada a primeira parte do nosso trabalho, firmando uma posição ideológica, e passamos à segunda parte onde resumidamente procuraremos focalizar alguns pontos dos efeitos dessa decadência no ensino de História nos estabelecimentos escolares do Brasil, ou melhor, a influência dessa filosofia oficial de evasão e fuga da realidade, sôbre o livro didático, suas consequências na formação moral da juventude brasileira e nos destinos da nação.

³⁰ - Idem, idem.

Segunda Parte
CAPITULO I
A DEFORMAÇÃO DA HISTÓRIA

A luta ideológica que se trava no mundo atual tem reflexos profundos no livro didático, principalmente no de História. Compreende-se que assim seja. Como todos sabemos, consciente ou inconscientemente os princípios materialistas foram admitidos primeiro nas ciências naturais e só mais tarde nas ciências sociais. Sob certos aspectos essa situação ainda perdura, principalmente em toda parte onde as classes ricas têm condições de impôr tudo que venha a favorecer os seus interesses, dispondo para isso do poder coercitivo do Estado.

Dêsse modo, o livro de História, o compêndio usado nas escolas do mundo ocidental traduzem com fidelidade o afã do capitalismo e seus teóricos em apresentar essa formação econômico social como o tipo mais perfeito de sociedade que se possa imaginar, com instituições modelares, que permitem ao homem o desenvolvimento máximo de suas potencialidades, por isso mesmo tendo um caráter permanente, definitivo, não estando destinado a ser substituído por nenhum outro, e sim a ir-se aperfeiçoando com o correr do tempo, na proporção em que melhorarem as qualidades morais do homem.

E como em matéria de moral existem nas sociedades de classe de todos os tempos os seus donos, os que fazem a ligação entre as fontes extra-terrenas da moral e a humanidade, as atuais instituições da sociedade organizada pela burguesia capitalista são apresentadas como a forma temporal dos princípios éticos eternos. Para êsse fim, como a ciência histórica não ajuda nem serve à propagação de semelhantes imposturas, que contradizem

a realidade, impõe-se a deformação pura e simples da verdade histórica.

É exatamente êste o tema principal do nosso trabalho. Mas para compreendermos o sentido e a significação dêsse fenômeno, impunha-se, como tivemos de fazer, uma explanação a respeito do que seja o Materialismo Histórico, como a única ciência social exata, em contraposição à sociologia burguesa que se afunda cada vez mais no subjectivismo e na fantasia, na arbitrariedade, atendo-se aos aspectos secundários e superficiais da vida social, recunciando nessas condições ao verdadeiro espírito científico.

Essa deformação cultural encontra sua expressão máxima no livro didático dos países subdesenvolvidos, vítimas da exploração capitalista, havendo um exemplo que já se tornou clássico entre os autores que abordaram o assunto, que é o de conterem os livros usados na África colonial francesa noções completamente impróprias e inverídicas para as crianças negras, como seja falar em “nossos antepassados gauleses”. No Brasil passam-se coisas semelhantes.

E como em nosso país temos a tradição republicana de ensino público prevalente, isto é, no sentido de que não só o currículo mas todo o programa das diversas matérias lecionadas nos estabelecimentos – públicos ou particulares – deve obedecer rigorosamente aos programas oficiais do Ministério da Educação, temos de ir buscar nessa fonte o cadinho onde se processa a distorção da história.

No entanto, quem se der ao trabalho de percorrer detidamente os programas oficiais de história, não encontrará diretamente nada que comprometa o órgão máximo de nossa educação com os males acima pontados. A enumeração dos títulos, a divisão da matéria, sua gradação pelas diversas séries, apresentam um conjunto equilibrado, que permitem ao aluno ingressar na vida prática com noções seguras de evolver da humanidade.

Todavia o compêndio de História não deve satisfazer simplesmente aos programas oficiais, isto não é o bastante para que um autor tenha sua obra aceita pelos colégios e encontre colocação segura no mercado livreiro, por melhor que seja o trabalho. Impõe-se que êle seja aprovado por um órgão oficial do Ministério da Educação, que examina decidindo se deve ou não receber o “imprimatur”. Mais do que nos setores responsáveis pela elaboração dos programas, é aí que se encontra a origem da maioria dos senões que inquinam o livro de História.

Êsse órgão é a Comissão Nacional do Livro Didático, que funciona à semelhança de um tribunal da Inquisição. Como tôdas as comissões, sua composição é heterogênea, representando os seus membros as diversas correntes do pensamento pedagógico

é, principalmente, as duas grandes correntes que no Brasil se digladiam em torno dos problemas do ensino, ou sejam, os defensores da escola pública e os da escola privada. Assim, os defeitos dos nossos compêndios de História são também um aspecto dessa luta, que não cabe aqui examinar. Contentar-nos-emos em dizer que sendo a escola particular no Brasil a mais forte, por ser a escola típica da burguesia nacional, da classe que detém em suas mãos o controle de setores fundamentais na formação da opinião pública, e o próprio Poder, é a escola privada quem dita as normas de aprovação ou rejeição dos livros que são submetidos ao fulcro oficial.

Caberia ainda examinar o “modus faciendi” e os *porquês*. Isso porém iria dar ao nosso trabalho uma extensão que as circunstâncias não permitem. Forçados por motivos imperiosos, somos obrigados apenas a admitir que é um fato incontestável a ocorrência desse processo de inocular no meio social uma série de idéias falsas, que travam o progresso em geral e o desenvolvimento da ciência, passando, em seguida, diretamente ao texto de uma das obras didáticas mais atualizadas, recentemente impressa e de larga aceitação em nossos educandários.

Quase poeríamos dizer que se trata de uma escolha feita ao acaso, pois não nos move nenhuma indisposição pessoal contra qualquer autor. Se escolhemos um, certo e determinado, cujo nome temos por uma questão de honestidade o dever de declinar, é simplesmente a impossibilidade de nos limitarmos a uma crítica aérea, sem base na realidade imediata que é o livro A ou B.

Temos por isso e malta conta aquela advertência do pai do materialismo e das ciências experimentais dos tempos modernos, o filósofo inglês Francis Bacon (1561-1626), que em sua obra fundamental “*ovum Organum*”, combatendo o espírito obscurantista, dizia:

“O novo método exige, antes de tudo, que a razão humana se emancipe de quaisquer idéias preconcebidas, de imaginações falsas, herdadas do passado ou condicionadas pelas particularidades da própria natureza humana, e que impeçam a descoberta da verdade. Bacon denomina *ídolos* a essas idéias preconcebidas que conturbam a itneligência humana, e as divide em quatro classes: - *os ídolos da raça*, que têm sua origem na própria natureza humana, tende a desfigurar a percepção das imagens; *os ídolos da caverna*, correspondentes ao homem individual e estão condicionados à educação e à sociedade que o rodeia; *os ídolos do fôro*, devidos às imperfeições da linguagem e ao seu uso ao nível d amultidão; e, afinal, *os ídolos do teatro*, engendrados pelas diversas escolas filosóficas errôneas, principalmente pelo idea-

lismo. O investigar científico, depurando a inteligência dêesses ídolos, deve tomar o caminho justo do exame dos fatos, elaborar o novo método do conhecimento experimental, indutivo”.³¹
(32)

Nosso trabalho será portanto uma simples caçada a êsses fantasmas que povoam as páginas do livro didático, ou mais rigorosamente uma sortida iconoclasta contra essas imagens da ignorância, do preconceito e da superstição. É claro que pela escassez do tempo e por nossas deficiências pessoais, não vamos seguir passo a passo tôda a distorções da história no livro escolar. Explicando detalhadamente suas causas e seus objetivos, ficaremos apenas naquelas que nos parecerem mais importantes, mais representativas, dando assim uma visão geral do fenômeno.

³¹ - A. V. Scheheglov. **História da Filosofia**, pag. 79.

CAPÍTULO II
OS ÍDOLOS ATRAVÉS DOS TEMPOS
- I -
NA PRÉ-HISTÓRIA

A pré-história é o cordão umbilical que liga a natureza à sociedade, à civilização. Por meio de seu estudo é que podemos compreender como o homem saiu da animalidade até ascender aos pontos mais elevados do progresso e da cultura.

Este assunto constitui um dos primeiros itens do programa oficial do estudo de História Geral nas escolas brasileiras. Tomemos, por exemplo, o programa do curso científico, que é a segunda parte do ciclo secundário, quando se ampliam e consolidam os conhecimentos adquiridos no curso ginasial. É aí que na maioria das vezes o aluno recebe uma noção definitiva a respeito do homem e do seu papel na vida em sociedade, para depois enfrentar as vicissitudes da existência num mundo dividido por interesses opostos e classes antagônicas.

O que exige o programa? – Apenas o conceito e a divisão da pré-história.

Se o programa pede muito pouco, o livro ainda reduz mais e expõe a matéria de um modo irracional e anti-científico. É certo que já não se encontra um livro que endosse os argumentos mitológicos ou bíblicos sobre as origens do homem. Mas isso só não é bastante. Também a simples enumeração de alguns espécimens do homem pré-histórico não satisfaz às necessidades mínimas dos conhecimentos históricos atuais.

É indispensável que o aluno compreenda porque êsses tipos surgiram, qual a razão do seu aparecimento, porque evoluíram e como, até chegar ao tipo atual – o *Homo sapiens*.

No tocante às instituições sociais, são dadas apenas noções vagas de que a religião e a propriedade privada são contemporâneas do *Homo-sapiens*. Porque e como nasceram – nada. Se antes de ser religião foi outra coisa, se antes do estágio privatista da propriedade houve outra forma qualquer – nada também.

Sobre as formas de organização familiar, nem uma palavra – é tabú. Isso fica para mais adiante, quando já for possível apresentar à juventude estudiosa um dos tipos de famílias semelhantes às da atualidade, isto é, o patriarcalismo ou a monogamia acompanhada do seu *alter ego*...

Alguns livros, depois de cada uma das unidades do programa oficial, costumam trazer uma bibliografia especializada, para uso dos alunos. Todavia o livro escolar tem o cuidado de só incluir nela os livros que combinam com a maneira de expor, acima referida. Podem ampliá-la, bruní-la, fazê-la assumir aspectos mais ou menos literários, ao gosto e na medida do talento dos autores, contanto que não passe das superficialidades, das coisas secundárias.

Ninguém pode negar que atualmente os jovens que cursam o segundo ciclo dos estudos secundários estão capacitados a compreender êsse assunto, por isso não se justifica que não seja o memo exposto dentro do rigôr científico. Não apenas por essa razão, mas ainda em benefício da formação moral da juventude, para melhor compreensão do mundo e dos fatos da vida social.

Não o fazendo, o livro de História trói às suas finalidades.

Longe de nós a idéia de propor um estudo sistemático e aprofundado da pré-história e de suas instituições no curso secundário, mas pelo menos não se fuja a verdade. Cabe uma abordagem geral dos aspectos essenciais, de tôdas elas, e na bibliografia não envolver numa “cortina de silêncio” obras fundamentais, rigorosamente científicas, como a *Sociedade Antiga* do consagrado etnologista e arqueólogo norte-americano Lewis Henry MORGAN, a famosa obra de Engels – *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado*, e aquêlo capítulo da *Dialética da Natureza*, do mesmo autor, denominado *A Humanização do Macaco pelo Trabalho*.

Nêsse particular, convém lembrarmos que antes mesmo da admirável obra de Engels, onde é estudada a influência dos hábitos de trabalho sobre a evolução bio-somática dos antropoides, já o cientista e estadista norte-americano B. Franckin chegára à mesma conclusão, definindo o homem como “the tool making animal”.

ORIENTE E CIVILIZAÇÃO GRECO-ROMANA

No estudo das civilizações orientais os nossos livros * tem o máximo cuidado em afastar um dos aspectos mais importantes e comuns à maioria delas, que é o desaparecimento da comunidade primitiva, quando era desconhecida a propriedade privada, através da agricultura até chegarem à criação do Estado.

No tocante ao aparecimento dêsse último, é o mesmo apresentado sem qualquer explicação das suas causas, como se fôsse qualquer coisa semelhante ao surto que certas modas de penteado ou de vestuário – se é que aí também não há uma razão de ser.

Outro ponto comum de tôdas as civilizações antigas, é a mais acirrada luta de classes. A começar pelo Egito, nota-se perfeitamente que na medida em que vai desaparecendo o comunismo primitivo, quando o homem é o simples coletor de alimentos que lhes são proporcionados sem qualquer esforço pela natureza, vão surgindo novas e cada vez mais aperfeiçoadas formas de produção, e isso provoca o aparecimento de classes sociais de interesses opostos.

Isso determina um processo idêntico no seio de muitos povos, que vem afinal a ter sua expressão mais perfeita e acabada no Estado escravagista. O próprio Estado como instituição social não tem outra função mais importante do que essa de manter pela força da dominação da minoria privilegiada sôbre a maioria trabalhada e espoliada.

Aspectos tão importantes como êsses são relegados a um plano inteiramente secundário em nossos livros. A luta dos escravos pela mudança de uma situação, encontrada no Egito, onde se revoltaram contra a aristocracia, e juntamente com os camponeses chegara a destronar o faraó, castigar os juízes corruptos, apoderando-se dos depósitos de víveres; o mesmo fenômeno, encontrando na Grécia, ao lado da escravidão por dívidas, da divisão e subdivisão da terra, a agiotagem com o empobrecimento progressivo dos pequenos camponeses, até transformá-los em escravos; revoltas e luta contínua contra a usurpação e

* Nota: Tomamos como livro padrão para os fins dêste estudo a conhecida coleção de História Geral para o Curso Científico da Cia. Editora Nacional, editado em 1960. Autor: Armando Souto Maior. A obra está dividida em três partes: História Antiga (1º ano); História Medieval e Moderna (2º ano) e História Contemporânea (3º ano).

a rapinagem levada a efeito pelos ricos, o que deu lugar às célebres reformas legislativas de Dracon e Solon; a expressa separação dos cidadãos na vida social de acordo com a riqueza de cada qual; as medidas legislativas de perdão das dívidas entre particulares – benefício para uns e expropriação de outros – determinando todo esse processo o aparecimento de novas formas de direito e de organização social; a transferência de um grupo de aristocratas de sangue da direção dos negócios públicos, ao Estado, cedendo lugar a outro grupo que até então não tinha nenhum poder, passando assim a classe dirigente da nação; o aparecimento da democracia escravagista ateniense e o seu significado; o recrudescimento das lutas internas de grupos, as sublevações dos escravos, desde os tempos antigos, como a que ocorreu em 494 a. C., na cidade de Argos, até a fuga em massa, como se deu em Atenas, ao fim da guerra do Peloponeso, além da luta paralela entre aristocratas e democratas; acontecimentos esses que estão todos intimamente ligados por um fio comum, são apresentados como entidades autônomas, isolados uns dos outros, para não permitir de modo algum ao aluno descobrir o que há como substrato geral deles.

Em Roma, os mesmos processos de formação de grupos privilegiados – ressalvados apenas aspectos peculiares de valor secundário – as mesmas lutas, entre patrícios e plebeus; idêntica exploração dos camponeses, seu progressivo empobrecimento, sua escravização; o aumento dos poderes do Estado para sufocar o descontentamento; a usurpação das terras públicas pelos senadores e os altos titulares do governo; aqui, tal como no Egito depois da perda das possessões asiáticas ou em Atenas depois da perda das colônias da Ásia Menor, Roma na sua fase de decadência só via uma solução para minorar suas aperturas financeiras: aumentar a exploração das classes pobres, aumentar os impostos que pesavam sobre a maioria da população, enquanto mantinha intactas as riquezas dos poderosos; as revoltas dos escravos, inclusive as páginas imortais do heroísmo dos escravos da Sicília, chefiados por Damófilo e Cléon, Sálvio e Atenião contra as desumanidades dos ricos cavaleiros romanos; as páginas épicas de Espartaco e seus companheiros, que puseram em perigo a estabilidade do império romano; a atuação de Tibério e Caio Graco contra os latifundiários, lutando pela reforma agrária que trouxesse alívio ao empobrecimento dos pequenos camponeses livres; o recrudescimento das lutas sociais; a função amortecedoras de certas *leis sociais* – que visam solapar o ímpeto revolucionário das massas – como a famosa lei do pão, que mandava distribuir trigo gratuitamente para a plebe romana; o costume introduzido pelos ricos romanos – entre eles Cé-

sar – de enganar a plebe com pão e circo, para continuar tranqüilamente a explorá-la; êsse conjunto de circunstâncias, enfim, sendo claramente o centro propulsor das transformações que iam se efetuando em Roma, nada disso é mostrado ao aluno com sua verdadeira significação social. Fazê-lo seria descobrir o *motor* da História, e isso não convém aos grupos nacionais e estrangeiros que dirigem a educação no Brasil.

Todavia, quando chegamos aos aspectos fúteis de cada uma dessas civilizações, como o vestuário dos egípcios, sumérios, gregos e romanos, os nossos livros são de uma riqueza exuberante, entram nos menores detalhes. Dando aos livros de história muitas vezes um aspecto de coluna social da nossa imprensa, alguns autores chegar ao ridículo de se assemelharem aos colunistas do “society”, ao descreverem a cerimônia do casamento das pessoas da classe rica de Roma.

Capítulos de numerosas páginas são dedicados a guerras e mais guerras, enaltecendo a figura dos “heróis”, dos chefes e dos líderes, cuja existência nem sempre é realmente um exemplo dignificante para a mocidade, despertando dessa forma o “culto dos heróis”, do “super-homem” e outras aberrações.

Ao se referirem aos problemas culturais, a maioria dos livros didáticos lançados no mercado brasileiro – quer dizer, aquêles que professôres e alunos são obrigados a usar – ficam nas superficialidades, não esquecendo porém de dizer “a escola, geralmente particular”, ou “o ensino era assunto reservado às famílias” e outras êsse gênero, destinadas a formar uma mentalidade contra a escola pública, universal e gratuita.

Se têm de apresentar alguma noção sôbre o pensamento filosófico dêsses povos, é infalivelmente aproveitada a oportunidade para, distorcendo a verdade histórica, apresentar os partidários do materialismo como homens corrompidos, levianos, sensuais, dados aos prazeres da mesa, do copo e da carne. Procura-se desonestamente inculcar no jovem estudante a noção grosseira de que o materialismo, em qualquer das suas formas, é sinônimo de imoralidade, de falta de respeito para com os pais e a família, para com os mais velhos, e, em suma, o oposto a todos os sentimentos nobres e dignos.

Porém onde a verdade histórica sofre a mais profunda e cínica deformação, é naqueles pontos em que se entrecruzam a ciência e a fé, pondo em jôgo certas afirmações da última, em face do critério experimental de todo método científico. Nessas ocasiões há autores que chegam a perder a compostura e o respeito que deviam ter não apenas a si próprios, mas acima de tudo à missão que exercem junto à mocidade.

Para a constatação do que estamos afirmando, não é pre-

ciso ir aos fatos de alto conteúdo religioso, como as Cruzadas e as Reformas e a Contra-Reforma, cujo aspecto de episódio marcante da grande luta da burguesia para impor-se como classe é sistematicamente ocultado pelos livros de história, em favor da exaltação dos sentimentos religiosos. Não, o fenômeno pode ser comprovado a cada passo, quando por diversos meios e modos o compêndio de história está sempre a insinuar inverdades para robustecer a crença “oficial”.

É comum encontrarmos compêndios que trazem afirmações deste tipo: “em ladrilhos foram escritos documentos importantes como os Dez Mandamentos e o Código de Hamurábi”, falando a respeito da evolução da imprensa, (1)³², onde há de uma vez só três inverdades – primeiro porque o Código de Hamurábi não foi escrito em ladrilhos, segundo porque os Dez Mandamentos não podem ser considerados um *documento* e terceiro porque não foram escritos em coisa alguma.

Sem qualquer espírito preconcebido contra A ou B, e por mais que o desmascaramento dessas falsidades venha a chocar as criaturas ingênuas que tudo aceitam sem maior exame, isto é um dever indeclinável que se impõe a quem ensina a História como uma ciência e não como uma prenda ou arte manual destinada a entreter o tempo das jovens casadorias da classe rica, enquanto aguardam o aparecimento do príncipe encantado.

Como se sabe, o Código de Hamurábi é uma coluna de diorito (pedra extraída das rochas típicas das grandes cadeias de montanhas, como o Himaláia e outras), com 2,5 m. de altura, descoberta em 1901² pelo arqueólogo francês Morgan (Jacques Jean Marie de Morgan) – que não deve ser confundido com o outro, americano – nas escavações de Susa. Essa coluna contém cerca de 4.000 linhas de inscrições foram decifradas pelo Pe. Scheill, que abriu dessa forma grandes perspectivas para o conhecimento da civilização mesopotâmica e do reino achado, por sua materialidade, é um *documento*, estando guardado atualmente no Museu do Louvre, na França, ao alcance das vistas de qualquer interessado.

Já o mesmo não se pode dizer do Decálogo, apesar de ser mais recente, do sec. XIII/XII a. C., segundo os relatos da Bíblia. Neste livro sagrado, infelizmente, tudo é muito controvertido – os fatos, os nomes, as datas – o que tem ensejado as

³² (1) – Obra cit., 2.º ano, pag. 149.

mais acirradas disputadas entre os teólogos e os intérpretes. Não pode ser tomada como fonte segura de informações históricas. Além disso, o Decálogo bíblico, apesar de *feito* duas vezes – uma diretamente por Joavá e a outra ainda por êle, ou pelo próprio Moisés (há dúvidas) – até a presente data não foi encontrado. Nem os fragmentos do primeiro, que Moisés quebrou, nem o segundo que foi pôsto na Arca da Aliança e andou viajando, apesar das exaustivas buscas no Sinai e por tôda parte onde possivelmente esteve.

Como pode, então, um compêndio de História dizer que o Decálogo, foi *escrito*, ainda mais um *ladrilho* e chamá-lo de *documento*?

Isso é comum em nossos compêndios, em tudo que se refere ao cristianismo, desde os controvertidos fatos que cercam a narrativa bíblica do nascimento do Menino Jesus, até a vitória final do cristianismo, quando foi admitido como religião oficial da Roma imperial em decadência.

Contentamo-nos, apenas, para evitar discussões infundáveis e imutáveis, em citar uma obra de absoluta insuspeição, pelos títulos do autor e por seu evidente anti-comunismo. Não sabemos se já foi traduzida no Brasil – adquirimo-la em Nova York, casualmente. O autor, entre outros méritos, é especializado em arqueologia religiosa e a finalidade desse trabalho é mostrar o processo histórico que levou ao aparecimento monotemo e provar o caráter revelado do cristianismo. ³³(2)

Depois de quatrocentas páginas de pesquisas profundas a fim de provar a autenticidade da história de livros sagrados, com especialidade os do Novo Testamento, e os fatos relevantes neles narrados, conclui melancolicamente, diante da impossibilidade como a existência de velho Código de Hamurábi – consolando-se em fazer um apelo aos historiadores.

“Here the historian has no right to deny what he cannot disprove. He has a perfect right to unveil clear examples of charlatanry, of credulity, or of folklore, but in the presence of

³³ - **From the Stone Age to Christianity** (Monotheism and the Historical Process). William Foxwell Albright (Ph. D., D. H. L., LITT. D., LL. D., TH. D., DR. HON. CAUS.). Editada pela Doubleday Anchor Books. 1957.

authentic mysteries his duty is to stop and not attempt to cross the threshold into a world where he has no right of citizenship”.³⁴(3)

O renomado historiador e teólogo norte americano defende nessas condições a inversão do ônus da prova, exigindo o silêncio da ciência histórica sobre o que ela não puder “disprove” e frente ao que for *mistério autêntico*, competindo-lhe desmascarar apenas as charlatanices claras – o que equivale a ser conivente com todos os tipos de charlatanice mascarada. Esse trecho parece ter sido de encomenda para comprovar aquela afirmação de Lênin de que “quando se tira da História as leis da ciência, imperam as leis da religião.”

Acontece, porém, que a ciência há mais de um século já pronunciou o seu veredicto – o que talvez não saiba o escritor yanque – quando, nas obras de Strauss e principalmente de Bruno Bauer, ficou definitivamente esclarecida a questão.

“Bauer rechazó la porción de realidad histórica reconocida por Strauss a los Evangelios y a Cristo, que, bien lejos de ser el fundador del cristianismo, no es más su producto mitológico.”³⁵(4)

Sobre o valor científico das obras históricas dêsse eminente vulto da segunda fase da escola teológica de Tübingen (Württemberg – Alemanha), particularmente a respeito da sua crítica da Bíblia, inclusive seus profundos estudos sobre a cronologia dos livros sagrados, disse Engels:

“Bruno Bauer – Su mayor mérito consiste, no solo em haber efectuado una crítica implacable de los evangelios y de las epístolas de los apóstolos, sino en haber emprendido seriamente y por primera vez el examen de los elementos judíos y greco-romanos que por primera vez prepararon para el cristianismo la carrera de religión universal. Después de Bruno Bauer ya no se puede sostener la leyenda de que el cris -

³⁴ - Ob. cit. Pag. 390.

³⁵ - Orígenes de la Religión. Charles Haínchelin (França: 1901/1944), tradução espanhola da Ed. Platina. E. A. 1960.

tianismo surgió íntegro y completo del judaísmo y de que, luego de sair de Palestina, conquistó el mundo con su dogma ya definido en sua lineamentos principales y en su moral. Desde entonces, sólo puede continuar vegetando en las facultades teológicas y en el espíritu de las personas que ‘quieren mantener viva la religión para el pueblo’, aun a expensas de la ciencia.”³⁶(5)

Guiado pela ciência do Materialismo Histórico, não pode um professor honesto ceder aos rogos dos que desejam manter a juventude e o povo mistificados, para assim garantir melhor o insaciável apetite de opressão. Entre a verdade científica e as pieguices do misticismo a serviço da exploração, só os desprovidos de senso moral podem vacilar.

- III -

NOS FINS DA IDADE MÉDIA

A deformação da História nos programas oficiais e nos livros didáticos se processa frequentemente pela simples apresentação do assunto de um modo confuso, fragmentário, sem a seqüência natural dos acontecimentos o que dificulta sôbremaneira o esforço individual do aluno.

É o que ocorre, por exemplo, com a maioria dos nossos autores e com o próprio programa oficial na parte referente às descobertas, no período das grandes navegações, que são tidas como resultado dos aperfeiçoamentos da bússola e da arte náutica, o que evidentemente não corresponde à realidade histórica.

Seria o caso de perguntar-se por que sòmente nessa época e em determinados lugares da Europa é que se deram tais progressos? E não na China, que já conhecia a bússola muitos séculos antes dos europeus, ou com os árabes que dominavam os mares das Índias?

Ninguém nega a importância dos aperfeiçoamentos técnicos sôbre essas descobertas, mas na realidade são apenas concausas,

³⁶ - Sobre la Religion. C. Marx y F. Engels, pag. 278/9. Editorial Cartago. Buenos Aires. 1959.

que devem ser postas ao lado de outros fatos de muito maior importância no curso dos referidos acontecimentos, como sejam o aumento de poder da burguesia como classe em ascensão, suas contínuas vitórias sobre as instituições feudais em franco declínio a partir das últimas cruzadas.

O aumento das atividades comerciais internas do continente europeu, a formação das ligas como a famosa Hansa, a diversificação das atividades manufatureiras, permitindo aos empresários acumular lucros substanciais e proporcionando a formação de uma elite intelectualizada, voltada para a investigação dos fatos da natureza, em breve levaria a formas mais evoluídas de produção, forçando a concorrência, criando a necessidade de novos mercados.

Para atingir a esses objetivos, impunha-se a luta incessante contra tôdas as restrições impostas às atividades produtivas pelas corporações de ofícios e os costumes medievais, como a limitação dos juros, os preceitos canônicos contrários ao lucro e ao desejo de enriquecer – que é o ideal da burguesia – e afinal encontrar uma forma de govêrno que permitisse por meio do mecanismo do Estado transformar em lei os seus interesses e impô-los decididamente a comunidade nacional. Foi exatamente isso o que se deu em Portugal com o levantamento revolucionário da burguesia, em 1383, derrubando o trono D. Leonor, acabando dessa forma com a primitiva dinastia de Borgonha, e pondo a corôa, na cabeça do Mestre de Avís, D. João I, tendo parte saliente nos acontecimentos o famoso jurista João das Regras que defendia os interesses burgueses.

Fatos semelhantes se passaram em diversos outros países, mas Portugal teve essa vantagem, a primazia da conquista do poder pela burguesia revolucionária, cuja orientação fêz surgir na pessoa do quinto filho de d. João, o Infante dom Henrique, o idealizador arrojado da primeira escola náutica, dos estaleiros e dos arsenais, que vieram a tornar-se uma realidade, abrindo o caminho dos descobrimentos marítimos portugueses.

Foi portanto a expansão das relações comerciais que forçou o surto cultural renascentista, o aperfeiçoamento da técnica náutica e a modificação política, fatôres êsses intimamente relacionados entre si e a outros de menor importância, todos eles concorrendo para a época das navegações.

Essa separação da história em compartimentos estanques, como são as Unidades do Programa Oficial; visa negar a existência de formações econômico-sociais de estrutura unitária complexa, em cujo seio se geram contradições de natureza vária, que dialéticamente dão origem a novas formas mais evoluídas de organização social.

NO COLONIALISMO DOS TEMPOS MODERNOS

O mesmo fenômeno de deformação da história pela transposição da ordem natural dos acontecimentos, procedendo-se dessa maneira a uma separação artificial de fatos intimamente relacionados, é o que encontramos com mais frequência na parte do Programa referente aos tempos modernos e à atualidade.

A conquista de terras no além-mar pelas principais nações européias já politicamente unificadas, a repartição do mundo em *zonas de influências* das mesmas, os conflitos surgidos entre elas por êsses motivos, e outros episódios resultantes do desenvolvimento das forças produtivas sob a liderança da burguesia vitoriosa, são distribuídos de tal forma no Programa que se torna impossível ao aluno compreender o nexos de causalidade que os liga.

A própria tendência unificadora, com a formação das monarquias nacionais absolutista ou não, ou adotando outras formas de exercício do Poder, nada mais representava do que a luta contra aquela infinidade de pequenos soberanos feudais, com sua autonomia e sua cobrança de impostos, criando obstáculos enormes à circulação das riquezas, mercadorias e matérias primas. O exemplo clássico desse processo foi a unificação da Alemanha através da “Zollverein”.

Portanto, conquistadas as condições para o domínio e a expansão do mercado interno, o desenvolvimento da produção acarretaria – como acarretou – necessariamente os aperfeiçoamentos da técnica da produção, dando lugar ao aparecimento das máquinas, operando-se aí a Revolução Industrial. De fato, a Revolução Industrial não coincidiu simplesmente com o advento da burguesia ao poder, como afirmam alguns autores, mas foi uma consequência mesma desse evento político.

Cessava nessa altura toda aquela onda de progresso aparecida desde os fins da Idade Média e impulsionada apenas pelo comércio, para dar lugar a outra muito mais impetuosa, devido ao aparecimento das máquinas.

Foi na Inglaterra, por circunstâncias especiais de organização política e pela abundância de carvão e ferro, que as antigas manufaturas já bastante desenvolvidas foram a pouco e pouco afastando da produção o braço do artífice e o substituindo pela maquinaria.

Os antigos artesãos que trabalhavam em casa com suas

ferramentas, donos não só dos seus instrumentos de trabalho mas também dos produtos que sua habilidade permitia confeccionar, utilizando processos demorados e primitivos, já não podiam mais nessa altura competir no mercado com a produção das máquinas recém-aparecidas, muito mais barata, que inundava as feiras e lojas por toda parte. São assim obrigados a despojar-se dos seus instrumentos de trabalho e de suas pequenas oficinas e procurar os antigos empresários agora transformados em industriais e oferecer-se para trabalhar nas suas máquinas, mediante uma paga diária ou salário fixado pela vontade do patrão.

Surgiu dessa maneira uma nova classe social, desprovida de qualquer tipo de propriedade, vivendo apenas por sua capacidade de trabalho, sua força de trabalho, que era posta no mercado como uma mercadoria qualquer. Essa é a classe operária, filha da Revolução Industrial, que haveria de cumprir sua missão histórica de libertar-se futuramente dessa exploração, libertando ao mesmo tempo todas as demais classes, instaurando sobre a terra a verdadeira civilização.

As primitivas máquinas foram ligadas à fabricação de tecidos e aos trabalhos de mineração – duas importantes atividades inglesas. Entre 1764/67, James intermitente, ou máquina de fiar, aumentando consideravelmente a produção de fios. Os artesãos da cidade de Nottingham, onde morava, receiosos da baixa de preços, invadem-lhe a casa e quebram a sua “*Spinning Jenny*”. Este episódio pode ser tomado como o símbolo da chamada *Questão Social* dos tempos modernos. A seguir Newcomen emprega a força do vapor d’água em ebulição para movimentar uma bomba de sucção. James Watt aperfeiçoa o sistema, e afinal Stephenson o emprega como meio de tração, inventando a locomotiva. O americano Fulton adapta-o ao transporte por água – está inventado o navio. Desenvolvem-se os processos de mineração, a siderurgia e a preparação do aço. Desenvolvem-se uma série de invenções que jamais terá fim, levando daí em diante a humanidade a um constante e ascendente progresso material e espiritual.

O resultado de tudo isso é que a produção já não pode mais ser consumida pelos habitantes do próprio país, ou pelos mercados tradicionais. Por isso, havendo mais mercadorias do que consumidores, acumulam-se os estoques, as fábricas vêm-se impossibilitadas de continuar a produzir por falta de compradores. Impõe-se uma solução. É essa a razão porque as nações

Á medida que se desenvolvem as indústrias, lançando novos produtos no mercado, criando novos bens e novos hábitos de consumo no seio das populações, aperfeiçoam-se as técnicas, surgem ciências até então desconhecidas e até mesmo insuspeitadas pelos homens de maior visão, acarretando a necessidade cada vez mais premente de novas matérias primas, fazendo surgir concomitantemente novas concepções políticas.

Dentro dessa integração de base e superestrutura, é que nasce a política de expansão territorial dos tempos modernos. Povos até então livres são submetidos a vexames, por meio de tratados diplomáticos e comerciais, quando não submetidos pura e simplesmente à perda da sua tradicional liberdade e independência, tudo conforme os interesses e as conveniências das *potencias* que se industrializam.

A África e a Ásia tornam-se o pasto da rapinagem internacional. As antigas colônias ibéricas da América Latina vão em meio a lutas sangrentas conquistando a independência política das antigas metrópoles para cair sob a dominação econômica das antigas treze colônias inglesas, já unificadas politicamente e dirigidas por uma burguesia dinâmica e audaciosa que, ao promover o próprio progresso industrial, não vacila em lançar por terra tudo que possa ser obstáculo a sua expansão.

O nosso livro didático de História não relata êsses acontecimentos com a necessária fidelidade. Não mostra como foram impiedosamente destruídas as formas adiantadas e naturais de organização tribal dos povos africanos. Mascara com sofismos e frases feitas a desorganização da vida familiar dêsses povos em função dos interesses do capitalismo em sua fase colonialista.

Traições ignominiosas ao direito de auto determinação dos povos, desrespeitos flagrantes ao direito de lutar pela própria liberdade, são perpetrados em nome de falsas doutrinas libertárias, são perpetrados em nome de falsas doutrinas libertárias ou sob o pretexto de integração nos padrões ciizados (**é assim mesmo!**) do ocidente.

Infelizmente, o livro de história não tem sabido ser fiel à verdade histórica, para ser subserviente aos *ídolos*. Dois exemplos nos bastam para comprovar o que vimos afirmando, neste particular: o caso de Cuba e a Guerra do Ópio.

A luta épica do bravo povo cubano pela conquista de sua liberdade, que cobre mais de meio século de guerras contra a Espanha é completamente desfigurada no livro didático. Nenhum dêles se *atreve* a contar a felonía dos Estados Unidos

América do Norte, que a pretexto de proteger os bens de seus súditos, depois de conseguir da Espanha uma série de concessões sobre a economia de Cuba, alia-se falsamente ao povo cubano em sua luta contra a metrópole, para afinal no Tratado de Paz transformá-lo praticamente em sua própria colônia, traindo miseravelmente a pequena e brava nação, com o objetivo de tornar uma realidade o propósito longamente alimentado de ser o substituto da Espanha no domínio das últimas colônias que lhes restavam em terras do Novo Mundo.

Foi assim que os Estados Unidos se tornaram donos de Cuba, de Porto Rico, das Ilhas Filipinas, e do Hawaí. A primeira logo depois se libertou, à custa de novo derramamento de sangue dos seus mais devotados filhos, mas ainda ficou a sofrer por meio século a mais cruel exploração econômica, que redundou na distorção intensa da economia nacional. Somente agora definitivamente livre pela revolução vitoriosa do “Movimento 26 de Julho”, seu povo atualmente se proclama a Primeira República Socialista das Américas, sob a liderança do herói nacional Fidel Castro. As demais antigas colônias espanholas continuam a sofrer a exploração yanque, tendo sido baldados até agora os esforços empreendidos em prol de sua libertação. Porto Rico é um exemplo de inconformação.

Quanto à Guerra do Ópio, por sua importância para a compreensão do colonialismo, preferimos tratá-la no capítulo seguinte.

- V -

“CIVILIZANDO” A CHINA FEUDAL: GUERRA DO ÓPIO

O livro didático de que nos vimos servindo para a elaboração deste trabalho, ao tratar da política européia de expansão colonial na Ásia, adota uma atitude de franca simpatia para com as potências européias, apesar de alguma crítica suave, o que deixa no espírito do educando a impressão de que lá por essas paragens o homem branco realizou efetivamente sua decantada missão civilizadora.

Começa pela Índia, onde atribui aos ingleses o mérito de terem dado início ao desenvolvimento desse país, a introdução de melhoramentos pela Campanha das Índias, e aos hindus a responsabilidade pela deflagração da guerra dos Sipaios, por causa da “crença infundada de que seriam convertidos à força a uma nova religião por missionários ingleses... e sob o pré-

texto de que os cartuchos distribuídos entre a tropa tinham sido [palavra não identificável] com gordura de vaca, animal sagrado para o [palavra não identificável], do que resultou a Índia ser elevada a categoria de colônia.

O pequeno trecho dedicado ao colonialismo inglês na Índia, em resumo, deixa uma impressão muito favorável ao explorador estrangeiro e muito pouco lisonjeira ao povo mau. Mas isso ainda não é nada comparado com a ideia que o aluno ficara fazendo da China depois de aprender o que diz o livro, na parte em que trata da guerra do Ópio.

“A chamada guerra do Ópio (1840-1842) possibilitou a Grã-Bretanha apoderar-se de Hong-Kong e obter a abertura de cinco portos ao comércio inglês, entre os quais Cantão, Xangai e Nanquim.

A razão da guerra vinha sido a destruição, por ordem ao governo inglês, de partida de ópio (8) pertencente a súditos britânicos”
(8) – Entorpecente cujo comércio era um dos mais importantes de Cantão e que minava pouco a pouco a saúde e o moral do povo chinês.³⁷ (6)

Eis aí um dos trechos mais falsificados da História, ou melhor, um dos menores e mais ricos em deformação da verdade histórica. A parte sublinhada é nossa. A nota explicativa é do próprio autor, daí não haver nenhuma possibilidade de erro tipográfico, defeito aliás de que não se ressentia a referida obra, e coisa imperdoável num livro escolar.

Assim, o que se depreende da leitura do trecho acima transcrito?

- Que os chineses eram um povo viciado no ópio, o que lhe arruinava a saúde e abatia a moral. Por isso, o *governo inglês* providenciou para que os comerciantes seus súditos não participassem de tão abominável atividade, destruindo os estoques desse entorpecente que lhes pertenciam. Como resultado, os “degenerados” chineses reagiram violentamente contra tão elevada medida civilizadora, dando lugar a uma guerra que tomou o nome de guerra do Ópio. Perderam essa guerra e foram castigados. Tiveram de concordar com a abertura de novos portos ao comércio com as potências ocidentais. Eram novas

³⁷ - Ob. cit. – Hist. Contemp., 3a. série, pag. 70.

válvulas que se abriam para fazer entrar os frutos benéficos da civilização ocidental e cristã.

O que acima relatamos, sob a forma de pergunta e resposta, corresponde exatamente à impressão que ficou nos alunos após a leitura e a análise detalhada do assunto, feita pelo autor dêste trabalho, numa aula do 3º ano científico do Instituto de Educação – só para tirara uma dúvida de consciência – antes de restabelecer a verdade histórica. Convém ressaltar que essa foi restabelecida com os mesmos argumentos que vão adiante transcritos, usando das mesmas fontes e alertando a juventude contra essas ciladas do livro didático.

Vejamos, assim, se há ou não um caso flagrante de falsificação da Histórica, comparando a opinião acima referida e transcrita com o que dizem a respeito do mesmo assunto outros autores.

Vejamos o que diz a Enciclopédia Brasileira Mérito, no verbete – ÓPIO, Guerra do:

“Hist. – Conflito armado entre a Inglaterra e a China no século XIX. ENCICL. – Tendo o *governo chinês proibido* em 1796, a *importação do ópio* (os grifos são nossos), tal comércio continuou graças, em grande parte, à atividade de negociantes estrangeiros, muitas vezes com a conivência de autoridades locais. Em 1839, o *governo chinês* ordenou aos residentes estrangeiros de Cantão que entregassem o ópio que tivessem em seu poder e confiscou tôda a carga existente em navios ingleses ancorados na baía de Cantão, destruindo-a em seguida. Em consequência dêsse ato, a Inglaterra moveu guerra à China, a qual terminou com a derrota dos chineses, que foram obrigados a ceder Hong-Kong, bem como a pagar elevada indenização pelo ópio destruído. O Tratado de Nanquim, que pôs fim ao conflito, foi assinado em 1842, e previa ainda a abertura de cinco portos do país ao comércio estrangeiro. O governo chinês insistiu ainda na proibição de tráfico de ópio, mas, posteriormente, não tentou sequer pôr em vigor as medidas proibitivas. tAravés (**é assim que está no original**) dos portos então abertos ao comércio estrangeiro, o ópio, proveniente da Índia e de outros territórios ingleses, penetrou livremente no país, tornando-se o seu uso a causa do depauperamento permanente das populações chinesas. A luta contra seu emprego tornar-se-ia um problema nacional, muito sério ainda em épocas bastante recentes”.

Mas como ainda ficam muitos pontos obscuros, no tocante ao assunto, com exceção de que a medida de combate ao ópio foi sempre uma providência do governo chinês, e não do ingles.

como diz o livro, podemos procurar outra fonte mais esclarecedora, que vai das origens as últimas consequências, tal como exige a ciência histórica.

Por um questão de autenticidade, vamos agora a uma obra recente, editada na Republica Popular da China – na China Comunista, em Pekin, pela New Word Press, em 1956, de autoria de Israel Epstein, intitulada: “From the Opium War to Liberation”, capítulos I e II.

“The Wans of Cnmese feudalism were finally breached by foreign, nor Cnmese, capitalism. After the miadle of the egnteen century, the Britisn East India Company, fresh from subjugation of India, became the leader in the lucrative “China trade”.

“In this commerce, at the outset, China was the supplier of manufactures. She exported not only tea but snk, cotton textiles (nankeen cloth) porcelams and other finished goods. In return, she imported little – mainly such things as ray furs, medicinal roots and some choice foodstuffs for rich men’s tables. There was a good dear of thrutn in a message winch the Emperor Cnten Lung sent, on 1796, to King George M of Engiand on reply to a proposat for wider trade relations...” we posses an things. I set no vauue on things strange or ingenius and have no use for your country s manufactures,. The reudai power in China was also fear [palavra não identificável] or change and of new ideas that might come from outside contact. It was entirely [palavra não identificável] to the mintary and economic power which the industial revolution was beginning to unleash in the West, and to the consequente necessity of modernization if an adequate nationa defense was to be created.”

“In these circunstances, the British merchants of the time could sell very little in China. For most of what they bought, they had to pay in silver. The silver had a blood-stained history. Mined by American Indians working under the lash in Mexico and Peru, much of ir had been paid to Britisch slavetrades by Spaniards for the purchase of Negroes kidnappe from the African cast. Then it had been used by the British to buy fine cloths and spices in India. And finally, after the conquest of India, it had been squeezed back out colonialism, the robbery and enslavement of one people was providing the means fot he robbery and enslavement of others”.

.....

“Because the supply of silver was not inexhaustible, the East India Compnay was looking for another way to pay for

Chinese goods. It hit on opium. How it got its stocks was described by a contemporary eyewitness in India: (Chinese Repository, Vol. V. (1837), pag. 472 quoted in S. Wells Williams, *The Middle Kingdom*, N. Y. and London, 1848).

“In all the territories belonging to the Company the cultivation of the poppy, the preparation of the drug, and the traffic in it until it is sold at auction for exportation are under a strict monopoly. The cultivation of the plant is compulsory... Vast tracts of the the best land in Benares, Bahar and elsewhere in the northern and central parts of India are now covered with poppies; and the other plants used for food for clothing, grow from time immemorial, have nearly been driven out.

“In 1781, after systematic preparation, the Company made its first big shipment of Indian opium to China where the drug had been previously little known. After this, the trade grew by leaps and bounds. Soon China’s export of tea, silk and other goods were not enough to pay for the imported opium, and silver began to flow out of the country instead of in”.

“In 1800, *the Emperor Chia Ching*, seriously disquieted by both the physical and economic effects of opium, *banned it from China*. But by this time too many people had formed the habit and too many merchants and officials had been corrupted by the profits from their partnership in the traffic. So smuggling and bribery virtually nullified the ban”.

“The annual import of opium grew from some 2.000 chests (of 140 to 160 Ib. each) in 1800 to 40.000 chests in 1839. One may note that American ships very early joined the British in the nefarious trade. They brought Turkish opium (loaded in Smyrna) to supplement Indian. Several mercantile fortunes, which later formed the basis of U. S. industrial development, were made in this way”.

“The outflow of silver from China increased to a torrent. In 1832-35 alone, 20 million ounces were shipped abroad. The price of the metal inside the country rose sharply. The burden fell on the peasants since grain prices became lower, while land-lords and tax-collectors took a greater portion of the crop so their income, in silver, would remain as great as before. This added to the strains on the feudal society of China, which were already so great that a new cycle of peasant revolts had begun in the middle of the eighteenth century. From 1810 on, risings against the Manchu dynasty were frequent and wides-

pred. In 1813, onde ggroup of rebels penetrated into the imperial palace in Peking Rself.

“In the interests of self-preservation, the Manchu ru lers in Peking had to act. After issuing a sterner decree on the suppression of the opium trade, they appomted a resolute and patriotic Chinese official, Lin Tse-hsu, as special commissioner to Canton to put it into effect. Supported by the people, Lin blocked the section of the city in which British and American merchants had been allowed to set up their stablishments. In this way he *forced them to surrender the opium* they had on hand – over 20.000 chests. On June 3, 1839 *he publicly destroyed the whole lot.*”

“The result was the first Opium War, in wich both the predatory aims of the leading ‘civilized’ states of the West and the backwardness and weaknesa of the outwardly majestic Chinese feudal empire were exposed to the Chinese people and the whole world. Between 1839 and 1842, British troops landed at varius points along the coast, occupied Canton, Shangai, Amoy and Ningpo – and penetrated inland to cut the Grand Imperial Canal, the chief artery of trade between North and South China. Their advance was marked, at each step, by robbery and slaughter of civilians”.

“The defendrs fought with great courage. But the historical aging behind of China doomed them to defeat. Tragedy followed tragedy. Hundreds of officers and men, refusing to surrender but unable to counter the superior weapons of the British, committed suicide after first destroying their families. The British forces suffered about 500 killed; the Manchu-Chinese army lost 20.000.

“The defeat of China was accelerated by the incapacity and wavering shown by the imperial government. In 1840, when the Bristish fleet sailed to a point on the seacoast only 90 miles away from Peking, the government took frighe. It began to negotiate with the invaders – at the same time removing and banishing the patriotic Lin Tse-hsu because his opium-burning had ‘brought on the war’. Later, it reversed its policy once more and arrested the corrupt Manchu official Chi Shan (called Kisen in western literature) who had negotiated with the British”.

“It is indicative of the way the feudal mandarins robbed the people trat Chi Shan’s fortune, when confiscated by Treasury, was found to include some 11, 000 ounces of gold, 17 million ounces of silver, many cases of precious jewels and about

427,000 acres of land. In the same period the average farm tilled by a tenant or small owner-cultivator was less than two acres. And Chi Shan was by no means the richest of the dynasty's bureaucrats".

"As a result of the war, the feudal rulers of China signed the first of the humiliating 'unequal treaties' which were to lead her to the brink of national extinction. The Treaty of Nanking (1842) and its supplementary protocols (1843) provided for:

'An indemnity for the opium seized and burned by Lin Tse-hsu, this giving all further traffickers in the poison an assurance of safety;

The surrender of Hongkang to the British who from then on used it as a base for military, political and economic penetration of China;

The opening of five major ports to British trade and settlement, which soon led to establishment of territorial enclaves under the British flag, the embryo of the so-called 'concession', in China's port cities;

Exemption of British nationals from Chinese law thus permitting the extraterritorial operation of law on China's soil;

'The principle of 'most favoured nation' treatment which was claimed by other powers and thus gave all foreigners the 'privileges' extorted by the British;

An undertaking by China not to charge more than 5 per cent import duty on foreign goods. This sabotaged, in advance, the development of her own home industry".

"Seeing China's weakness, the envoys of other foreign powers sailed in on their naval vessels to impose similar treaties. The first was Caleb Cushing of the United States, who blusteringly informed the Chinese, reeling after their defeat at British hands, that refusal to negotiate would be regarded as 'an act of national insult and a just cause for war'. Cushing managed to extort the Treaty of Wanghsia (1844) by which,

In addition to the privileges granted to the British, the feudal rulers of China conceded more far-going extraterritorial rights, a reduction of tonnage duties, and the right of internal navigation within Chinese waters. 'This treaty', boasts the Ame-

rican historian Tyler Dennet, (x³⁸) was 'so superior that it became immediately the model for the French treaty'. Under the 'most favoured nation clause', the British too enjoyed its additional benefits".

"Onde further point may be noted in connection with the Opium War an its aftermath: This was the role which the missionaries, with their knoeledge of China and her language, plaved in the humiliation of the country to which they had come ostensibly with no other object than to preach Christianity".

"One fothen, Dr. Gutzlaff acted as a go-between for the Bristish opium firm of Jardine's, and received a subsidy for his religious magazine as a reward. Though a Prussian, not an Englishman, he was interpreter for the British forces during the fighting and at the negotiations for the Nankhing Theaty".

"In the American Treaty of Wanghsia, it was the American missionaries William, Bridgman and Parker (later American Minister to China) who advised the U. S. diplomat Cushing to take the stand that China must 'bend or break' – and conveyed his menace to the officials with whom he dealt".

"Sickening hyprocrisy, then as now the unblushing handmaid of colonial policy, also characterizes the pronouncements of the governments which invaded China at that time. During the war, the British assured all and sundry that the fighting was not about opium at all, but to teach the Chineses no to oppose progress and free trade. At its end the Chinese negotiators at Nankin asked the British envoy, Sir Henry Gottinger, according to his own report. 'why we (the British) would not act famrly toward them by prohibiting the growth of the poppy in our dominions, and thus effectively stop a traffic so pernicious to the human race'. Pottinger replied trat, filthy though he admitted the trade to be, the British government could not stop it – because that would be 'inconsistent with our constitutional system'!"

"Such were the spiritual blessings of capitalist free ins

³⁸ - <<Dennett, Tyler – **Americanas in Eastern Asia**, New York, 1922, pag. 160. This author is so enthusiastic about the treaty that he forgets all editorial restraints and entitles two successive sections of his book 'Superior Advantages of the Cushing Treaty'. He worshipfully calls its negociator 'clever', and extols his 'profound and brilliant legal mind'. One of the superior points he lists is that 'the Cushing Treaty was, in practice, the smugglers' delight...>>

titutions – to western businessmen on the one hand and their Asian victims on the other. The material blessings followed the some pattern. By 1850, profits from the opium trade, which enfeebled and enpooverished China, accounted for fully 20 per cent of the revenue fothe British government of India”.

“Lest the reader think that we have given the Opium War, which after all happened a long time ago, too close attention, it is necessary to say how far forward its consequences went into time:

‘Legal’ import of opium into China continued until 1917. The limit of 5 per cent on import tariffs for all foreign goods was not abolished until 1928. Extraterritoriality for foreign nationals in China lasted *de jure* until 1942. In practice, Chinese law was never applied to foreigners until the liberation in 1949.

The alien administrative for further expansion and agression.

“The priviledges granted to foreign merchandise inland gave a kind of ‘protected’ statuts to Chinese expempting it from secondary taxation after, transport merchants acting as agensts for European and American firms anywhere n the country. Such merchants and agents were among the first representatives of the ‘compradores class’ that was to play such an important part in subjecting China’s economy to imperialism”.

“The se are some reason why a clear idea of the Opium War is still necessary to the under standing of events in our own day”.

Pela citação dêssas duas autoridades que escreveram detalhadamente sôbre o assunto, uma representando o pensamento ocidental e a outra um historiador marxista, fica fóra de qualquer dúvida que:

1º) – A destruição dos estoques de ópio foi determinada pelo govêrno chinês, em defesa da saúde do povo e por motivos de ordem moral;

2º) – O ópio foi introduzido na China pelos inglêses com a finalidade de auferir grandes lucros e viciar o povo chinês no uso dêsse entorpecente, a fim de torná-lo mais submísso;

3º) – As medidas moralizadoras do govêrno chinês provocaram a chamada Guerra do Ópio, que é uma das páginas mais negras da história do colonialismo, e contou com o decidido apóio dos representantes e propagadores dos “valores espirituais” da civilização ocidental.

Dir-se-á, talvez, que em veze de uma intencional distorção dos fatos históricos, houve apenas uma casual troca de palavras. A explicação procederia se dessa troca não resultasse uma interpretação condizente com o “espírito ocidentalista” dos nossos livros oficiais.

- VI -

CONCLUSÕES

Durante os vinte e poucos dias que dedicamos à elaboração desta tese, em meio às atribulações naturais da vida, duas dúvidas nos assaltaram o espírito.

A primeira diz respeito ao uso das citações, que talvez tenha sido excessivo, principalmente para aquêles que alimentam contra elas preconceitos especiais. Sabemos que muitos as consideram muletas de que se valem os autores quando não estão bem firmes. Não receíamos claudicar e aceitaríamos de bom grado o apóio, pois sendo o marxismo essencialmente polêmico teríamos no mínimo o consôlo de sua literatura clássica.

A outra se refere à profissão de fé marxista-leninista contida nestas páginas. Tudo que aquí se encontra já estava mentalmente estruturado, aguardando apenas o início das férias para passar para o papel, quando o marxismo-leninismo entrou na ordem do dia na imprensa mundial, em virtude das declarações do Primeiro Ministro cubano Fidel Castro. Não mudaria jamais a orientação dos nossos trabalhos por causa das arruaças da reação. As declarações desta ordem são apenas uma questão de honestidade e de sinceridade. Compreendê-las depende de cultura. Difamá-las, de carater. Convicções dessa natureza não podem ser improvisadas

Aliás, já Marx dizia, no prefácio da primeira edição de sua *Contribuição à Crítica da Economia Política*: “Com êste esbôço eu quis mostrar unicamente que minhas opiniões, de qualquer maneira que elas sejam julgadas e por pouco que concordem com os preconceitos ligados aos interêses da classe dominante, são o fruto de longos e conscienciosos estudos. No umbral da ciência, como á entrada do Inferno de Dante, uma obrigação

se impõe – Qui si convien lasciare ogni sospetto, ogni viltà convien che qui sai morta”.

Chegamos, assim, ao fim de nossa jornada. Esperamos ter conseguido demonstrar e provar:

a) – que o materialismo dialético é o único método científico de estudo da natureza, da sociedade e do pensamento;

b) – que o materialismo histórico é a aplicação do materialismo dialético ao estudo dos fatos sociais, sendo portanto uma ciência, o que se justifica em face de ser a sociedade uma parte integrante da natureza;

c) – que o livro didático sofre a influência da luta ideológica que se trava entre as concepções metafísicas e o marxismo;

d) – que os ideólogos das classes dominantes deformam a História segundo as conveniências a que servem, e os compêndios de História são moldados por essa fôrma;

e) – que essa distorção da verdade histórica pelos interesses de classe toma em cada país as características nacionais, e no Brasil visa a tornar o nosso povo subserviente aos interesses do imperialismo, supersticioso e covarde.

Diante desses fatos, impõe-se da parte das autoridades responsáveis pela Educação e pelos superiores destinos de nossa Pátria, uma reação enérgica contra semelhante abusos.

Aos professôres conscientes do papel que exercem na vida social, compete tomar a vanguarda dêsse movimento.

À mocidade brasileira cabe inteirar-se da deformação moral de que está sendo vítima e reagir, seguindo o exemplo das gerações passadas que não vacilaram em ir buscar lá fóra as ideologias que nos deram a Independência, a Abolição e a República.

Cumpre a todos, enfim, conhecer a realidade nacional, de que a deformação cultural através do livro escolar é apenas um aspecto, e lutar pela mudança dessa situação.

ANEXOS

TRADUÇÃO DOS TEXTOS
EM
LINGUAS ESTRANGUEIRAS

“O professôro já precisa da influência dos políticos; o professôr já não precisa de padrinho; já não existem as discriminações no seio da magistério. A Revolução não só deu emprêgo àqueles dez mil de professôres, mas a Revolução, ao mesmo tempo que resolvia êsse problema.. criou mais dois mil e quinhentos lugares para as professôres que quizessem ir ensinar lá nas montanhas, quer dizer, criou e preparou mais dois mil e quinhentos professôres. Mas a Revolução tem um dever, às vêzes difícil, ou melhor, duro de cumprir. A Revolução tem o dever de procurar soluções verdadeiras para os problemas; a Revolução tem o dever de consertar tudo que o passado deixou torcido ou insuficiente. Mesmo que o cumprimento dêsse dever prejudique muitas vêzes a interêsses; nós o cumpriremos honradamente, ainda que isso nos traga inimigos e antipatias.

Há quem não goste de algumas das medidas revolucionárias; há quem não goste de alguns projetos da Revolução. Desgostam a determinados setores, desgostam a determinados interêsses.” (Fidel Castro)

.....
(2) – Página 2.

“Na sociedade burguesa, com as condições que nela imperam, só os cientistas mais intrépidos e conseqüentes se declaram partidários do materialismo filosófico. A maioria se encontra sob uma pressão tão forte da ideologia oficial, da doutrina da Igreja e da filosofia idealista, de todo o ambiente da sociedade burguesa, que não se decidem a manifestar seu materialismo,

vacilam e se dizem idealistas, embora pela própria natureza de suas investigações professem no intimo idéas materialistas.” (Otto Kuusinen etc.)

.....

(4) – Página 7:

“Era a primeira vez que se levava a sério a concepção materialista do mundo, aplicando-a de uma maneira consequente a todos os domínios do saber, pelo menos em suas linhas gerais.

Hegel não foi apenas pôsto de lado; pelo contrário, pelo aspecto mais revolucionário de sua doutrina – o materialismo dialético. Mas sob a forma hegeliana, êsse método era inutilizavel. Em Hegel, a dialética é a idéia se desenvolvendo por si mesma. A Idéia absoluta, que não sòmente existe – não se sabe onde – por tôda a eternidade, mas é ainda a verdadeira alma do mundo objectivo. Ela se desenvolve para tornar a si própria em tôdas as fases preliminares, longamente tratadas na *Lógica* e incluídas na Idéia. Depois ela se “aliena” ao se transformar em a natureza, ou sem ter consciência de si, disfarçada em necessidade natural, passa por uma nova evolução e volta afinal a tomar consciência da própria existência, no homem; esta consciência por sua vez se forma na história, partindo da matéria bruta até integrar-se definitivamente em sí, na filosofia de Hegel”. “O desenvolvimento dialético que se manifesta na natureza e na história, isto é, o encadeamento causal do progresso do inferior ao superior. através de todos os movimentos em zig-zag e dos retrocessos momentâneos, nada mais é, em Hegel, senão a cópia do movimento espontâneo da ideia se sucedendo por toda a eternidade, não se sabe onde, mas em todo caso, independentemente do

cérebro humano. Era êste desvio ideológico que se precisava evitar”. (4) (Idem)

.....
(5) – Página 8.

“Que se me permita aqui uma explicação pessoal. Tem-se feito muita alusão à parte que eu tomei na elaboração desta teoria, e é por isso que eu não me posso poupar de dizer algo a êsse respeito. Não posso negar o haver tido uma certa atuação independente, antes e durante minha colaboração de quarenta anos com Marx, tanto na elaboração como no desenvolvimento da teoria. Porém a maior parte das diretrizes fundamentais, particularmente nos domínios da economia e da história, especialmente sua formulação clara e definitiva, foi obra de Marx. Aquilo que eu contribuí à exepção talvez de alguns ramos especializados – Marx teria feito sem mim. Mas o que Marx fez, eu não podeira ter feito. Marx sobrepujava a todos nós; êle via mais longe, melhor e mais rápido do que todos. Marx era um gênio, nós, quando muito talentos. Sem êle a teoria estaria bem longe de ser o que ela é hoje; Por isso ela merece com justiça o seu nome.” (5) (Ibidem).

.....
(5-A) – Página 9

“E esta dialética materialista, que era há muitos anos nosso melhor instrumento de trabalho e nossa mais afiada arma, foi – coisa interessante – descoberta não só por nós, mas tôda ela, independentemente de nós e do próprio Hegel, por um operário alemão, Joseph Dietzgen”. (Engels)

.....
(6) – Página 10.

“A dialética, frisa Lênin, a lógica e a teroia do conhecimento, representam uma só e mesma coisa, pois a lógica não pode criar leis do pensamento que no concordem com as leis do próprio ser. A dialética materialista que determina as leis mais gerais das transformações da natureza e da sociedade, é ao mesmo tempo a lógica superior do pensamento. A dialética subjectiva expressa a dialética objetiva. Por isso a lógica dialética estabelece como princípio essencial que os conceitos e as categorias não são criações do homem, as reflexos das leis

objetivas do desenvolvimento da natureza e da sociedade”. (6) – (M. Rosental)

.....
(7) – Página 11.

“Era preciso estudar primeiro as coisas e depois os processos. Era preciso primeiro saber o que eram tal e qual coisas, antes de poder observar as modificações que se passavam nelas, E foi assim que ocorreu com as ciências naturais”. (7) – (Engels)

.....
(8) – Página 12.

“A dialética marxista está intimamente ligada ao materialismo filosófico, cujos princípios fundamentais são: o mundo é material por sua natureza e se compõe da matéria em movimento, que passa de uma forma a outra; a matéria é o dado primário enquanto a consciência é o secundário; a consciência é o produto da matéria altamente organizada; o mundo objetivo é cognoscível e nossas sensações, representações e conceitos são reflexos do mundo exterior, que existe independentemente da consciência humana. O materialismo dialético oferece uma teoria do conhecimento que é de extraordinário alcance para a compreensão do processo de conhecimento da verdade objetiva”. (8) – (M. Rosental)

.....
(9) – Página 14.

“Compreendo a consciência como a atividade nervosa de determinado setor dos hemisférios cerebrais.” – “A atividade psíquica é o resultado da atividade fisiológica de determinada massa do cérebro”. (9) – E. A. Asratian)

.....
(10) – Página 14.

“Ainda há no mundo muitas pessoas ignorantes, incultas que compreendem muito mal os fenômenos da natureza e da vida social, que precisam do poderoso apôio moral representado pela educação e a cultura. O sustentáculo moral de sua vida é constituído, até certo ponto, pela religião, a crença em Deus. Se quisermos privá-las ponto de apôio, temos de substi-

tuí-lo por outro – a educação – e, então, o sentimento religioso desaparecerá por si mesmo como base moral.” (10) – (Idem).

.....
(11) – Página 15

“Concordo em ser membro honorário dessa Associação mas na condição de que a luta contra a religião se leve a cabo por meio da difusão da cultura”. (11) – Ibidem).

.....
(30) – Página 40.

“Os filósofos reacionários dos Estados Unidos, França, Austria, Italia, Inglaterra e Alemanha Ocidental elevam as alturas Tomaz de Aquino, a cabeça visível dos escoláticos da Idade Media; nas universidades norte-americanas, italianas, francêsas e inglesas são dados cursos sôbre a filosofia tomista, a que se dedicam, além disso, nesses países, numerosas obras, estudos, conferências e artigos de revista. A bibliografia de Tomaz de Aquino, em que se enumeram os trabalhos publicados nos últimos vinte anos sôbre êsse filósofo medieval, atinge a 315 páginas”. (30) – (F. V. Konstantinov)

.....
(31) – Página 41.

“Expoente claro do quadro de decomposição da filosofia burguesa é a filosofia idealista do atual autor norteamecian Santayana. Sua doutrina a respeito dos entes “supraterrenos” não é senão uma reprodução do “reino das idéias” da filosofia platônica e dos “universais” do escolasticismo medieval. Santayana declara sem reservas que é inimigo da ciência e que sua filosofia ‘não é nem pretende ser científica’. ‘A verdade e o absurdo – diz Santayana – podem ser consideradas como uma e mesma coisa, e deve ser desdenhada qualquer diferença entre uma e outro’. O filósofo norteamericano Glenn, autor da obra intitulada *Introducción a la Filosofia*, declara que sua filosofia se consagra voluntariamente e sem reservas à teologia”.

“A filosofia mais difundida nos Estados Unidos, o *pragmatismo* (Dewey, Hook), é uma variante do idealismo subjetivo. Esta filosofia apaga as fronteiras entre o conhecimento e a fá, a ciência e a religião, a filosofia e a teologia”.

“Um dos produtos ideológicos mais pútridos da reação imperialista é a filosofia idealista subjetiva denominada... *existencialismo*, que encontra tantos seguidores entre a burguesia e os intelectuais burgueses da França, Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha Ocidental. Os *existencialistas* consideram seus mestres a Santo Agostinho e outros místicos medievais, a Nietzsche e a Bergson, mas os inspiradores imediatos dos existencialistas alemães foram os fascistas. O ódio a tudo que é humano, o desprezo à razão e aos conhecimentos científicos, o amoralismo, a glorificação da morte e o bandoleirismo imperialista, figuram entre os traços característicos dessa filosofia do capitalismo agonizante. A única realidade para os existencialistas é a existência pessoal, individual. Segundo eles, a coletividade, o povo, a sociedade são um absurdo, uma mentira. A reação imperialista cultiva e estima a filosofia existencialista com o objetivo de corromper a consciência do homem de destruir a solidariedade proletária, desviando o pensamento dos trabalhadores das contradições sociais e da luta de classes, concentrando sua atenção nos interesses pessoais e mesquinamente egoístas”.

“E também serve aos mesmos fins imperialistas a corrente filosófica idealista dos *semânticos*, que tratam de reduzir a filosofia a um malabarismo escolástico de palavras. Os semânticos afirmam que os conceitos são um reflexo da realidade, que os conceitos como os de *capitalismo, socialismo, classe, burguesia, proletariado*, etc., carecem de todo fundamento, de qualquer sentido ou significação real. Todo conceito é, para eles, algo convencional e são as palavras, ao que parece, quando se lhes quer dar um sentido real, as responsáveis pelas contradições e os conflitos sociais. Segundo os semânticos, bastaria que desaparecessem da linguagem palavras como *capitalismo, comunismo, luta de classes, socialismo, fascismo*, etc., para que desaparecessem as contradições sociais da sociedade burguesa”. (31) – (Idem)

.....

SEGUNDA PARTE

(3) – Página 54.

“Aqui o historiador não tem o direito de negar aquilo que ôle não puder provar o contrário. Êle tem todo direito de desmascarar os exemplos claros de charlatanice, de credulidade ou

de “folklore”, mas diante de mistérios autênticos seu dever é parar e não tentar atravessar os umbrais de um mundo onde ele não tem direito de cidadania.” (3) – (W. F. Albright)

.....
(4) – Página 54.

“Bauer refutou a parte de realidade histórica reconhecida por Streuss nos Evangelhos e no Cristo, que, bem longe de ser o fundador do cristianismo, não é mais do que seu produto mito. Lógico”. (4) – (C. Hainchelin)

.....
(5) – Página 55.

“Bruno Bauer – Seu maior mérito consiste, não só em ter feito crítica implacável dos evangélicos e das epístolas dos apóstolos, mas em ter empreendido pela primeira vez o exame dos elementos judaicos e greco-romanos que pela primeira vez prepararam para o cristianismo a carreira de religião universal. Depois de Bruno Bauer já não se pôde sustentar a lenda de que o cristianismo surgiu íntegro e completo do judaísmo e de que, logo ao sair da Palestina, conquistou o mundo com seu dogma já definido em seus lineamentos principais e com sua moral. Desde então, só pôde continuar vegetando nas faculdades teológicas e no espírito das pessoas que ‘querem manter a religião viva para o povo’, ainda que às expensas da ciência”. (5) – (Marx e Engels).

.....
A Guerra de Ópio

Página 64.

“Afinal as muralhas do feudalismo foram vencidas pelo capitalismo não chinês, mas estrangeiro. Na segunda metade do século XVII, a Companhia Britânica das Índias Orientais recém-saida da subjugação da Índia, tornou-se líder do lucrativo ‘Comércio da China’.”

“Nêste comércio, de começo, a China era fornecedora de manufaturas. Exportava não somente chá, mas seda, tecidos de algodão (tecidos de Nanquim), porcelanas e outros artigos. Em troca, importava pouco – apenas couros e peles, raízes medicinais e alguns alimentos para a mesa dos ricos. Havia uma boa dose de verdade na mensagem que o imperador Chien

Lung mandou ao rei da Inglaterra Jorge III, em 1796, ao responder a uma proposta dêste último em pról da instensificação do intercâmbio comercial: “Nós possuímos tudo. Eu não dou valor a coisas estranhas e engenhosas, mas sem utilidade para os fabricantes do país de V. M. ‘O poder feudal na China estava também temeroso das mudanças e idéias novas que poderiam vir dêsses contactos com o exterior. Todavia não enxergava o poder econômico e militar que a Revolução Industrial estava começando a desencadear no Ocidente, e, conseqüentemente, da necessidade de modernização para crear uma defesa nacional efetiva”.

“Nessas circunstâncias, o comércio britânico daquela época só podia vender muito pouco à China. Quanto mais comprasse, mais teria de pagar em prata. A prata tinha sua história sangrenta. Extraída das minas pelos indígenas do Novo Mundo, que no México e no Perú trabalhavam debaixo do chicote, tinha na sua maior parte sido entregue pelos espanhóis aos ingleses mercadores de escravos, em pagamento dos negros capturados na costa da Africa. Depois fôra usada pelos britânicos para comprar finos tecidos e as especiarias da India. E, finalmente, depois da conquista da India, arrancada de seu novo sob a forma de tributos. Dessa forma, na marcha do colonialismo, o roubo e a escravização de um povo proporcionavam os meios para o roubo e a escravização de outros”.

.....
“Como o suprimento de prata não era inesgotavel, a Companhia das Indias começou a pensar noutro meio de pagar as mercadorias da China. Acertou no ópio. O modo como se formaram os *stocles* dêsse entorpecente, foi descrito por um contemporâneo, testemunha ocular, na India:

“Em todos os territórios pertencentes à Companhia, o cultivo da papoula, a preparação da droga, o transporte e até a venda em leilão para ser exportada, está tudo sub rigoroso monopólio... O cultivo da planta é obrigatório... Grandes extensões das melhores terras, em Benares, Bahar, e outros lugares da India central e setentrional, estão cobertas de papoulas; e as outras plantas usadas para alimentação e vestuário, cultivadas desde tempos imemoriais, foram quase banidas”.

“Em 1781, depois de uma preparação sistemática, a Companhia fez seu primeiro grande embarque de ópio da India para a China, onde a droga era até então praticamente desconhecida. Depois disso, o comércio cresceu aos pulos. Em breve a exportação de chá, sêda e outras mercadorias da China já não era

suficiente para pagar o ópio importado, e a prata começou a jorrar para fora em vez de entrar como antigamente”.

“Em 180º, o *Imperador Chia Ching*, seriamente preocupado com os efeitos do ópio sôbre a economia e a saúde do povo chinês, *baniu-o da China*. Mas nessa altura dos acontecimentos muita gente já tinha adquirido o hábito, muitos comerciantes e funcionários se tinham corrompido pelos altos lucros de sua participação no tráfico. Dessa forma, o contrabando e as propinas virtualmente anularam a proibição”.

“A importação anual de ópio aumentou de 2.000 caixas no ano de 1800 para 40.000 em 1838 (cada caixa tinha de 70 a 80k.). Deve-se notar que muito cedo navios americanos se juntaram aos ingleses nêsse tráfico nefando. Os americanos traziam ópio da Turquia (embarcado em Smima) para completar o que vinha da Índia. Muitas das fortunas comerciais que mais tarde seriam a base do desenvolvimento industrial norte-americano foram formadas dessa maneira”.

“A saída de prata da China aumentou de um modo impressionante. De 1832 a 1835 sômente, mais de 20 milhões de onças (28, 350 gramas, cada onça) dêsse metal foram embarcadas para o exterior. O preço da prata no interior do país subiu seriamente. O pêso do fardo foi lançado nas costas dos camponêses e os bradores de impostos tomavam cada vez maior porção das colheitas para que suas rendas, em prata, permanecessem tão grandes, altas como antigamente. Isto, adicionado à pressão sôbre a velha sociedade feudal chinesa, que suportava um novo ciclo de revoltas camponêsas iniciadas nos meados do século XVIII. De 1810 em diante, os levantes contra a dinastia Manchú se tornaram mais frequentes e espalhados. Em 1813, um grupo de revoltosos chegou a penetrar no próprio palácio imperial, em Pequim”.

“Interessados na própria sobrevivência, os dirigentes manchús tiveram de agir. Depois de expedir um rigoroso decreto proibindo o comércio do ópio, êles designaram Comissário da cidade de Cantão um oficial chinês, patriota e decidido, Lin Tse-hsu, com ordens terminantes. Apoiado pelo povo, Lin bloqueou a parte da cidade onde os comerciantes ingleses e americanos estavam autorizados a instalar seus estabelecimentos. *Assim êles foram forçados a entregar-lhe ao ópio que tinham em mãos – cêrca de 20.000 caixas*. No dia 3 de junho de 1839, tôda a partida foi publicamente destruída.”

“O resultado foi a Primeira Guerra do Ópio, na qual os propósitos predatórios das principais naçõe s’civilizadas’ do oci-

dente e o atraso e a franqueza do aparentemente majestático império feudal chinês, ficaram expostos à vistas de todo o mundo. Entre 1839 e 1842, tropas britânicas desembarcaram em vários pontos da costa, ocupando Cantão, Shangai, Amoy e Ningpo --- e penetraram no interior a fim de cortar o Grande Canal Imperial, a principal via comercial entre o norte o sul da China. O avanço dos invastroses foi marcado a cada passo pelo roubo e o massacre da população civil”.

“Os defensores lutaram com grande coragem, mas o atraso da China os condenava à derrota. À tragédia seguia-se a tragédia. Centenas de oficiais e soldados, recusando-se à rendição, mas incapacitados de lutar contra a superioridade das armas britânicas, cometeram suicídio depois de aniquilar a própria família. As tropas britânicas sofreram perto de 500 baixas, e o exército Manchú-chinês 20.000”.

“A derrota da China foi apressada pela incapacidade as vacilações do govêrno imperial. Em 1840, quando a frota britânica se aproximou de um ponte da costa situado a 90 milhas de Pequim, o govêrno ficou apavorado. Apressou-se em negociar com os invasores – ao mesmo tempo que destituía e expulsava o patriótico Lin Tse-hsu sob o pretexto de que sua queima de ópio ‘trouxe a guerra’. Mais tarde, mudou novamente de política e resolveu prender o funcionário manchú Chi Shan (chamado Kissen na literatura ocidental), que negociou com os britânicos”.

“É sintomático do modo como os mandarins feudais roubavam o povo, o fato de que a fortuna pessoal de Chi Shan, quando confiscada pelo Tesouro, incluía 11.00 onças de ouro, 17 milhões de onças de prata, muitas caixas de joias preciosas e perto de 427.000 acres de terra (N. T. – 1 acre = 4.046, 84 m²). No mesmo período, o tamanho médio da pequena propriedade individual era de dois acres. E note-se que Chi Shan não era de modo algum o mais rico dos grandes burocratas da dinastia”.

“Como resultado da guerra, os dirigentes da China feudal foram obrigados a assinar o primeiro dos ‘tratados desiguais’, que levariam em breve o país a seu quase total desaparecimento como nação. O Tratado de Nanquim (1842) e seus protocolos suplementares 1843), estipulava o seguinte:

‘A indenização do ópio apreendido e queimado por Lin Tse-hsu, dando garantias de segurança plena a todos os futuros traficantes do veneno;
A entrega de Hongkong aos britânicos – que dai

em diante passaram a usá-la como base de penetração militar, política e econômica na China;

Abertura dos cinco maiores portos ao comércio britânico e seus estabelecimentos – o que em breve levaria à formação de quistos territoriais sob a bandeira britânica – o embrião das chamadas ‘concessões’, nos principais portos da China;

Isenção aos súditos britânicos de serem julgados pelas leis chinesas, permitindo a aplicação extraterritorial da lei no solo chinês; o princípio de ‘nação mais favorecida’, tratamento êsse que foi logo exigido pelas outras potências, o que terminou por dar a todos os estrangeiros os ‘privilégios’ extorquidos pelos britânicos;

‘O compromisso da China de não taxar em mais de 5 por cento os direitos de importação sôbre as mercadorias estrangeiras. Isto sabotou com antecedência o desenvolvimento de sua indústria nacional.’”

“Vendo a franqueza da China, imediatamente os enviados das outras potências estrangeiras tomaram seus navios de guerra e impuzeram tratados semelhantes. O primeiro deles foi Caleo Cushing, dos Estados Unidos, que jactanciosamente informou aos chineses, ainda sangrando de sua derrota nas mãos britânicas, que recusar as negociações seria ‘um ato de insulto nacional e justa causa para a guerra’. Cushing procurou extorquir o Tratado de Wanghsia (1844) pelo qual, além dos privilégios concedidos aos britânicos, os dirigentes feudais da China concediam mais amplos direitos de extraterritorialidade, redução dos direitos aduaneiros e o direito de navegação interna nas águas territoriais chinesas. ‘Êste Tratato’, blasona o historiador norteamericano Tyler Dennett (x) ³⁹foi ‘tão superior que se tornou imediatamente o modelo para o tratado francês’. Sob a

³⁹ <<Dennett, Teyler – **Os Americanos no Leste da Ásia**, Nova York, 1922, pag. 160. Êste autor é tão entusiasta do tratado que esquece todas normas da ética editorial e intitula dois capítulos de seu livro ‘Vantagens Superiores do Tratado de Cushing’. Êle respeitosa mente chama seu negociador de ‘inteligente’, e louva seu profundo e brilhante senso jurídico’. Um dos pontos superiores que êle aponta é que o tratado de Cushig era, na prática, o ‘deleite dos contrabandistas...’>>.

‘cláusula de nação mais favorecida’, os ingleses gozaram também desses benefícios adicionais”.

“Um outro ponto deve ser notado em relação com a Guerra do Ópio e suas consequências: O papel que os missionários, com o conhecimento da China e do seu idioma, desempenharam na humilhação do país para onde vieram ostensivamente com o único objetivo de pregar o cristianismo”.

“Um deles, o Dr. Gutzlaff agiu como intermediário para a firma negociante de ópio, Jardine, e recebeu um subsídio para sua revista religiosa como recompensa. Embora prussiano, e não inglês, serviu como intérprete das tropas britânicas durante a luta e nas negociações do Tratado de Nanquim”.

“No Tratado de Wanghsia, juntamente com dois outros, Brigman e Parker (êste depois nomeado Ministro Americano na China), que assessoraram o diplomata norteamericano Cushing e o advertiram de ter em conta que a China devia ‘envergar ou quebrar’ – e transmitiu essa ameaça aos funcionários com quem estava tratando”.

“Nauseabunda hipocrisia, naquêle tempo como hoje, descarado cinismo, caracterizavam os pronunciamentos oficiais dos governos de política colonialista que invadiram a China. Durante a guerra, a Grã Bretanha assolava aos quatro ventos que a luta não era por causa do ópio, mas para ensinar aos chineses a não se oporem ao progresso e à liberdade de comércio. Ao terminar a lavratura do Tratado de Nanquim, os negociadores chineses perguntaram ao enviado britânico, Sir Henry Pottinger, de acôrdo com seu próprio relatório, ‘por que nós (os ingleses) não tomávamos a deliberação de ajudar a China, proibindo o cultivo da papoula em nossos domínios, e então impedindo definitivamente um tráfico tão pernicioso para a raça humana’. Pottinger respondeu que, ainda que admitisse ser o tráfico muito tôrpe, o governo britânico não poderia impedi-lo – porque isso seria ‘incompatível com o nosso sistema constitucional’.”

“Tais eram as bênçãos espirituais das ‘*instituições livres*’ do capitalismo – para os comerciantes ocidentais com uma medida, para suas vítimas na Asia com outra. As bênçãos materiais seguiam o mesmo padrão. Em 1850, os lucros do comércio do ópio, que enfraquecia e empobrecia a China, representava 20 por cento da receita do governo britânico na India”.

“Para que o leitor não pense que demos à Guerra do Ópio, que afinal ocorreu há tanto tempo, uma atenção demasiada, é necessário advertir que suas consequências se projetaram muito adiante:

“A importação ‘legal’ de ópio na China continuou até 1917. O limite de 5% para as tarifas de importação sobre as mercadorias estrangeiras, só foi abolido em 1928.

A extraterritorialidade para os estrangeiros na China permaneceu *de jure* até 1942. Na prática, a lei chinesa, nunca foi aplicada aos estrangeiros até a libertação, em 1949.

As exdrúxulas concessões administrativas no solo chinês serviram de trampolim para maiores expansões e agressões”.

“Os privilégios assegurados às mercadorias estrangeiras, isentando-as de segunda taxaço depois de ingressarem no país, davam-lhes uma espécie de ‘status’ de proteção que se estendia aos comerciantes chineses, que nessas condições agiam como simples agentes das firmas inglesas e americanas, em qualquer parte do país. Tais comerciantes e agentes estiveram entre os primeiros representantes das ‘classes conservadoras’ que haveriam de desempenhar um papel tão degradante na sujeição da China ao imperialismo”.

“Estas são algumas das razões por que uma clara ideia a respeito da Guerra do Ópio ainda é muito necessária para a compreensão de certos acontecimentos de nosso país na atualidade”.

.....
Página 71.

Aquí convém deixar tôda covardia;

Tôda vileza convém que fique aqui.

BIBLIOGRAFIA

Depois de uma série de longas citações cuidadosamente referidas, à medida que íamos desenvolvendo nossas considerações, achamos desnecessária uma lista bibliográfica. Ficamos mesmo em dúvida sôbre o sentido que ela deva ter.

Obras para familiarizar o leitor com a corrente do pensamento que defendemos, bastaria citar genêricamente os clássicos do marxismo, aconselhando a ler tudo que haja escrito o “homem das quatro letras” e seu ilustre colaborador. Só isso daria umas cinco centenas de alentados volumes.

Mas numa tese a bibliografia também preenche a função de orientar os interessados em descobrir as preferências literárias da “vítima”. Sob êsse aspecto é que se torna uma tarefa assaz enfadonha e sem grande mérito. Basta tempo, papel e paciência, para ir às estantes anotando os livros que quizermos. Tortura-nos o receio de cometer uma injustiça. Tudo que já lemos, vimos e ouvimos, ajudou de uma forma ou de outra a modelar as nossas convicções. E tem de ficar esquecido...

Enfim, “noblesse oblige”. Vamos cumprir mais êsse requisito legal, excluindo arbitrariamente tudo que se relaciona diretamente com as ciências jurídicas, a Filosofia do Direito, Economia, Pedagogia e Didática, por motivos óbvios, em face de nossa formação profissional.

Aegert, E. – (Presses Universitaires de France – Paris, 1947) – Les Grandes Religions (Que Sais Je?)

Amado, Jorge – (Editorial Claridad, Buenos Aires, 1942) – Vida do Luiz Carlos Prestes

Allain, L. M. – (Presses Universitaires de France, Paris, 1949 – Le Travail Ouvrier (Que Sais Je?)

Aguiar, Pinto de (Livraria Progresso Editora, Salvador, Bahia, 1958) – Notas sobre o Enigma Bahiano

Angrand, C. – E. Garandy – (Lautaro, Buenos Aires, 1947) – Curso Elemental de Filosofia

Allain, L. M. – (Presses Universitaires de France, Paris, 1949) – Le Travel Ouvrier (Que Sais Je?)

Altavilla, Jaime de – (Edições Melhoramentos, S. P., s/d.) – Origem dos Direitos dos Povos

Altavilla, Jaime de – (Maceió, 1949) – Canto Nativo

Altavilla, Jaime de - (Casa Ramalho Editora, Maceió, 1940) – Portugal e Brasil de D. João VI

Altavilla, Jaime de – (Tipografia Alagoana, Maceió, 1935) – História da Civilização de Alagoas

Altavilla, Jaime de – (Cia. Melhoramentos, S. P., s/d) – O Quilombo dos Palmares

Ávila e outros, Pe Fernando Bastos de – (Agir, Rio 1958) – Divórcio para os não Católicos

Avelar, Romeu de – (Rio, 1938) – Calabar

Albuquerque, Pe. Julio de – (Albanel Irmãos, Avinhão, França, 1925) – Alma das Catedraes

Andrade, Almir de – (Schmidt Editor, Rio, 1933) – A Verdade Contra Freud

Azevedo, Thales de – (Livr. Progresso Editora, Salvador, Bahia, 1951) – Civilização e mestiçagem

Alaleona, Domingos – (Ricordi Brasileira, S. P., 1953) – História da Música

Asrratian, E. A. – (Editorial Quetzal, Buenos Aires, 1960) – Pávlov, Sua Vida e sua Obra Científica

Avarin, V. – (Editorial Cartago, Buenos Aires, 1959) – Descomposición del Sistema Colonial

Angelergues, R. – E. Beaulieu e outros – (Les Edition Sociales, Paris, 1957) – Pávloc er Pávlovisme

Albright, William Foxwell – (Doubleday Anchor Book, N. Y., 1957) – From the Stone Age to Christianity

Aragon – (Éditions Sociales, Paris, 1947) – La Culture et les Hommes

Almeida, D1 – (Soc. Bíblicas Unidas, Rio, s/d.) – Bíblia

Araquistain, Luis – (Editorial Lex, La Habana, 1961) – La Agonia Antillana – el Imperialismo yanqui en el mar Caribe

Barbosa, Rui – (Simões Editor, Rio, 1958) – A Questão Social e Política no Brasil

Barbosa, Rui – (Simões Editor, Rio, 1957) – A Imprensa e o dever da Verdade

Barbosa, Rui – (Simões Editor, Rio, 1957) – Oração aos Moços

Basbaum, Leôncio – (Espasa, Rio, s/d.) – Fundamentos do Materialismo

Basbaum, Leôncio – (Editora Obelisco, S. P., 1958) – Sociologia do Materialismo

Barroso, Gustavo – (Emprêsa Editorial ABC Ltda, Rio, 1937) – Integralismo e Catolicismo

Bastide, Roger – (Difusão Européia do Livro, S. P., 1959) – Brasil Terra de Contrastes

Bastos, Abguar – (Editorial Calvino, Rio, 1946) – Prestes e a Revolução Social

Bastide, Roger - (Casa do Estudante, Rio, 1916) – Psicanálise do Cafuné

Bíblia Sagrada – (Edições Paulinas, S. P., s/d)

Benedict, R. – G. Welfish – (Edições Horizonte, Rio, 1945) - As Raças Humanas

Beer, Max – (Editorial Calvino, Rio, 1944 – 2 vols.) – História do Socialismo e das Lutas Sociais

Burckardt, Jacob – (Zahar Editora, Rio, 1961) – Reflexões sobre a História

Brandão, Otávio – (Rio, 1945) – O Caminho

Brasil, Pe. Francisco de Sales – (Editôra Era, Salvador, Bahia, 1953) – as Fontes do Divórcio

Blavatsky, H. P. – (Editora Teosófica Adyar, S. P., 1951) – As Origens do Ritual da Igreja e da Maçonaria

Brandt, Carlos - (Editôra Nicolas B. Ries, Buenos Aires, 1940) – Giordano Bruno, el Martir Más Autêntico en la História

Butcher, Margaret Just – (Editôra Fundo de Cultura, Rio, 1960) – O Negro na Cultura Americana

Büchner, Luiz – (Livraria Internacional, Lisboa, s/d.) – Na Aurora do Século XX

Bollnow, Otto Friedrich – (Saraiva & Cia., S. P., 1946) – Filosofia Existencial

Carvalho, Orlando M. – (Agir, Rio, 1947) – U. R. S. S.

Cachim, Marcel – (Editions Sociales, Paris, 1946) – Science et Religion

Clochê, Paul – (Presses Universitaires de France, Paris, 1949) – Le Siecle de Pericles

Casanova, Laurent - (Edition Sociales, Paris, 1949) – Le Part Comuniste, lês Intelectuels et la Nation

Comitê Central do Partido Comunista (bolchevique) da U. R. S. S. – (Ed. Horizonte, Rio, 1947) – História do Partido Comunista da U. R. S. S.

Carvalho, Apolônio de – (Edições Horizonte, Rio, 1946) – Os Problemas da Juventude Brasileira

Cícero, Marco Túlio – Livr. Acadêmica, Rio, 1955) – As Catilinárias

Campos, Geir – (Livr. S. José, Rio, 1959) – O Sonho de Calabar

Chateaubriand – (Em Casa de Cruz Coutinho, Editor, Pôrto, 1860) – O Gênio do Cristianismo (Trad. de Camillo Castello Branco)

Comte, Augusto – (Emiel Editôra, Rio, 1940) – Problemas Sociais

Costa, Cruz – (Cia. Editôra Nacional, Rio, 1956) – O Positivismo na República

Costa, S. Guimarães da – (Biblioteca do Exército, Rio, 1957) – Formação Democrática do Exército Brasileiro

Commager, Henry Steele – Allan Nevis – (Pocket Book, U. S. A., 1943) – The Story of the United States

Chase, Gilbert – (Editora Globo, Pôrto Alegre, 1957) – Do Salmo ao Jazz

Cunha, Euclides da – (Livraria Francisco Alves, Rio 1950) – Os Sertões

Carvalho, Delgado de – (Public. do M. E. C. CBPE, INEP, Rio, 1959) – História Geral

Cahier n.º 1 (de Recherches Internationales, França, 2a. edição, 1958) – Origines du Fascisme

Caher n.º 5 – (R. I.) – Aspects du Capitalisme Contemporain

Caher n.º 6 – (R. I.) – Regilion

Caher n.º 9/10 – (R. I.) – Le Deuxième Guerre Mondiale

Caher n.º 19 – (R. I.) – Le Jeune Marx

Caher n.º 22 – (R. I.) – Afrique Noire

Cressol, René – (Éditions Sociales, Paris, 1948) – La vie Chère et Le “Cycle Internal”

Commager, H. S. – S. E. Morrion – (Ed. Melhoramentos, S. P., 1958) – História dos Estados Unidos

Caryle, Thomas – (Ed. Melhoramentos, S. P., 1959) – Os Heróis

Carneiro, Edson – (Editorial Andes, Rio, 1954) – Candomblés da Bahia

Codovilla, Victória – (Editorial Anteo, Buenos Aires, 1947) – Será América Latina Colônia Yankee?

Cruz, Estevão – (Editora Globo, Pôrto Alegre, 1938) – Compendio de Filosofia

Coulanges, Fustel de – (Livr. Clássica Ed., Lisboa, 1945) – A Cidade Antiga

Castello Branco, J. F. – (Livr. Aillaud e Bertrand, Lisboa, 1954) – Cartas D’El Rei D. Carlos I

Castro, Fidel – (Edit. Tierra Nueva, La Habana, 1961) – Humanismo Revolucionário

Durant, Will – (Cia. Ed. Nac., S. P., s/d.) – Filosofia da Vida

Durant, Will – (Cia. Ed. Nac., S. P., 1942) – História da Filosofia

Diégues Júnior, Manuel – (M. E. C. – INEP – Rio, 1960) – Regiões Culturais do Brasil

Descartes – (Atena Editora, S. P., 1954) – Discurso sôbre o Método

Donini, Ambrogio – (Editorial Futuro, Buenos Aires, 1961) – História de las Religiones

Demóstenes – (Edições da Organização Simões, Rio, 1951) – A Oração da Corôa

Engels, F. – (Edições Horizonte, Rio, 1946) – As lutas de Classe na França

Engels, F. – C. Marx – (Editorial Lautaro, Buenos Aires, 1946) – La Guerra Civil em los Estados Unidos

Engels, Friedrich – (Editora Flama, S. P., 1946) – Dialética da Natureza

Engels, F. – (Antena Editora, S. P., 1946) – Socialismo Utópico e Socialismo Científico

Engels, F. – (Editions em Langues Étrangères, Moscou, 1946) – Ludwig Feurbach et la Fin de la Philosophie Classique Allemande

Engels, F. – (Ediciones Pueblos Unidos, Montivideo, Uruguay, 1960) – Anti_Dühring

Engels, F. – (Editorial Calvino, Rio, 1944) – A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado

Engels, F. – (Editorial Lautaro, Buenos Aires, 1941) – La Cuestión de la Vivienda

Engels, F. – C. Marx – (Ediciones Pueblos Unidos, Montevideo, 1959) – La Ideologia Alemana

Enrique R. – (Editora Casa Mandarin, Rio, s/d.) – Juarez

Espíndola, T. B. – (Tipografia do Liberal, Maceió, 1871) – Geografia Alagoana

Efimov, A. – N. Freiberg – (Ed. Vitória, Rio, 1960) – História da Época do Capitalismo Industrial

Efimov, N. – (Editorial Vitória, Rio, 1960) – História Moderna

Epstein, Israel – (New World Press, Peking, 1956) – From the Opium War to Liberation

Fagó, Rui – (Editorial Vitória, Rio, 1960) – Brasil Século XX

Faucett, M. B. M. e L. W. – (Oxford Press University, England, s/d.) – Stories of Greece

Faucett, M. G. M. e L. W. – (Oxford Press University, Englando, s/d.) – Stories of Rome

Faure, Sebastião – (Editora Germinal, Rio, 1960) – Provas da Inexistência de Deus

Freville, Jean – (Éditions Sociales, Paris, 1948) – Les Briseurs de Chaunes, Cent Ans après le Manifeste

Fronzizi, Artur – (Ed. Brasiliense, S. P., 1958) – A Luta Anti-Imperialista (Etapa Fundamental do Processo de Desenvolvimento na América Latina)

Friedlander, L. – (Livr. Progr., Salvador, Bahia, 1954) – A Vida Urbana na Roma Imperial

Franca, Pe. Leonel – (Cia. Editora Nacional, S. P., 1943) – Noções de História da Filosofia

Fernandes, Golçalves – (M. E. C., - Instituto J. Nabuco, Recife, 1958) – Iniciação à Psiquiatria Social

Fonseca, Tomaz da – (Editora Germinal, Rio, 1957) – Fátima

Freiberg, N. – A. E. Efimov – (Ed. Vitória, Rio, 1945) – História da Época do Capitalismo Industrial

Freyre, Gilberto – (Livr. José Olímpio Editora, Rio, 1943) – Estudos Brasileiros de Antropologia

Freyre, Gilberto – (Schmidt Editor, Rio, 1953) – Casa Grande e Senzala

Fonseca, Tomaz da – (Coimbra Editorial, Lisboa, 1949) – Dom Alonso Henriques e a Fundação da Nacionalidade Portuguesa

Glasser, M. – (Editorial Calomino, La Plata, Argentina, 1945) – Como Estudiaban Marx, Engels y sus discipulos

Gerson, Brasil – (Edições Horizonte, Rio, 1946) – Tiradentes, Herói Popular

Guerguievsky, G. P. – (Editorial Calvino, Rio, 1944) – A Verdade sobre a Religião na U. R. S. S.

Garbadian, H. Gordon – Einstein Criador de Universos

Gardiner, Harold C. – S. J. – (Introduction) (Pocket Books, U. S. A., 1952) – The Confessions of St. Augustinus

Gonnard, René – (Livr. Sá da Costa, Lisboa, 1942) – História das Doutrinas Econômicas

Guenther, R. y otros (Editorial Platina, Buenos Aires, 1960) – Estado y Classes en la Antiguedde Esclavagista

Garaudy, Roger (Editions Sociales, Paris, 1946) – Prespectives de l'Homme

Garbedian, H. Gordon (Livro Ed. José Olímpio, Rio, 1942) – Einstein, o Criador de Universos

Guillén, Nicolás – La Paloma de Vuelo Popular

Garaudy, R., C. Angrand (Editorial Lautaro, Buenos Aires, 1947) – Curso Elemental de Filosofia

Gasset, J. Ostegay (Revista Occidente, Madrid, 1948) – La Rebelion de las Masas

Hollanda, Raphael de (Rio, 1940, S/e., s/d.) – A Margem do Conflito Europeu

Hamilton, Edith (The Neu American Library, 1956, U. S. A.) – Mythology

Hàchete, Librairie – Histoire Romaine (Encyclopedie par l'Image)

Henry, Lucien (Editorial Claridad, Buenos Aires, 1960) – Les Origines de la Religion

Irajá, Ernany de (Livraria Victor Ed., Rio, s/d.) – O Sensualismo na Arte

Ibañez, V. Blasco (Editora Paulo Azevedo, Rio, 1959) – Os Jesuitas

Ingenieros, José (Livr. Para Todos, Rio, 1953) – O Homem Mediocre

Ibaruri, Dolores (Edições Horizonte, Rio, 1946) – O Franquismo

Johson – Ver Hewett (Dedo de Canterbury) – O Cristianismo e a Nova Ordem Social na Rússia

Jastrow, J. – (Ediciones Babel, México, s/d.) – História de la Humanidad

José – Olliam (Edição da Ver. Bras. de Estudos Políticos, Fac. Dir. – A Propaganda Republicana em Minas Gerais de Minas Gerais, UMG, 1960)

Jvostov, V.M. – L. A. Zubok (Ed. Vitória, Rio, 1961). – História Contemporânea

Jimenes – Antonio Nuñez – Hacia la Reforma Agrária

Kant, Albert, E. – Michael Sayers (Editora Brasiliense, S. P., 1947) – A Grande Conspiração

Konovov – A. (Editorial calomino, La Plata, Argentina, 1943) – Anedotas de Lenin

Konstantinov – F. V. (Editorial Grijalbo, México, 1960) – Los Fundamentos de la Filosofia Marxista

Kuusinen y otros – Otto V. (Editorial Grijalbo, México, 1960) – Manual de Marxismo-Leninismo

Konstntinov – F. V. (Editorial Grijalbo, México, 1960) – El Materialismo Histórico

Kurnakoff – Sergio N. (Editorial Futuro, Buenos Aires, 1959) – Les Fuerzas Militares de Rusia

Kominisky – E. A. (Ed. Vitória, Rio, 1960) – História da Idade Média

Kovaliov – S. L. – História de Roma (3 vols).

Korea – For the Peaceful Unification of – Memorandum of the Government

Liebknicht, G. – Pablo Lafargue (Ediciones Sociales, La Habana, 1943) – Karl Marx – Recuerdos de su Vida y su Obra

Losovski – A. (Edições Horizonte, Rio, 1943) – Marx e os Sindicatos

Lênin – V. I. (Editorial lautaro, Buenos Aires, 1946) – El Izquierdismo

Lênin – V. I. (Ediciones Socialaes, La Habana, 1940) – El Estado y la Revolución

Lênin – V. I. (Ediciones Pueblos Unidos, Montivideo, 1959) – Materialismo y Empiriocriticismo

Lênin – V. I. (Editorial Vitória, Rio, 1947) – O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo

- Lima Jr. – Felix** (Casa Ramalho Editora, Maceió, 1954) – Mapirunga
- Lima Jr. – Felix** (Maceió, 1954) – O Caçador de Pérolas
- Lande – Fernando** (Cia. Educação Nacional, Pôrto, s/d.) – Contos Populares Russos
- Lubbock – Jonh** (Editorial Tor, Buenos Aires, s/d.) – La Dicha de Vivir
- Lima Major A.B. de** (in Rev. Clube Militar, n. 108, Rio, 1950) – Reflexões sôbre a Guerra da Coréia
- Lobato – Monteiro** (Editorial Vitória, Rio, 1947) – Zé Brasil
- Lefbvre – Henry** – Critique da la Vie Quotidienne
- Labauve – Eugene** (Editorial Século, Lisboa, s/d.) – A Campanha de Napoleão na Rússia
- Lenzmann – I.** (Editions em Langues Etrangéres, Moscu, 1961) – L’Origine du Christianisme
- Lafargue, Paul** (in Divulgação Marxista, nº 8, Rio, 1/11/1946) – Porquê a Burguesia Crê em Deus
- Lyssenko, T. D.** (Ed. Vitória, Rio, s/d.) – A Herança e sua Variabilidade

Labume, Eugene (Edit. Século, Lisboa, s/d.) – A Campanha de Napoleão na Rússia

Lambert, Jacques (M. E.C. – INEP – CEPE, rio, 1959) – Os Dois Brasis

Lima, A. de Figueiredo (Editora Germinal, Rio, 1958) – Os Templários

Loon, Hendrick Willen Van (Pocket Book, U. S. A., 1940) – The Story of Mankind

Latif, H. B. (Agir, Rio, 1959) – O Homem e o Trópico

Link, Henry C. – The Return to Religion

Lamb, C. & M. (Ward, Lock & Co. Ltda., London, s/d.) – Tales from Shakespeare

Leuchesenring, Emílio Roig de (M. R. E., La Habana, 1961) – Marti Antimperialista

Maitain, Jacques (Agir, Rio, 1960) – Princípios de uma Política Humanista

Maitain, Jacques (Ed. Fundo de Cultura, Rio, 1959) – Reflexões sôbre os Estados Unidos

Magil, A. B. (Edições Horizonte, Rio, 1945) – Os Carteis, uma Ameaça para o Mundo de Apó_Guerra?

Marti, José (Min. Ed., La Habana, 1961) – Ideário Pedagógico

Marx, K., F. Eagles (Editorial Anteo, Buenos-Aires, 1958) – El Papel Del Trabajo en la Transformación del Mono em Hombre)

Marx, Karl (Editora Flama, S. P., 1946) – Crítica da Economia Política

Marx, K., Frederico Engels (Editoria Calomino, La Plata, Arg., 1946) – Manifesto Comunista

Marx, Karl e F. Engels (Ediciones Pueblos Unidos, Montivideo, 1959) – La Ideologia Alemana

Marx, K., F. Engels (Editora Grijalbo, México, 1959) – La Sagrada Família y otros escritos filosóficos de la primera época

Marx, K., F. Engels (Editorial Cartago, Buenos Aires, 1959) – Sobre la Religion

Marx, Karl (Ediciones Fuente Cultural, México, 1946) – El Capital (5. vols.)

Marx, Karl (Edições Horizonte, Rio, 1946) – Salário, Preço e Lucro

Mischulin, A. V. (Editorial Futuro, Buenos Aires, 1960) – História de la Antigüedad

Mello, Afranio Cavalcanti (Tipografia Brasil, Maceió, 1944) – A Guerra contra o Nazismo

Mello, Arnon de (Paulo, Pongetti & Cia., Rio, 1931) – Os Sem Trabalho da Política

Meliujin, S. (Editorial Grijalbo, México, 1960) – El Problema de lo Finito y lo Infinito

Moerbeek, Jan Andries (I. A. A. – 1942) – Os Holandeses no Brasil

Moura, Clovis (Edições Zumbi, S. P., 1959) – Rebeliões da Sensala

Miller, René, F”ul”op (Edição da Livr. do Globo, Rio, 1946) – Os Jesuitas seus Segredos e seu Poder

Morel, Edgar (Irmãos Pongetti, Editores, Rio, 1959) – A Revolta da Chibata

Morus, Thomas (Atena Editora, S. P., s/d.) – A Utopia

Mayer, Ruy (Livraria Sá de Costa, Alcobaça, Portugal, 1948) – As Geórgicas de Vergílio (Trad. e Com.)

Mathiez, Albert (Atena Editora, S. P., s/d.) – História da Revolução Francêsa

Magil, A. B. (Edições Horizonte, Rio, 1945) – Os Cortéis, uma Ameaça para o Mundo de após-guerra?

Naillen, A. van der (H. Garnier, Livreiro Editor, Rio, 1960) – Nos Templos do Himalaia

Nevina, Allen, Henry Steele Commager (Pocket Book, U.S. A., 1943) – The Story of the United States

Nietzche, Fredrich (Editora Cúpola, S.P., s/d.) – A Origem da Tragédia, Proveniente do Estpírito da Música

Nietzsche, F. (Edição da Organização Simões, Rio, 1953) – A Genealogia da Moral

Nogueira, Ruben (Progresso Editora, Salvador, Bahia, 1954) – História de Ruy Barbosa

Palmeira, Sinval (Rio, 1947) – Liberdade de Ser Comunista

Parent-Duchatellet e outros (Livr. Ad. Antônio de Carvalho, S.P., s/d.) – História da Prostituição

Pereira, Osny Duarte (Editora Fulgor, S.P., 1958) – A Desnacionalização da Amazônia

Politzer, George (Ediciones Inca, Buenos Aires, 1960) – Princípios Elementales de Filosofia

Politzer, George (Editions Sociales, Paris, 1947) – Revolution et Contre Revolution au XXe Siècle

Platão (Editora Globo, Rio, 1945) – Os Diálogos

Pio, F. de Oliveira (Editora Germinal, Rio, s/d.) – Fascimo Ibérico

Plekhanov, G. (Editorial Virória, Rio, 1956) – A Concepção materialista da História

Plejanov, J. (Ediciones en Lenguas Extranjera, Moscu, 1946) – El Papel del Individuo en la História

Plejánov, J. (Editorial Calomino, La Plata, 1946) Materialismo Militante

Plekhanov, G. (Ed. Vitória, Rio, 1956) – Questões Fundamentais do Marxismo

Peron, Eva (Edições Freitas Bastos, Rio, s/d.) – Razão de Minha Vida

- Pombo, Rocha** (Ed. Melhoramentos, S.P., 1946) – História do Brasil
- Potter, Charles F.** (Editora Universitária, S.P., 1944) – História das Religiões
- Portella, L., E. Rodrigues** (Editora Germainal, Rio, 1957) – Na Inquisição de Salazar
- Prestes, L.C.** (Editorial Vitória, Rio, 1946) – Problemas Atuais da Democracia
- Prestes, Luiz Carlos e outros** (Rio, s/d.) – Estudos e Depoimentos
- Prestes, L. C.** (Edições Horizonte, Rio, 1945) – União Nacional para a Democracia e o Progresso
- Prestes, L. C.** (Edições Atualidades, Rio, 1948) – Os Comunistas e a Religião
- Peyret, Henry** (Presses Universitaires de France, Paris, 1948) – La Bataille des Trusts
- Prado Jr., Caio** (Editôra, S. P., 1945) – Dialética do Conhecimento
- Prado Jr., Caio** (Editora Brasiliense, S. P., 1959) – Notas Introdutórias à Lógica Dialética
- Prado, Eduardo** (Editora Brasiliense, S. P., 1954) – A Ilusão Americana
- Paleikat, Jorge** (Livra, do Globo, P. Alegre, 1954) – Diálogos de Platão

Perruchot, H. (Hachette, Paris, 1958) – La France et as Jeunesse

Portuondo, José Antonio (M. R. E., La Habana, 1960) – Bosquejo Histórico de las Letras Cubana

Querino, anuel (Livr. Progresso Editora, Salvador, Bahia, 1954) – O Africano como colonizador

Ramos, Artur (Casa do Estudante do Brasil, Rio, s/d.) – O Negro na Civilização Brasileira

Ramos, Plínio de Abreu (Editora, Fulgor, S. P., 1958) – Foster Dulles e a Invasão da Guatemala

Reis, Artur Cezar Ferreira (Cia. Ed. Nac., S. P., 1960) – A Amazônia e a Cobiça Internacional

Reed, John (Editorial Calomino, Rio, 1945) – 10 Dias que Abalaram o Mundo

Remarque, E. M. (Edições América Latina, Buenos Aires, s/d.) – Nada de Novo na Frente Ocidental

Renan, Ernesto (Livr. José Olímpio Editora, Rio, 1944) – Recordações da Infância e da Juventude

Revunenkov, V. G. (Editorial Futuro, Buenos Aires, 1954) – História de los Tiempos Actuales

Riazanov, D. (Editorial Claridad, Buenos Aires, 1946) – Curso de Marxismo de la Academia de Moscu

Ribeiro, João (Livr. Clássica Editôra, Lisboa, 1903) – Crepúsculo dos Deuses

Ribeiro, J. (Livraria São José Editora, Rio, 1953) – História do Brasil

Ribeiro, René (M. E. C. – Rio, 1956) – Religião e Relações Sociais

Rosenthal, M. (Editorial Vitória, Rio, 1946) – Da Teoria Marxista do Conhecimento

Rosental, M. M. e G. M. Starks (Editorial Grijalbo, México, 1960) – Categorias del materialismo Dialético

Rodrigues, Nina (Livra. Progresso Editora – A Tróia Negra

Rezende, Prof. Leônidas de (Editorial Calvino, Rio, 1946) – Pequena História da Revolução Bolchevique

Rousseau, J. J. (Edições Cultura, S. P., 1944) – O Contrato Social

Rubinstein, S. L. (Ediciones Pueblos Unidos – Montivideo, 1960) – El Ser y la Consciencia

Rodrigues, E., L. Portela (Editora Germinal, Rio, s/d.) – Na Inquizição de Salazar

Roca, Elas (Edicones Populares, La Habana, 1961) – Los Fundamentos del Socialismo en Cuba

Rojas, R., Marta (Editorial Tierra Nueva, La Habana, s/d.) - <<Moncada>> - el Creador fué Marti

Silva, Gastão Pereira da (Atlântica Editora, Rio 1933) – Lênine e a Psícanalise

Scheinfeld, Amran, Schewitzer, Prof Morton D (José Olímpio, Rio s/d.) – Você e a Hereditariedade

Shcheglov, A. V. (Editorial Vitória, Rio, 1945) – História da Filosofia

Stalin, Joseph (Edições Horizonte, Rio, 1945) – Sôbre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico

Soromenho, Castro – Terra Morta

Shakespeare – (Editôra Cultura Popular, S. P., 1950) – Henrique IV

Schoppenhauer, Artur (Ed. e Publ. Brasil, S. P., 1952) – O Livre Arbítrio

Seé, Henri (Livraria Félix Alcan, Paris, s/d.) – Materialisme Historique et Interprétation Economique de la Histoire

Schegoleva, M. (Ed. Horizonte, Rio, 1945) – A Fúria Nazista constra Leon Tolstoi

Silva, Gastão Pereira da (Edições Mundo Latino, Rio, 1943) – Para Conhecer Freud

Sorokin, Pitirin A. (Editora Universitária, S. P., s/d.) – Rússia e Estados Unidos, Paralelo Econômico e Social

Strong, Anne Louise (Editorial Calvino, Rio, 1945) – A Rússia na Paz e na Guerra

Sayers, Michael, Albert Kahn (Editorial Brasiliense, S. P., 1947) – A Grande Conspiração

Staden, Hans (Livr. Progresso Ed., Salvador, Bahia, 1955) – Viagem ao Brasil

Sodré, N. Wernech (M. E. C. – CBPE – INEP, 1960) – O que se Dever Ler para Conhecer o Brasil

Scott, Sir Walter (Irmãos Pongetti, Rio, s/d.) – Ivanhoe

Scheinfeld, Amram, Schweitzer, Prof. M. D. (Livr. J. Olímprio, Rio)

Stoléto, V. (Trad. de Carlos Taylor, Rio, 1950) Mendel ou Lysenk? – Dois Caminhos em Biologia

Silva, Pedro Ferreira (Organização Simões, Rio, 1953) – Três Enganos Sociais

Segal, Luis (Ediciones Fuentes Cultural, México, 1945) – Estrutura y Ritmo de la Sociedad Humana

Siqueira, José (Cia. Editora Americana, Rio, 1954) – Música para a Juventude

Schmidt, Prof. M. G. (Atena Editora, Rio, s/d.) – História do Comércio Mundial

Souza, Celestino de (Livraria Internacional, Lisboa, 1911) – A Revolução Francêsa

Segismundo, F. (Ed. Vitória, Rio, 1949) – História Popular da Revolução Praieira

Sheen, Fulton J. (Agir, Rio, 1956) – Filosofia em Luta

Stern, Frederichk Martin (Rinehast, Cia., N. Y., 1951) – Capitalism in America – A Classless Society

Spenlé, J. C. (Saraiva & Cia., S. P., 1942) – O Pensamento Alemão, de Lutero a Nietzsche

Stalin, Joseph (Editions Sociales, Paris, 1945) – L'Homme, Le Capital de Plus Precieux

Stalin, J. (Editions en Langues Etrangères, Moscou, 1946) – Por une Formation Bolchevique

Stalin, J. (Ediciones en Lenguas Extranjeras, Moscou, 1951) – Cuestiones del Leninismo

Smith, F. M. Urling (Oxford Pressa University, England, s/d.) – Tales from the Arabian Nights

Santos, Oscar Pino (Editorial Tierra Nueva, Habana, 1959) – La Estrutura Econômica de Cuba

Sung, Kim II (Report by) (Government Press, Pyongyang, 1960) – Celebration of the Liberation of the Korean People

Tahan, Malba (Coleção Portatil, Rio, 1948) – Lendas do Povo de Deus

Tapajós, Vicente (Cia. Editora Nacional) História do Brasil

Tarlé, Eugene (Edições Horizonte, Rio, 1945) – A Grande Revolução Francêsa

Tavares, Luiz Henrique Dias (Ed. Civ. Brasileira, Rio, 1959) – História da Bahia

Thomas, Henry, Dama Lee Thomas (Garden City Publishing, N. Y., 1941) – Great Philosophers

Teixeira, Anísio (Ed. Civ. Brasileira, Rio, 1960) – Pensamento e Ação

Tilgher, Adr (Librairie Félix Alcan, Paris, 1951) – Le Travail dans lês Moeurs et dans lês Doctrines

Tolstoi, L. N. (Cia. Bras. de Artes Gráficas, Rio, s/d.) – Sonata a Kretzer

Ulanov, Barry (Editôra Civilização Brasileira, Rio, 1957) – A História do Jazz

Valente de Lima, Edgard (Imprensa Oficial, Maceió, 1950) – Pauperismo e Riqueza

Vaillant, Roger (Editions Sociales, Paris, 1946) – Le Surréalisme contre la Revolution

Vargas, Getúlio (Ed. J. Olímpio, Rio, 1951) – Campanha Presidencial

Vatzyayana (Edições e Publ. Brasil, S. P., s/d.) – Kama Sutra – Teologia Hindù

Villeneuve, Bagnex de (Cia. Gráfica Mundial, S. P., s/d.) – Crônica Escandalosa dos Doze Césares

Vieira, Pe. Antônio (Livr. Progr. Editôra, Salvador, Ba., 1955) – A Invasão Holandesa da Bahia

Vieira, Pe. Antônio (Livr. Progr. Ed., Salvador, Bahia, 1957) – Os Sermões

Varga, Eugene (Editorial Cartago, Buenos Aires, 1959) – Probl. Fund. de la Economia y de la Política del Imperialismo

Vianna, Oliveira (Livraria José Olímpio Editora, Rio, 1959) – Raça e Assimilação

Webb, Sidney e Beatrice (Ed. Calvino, Rio, 1945 – 5 vols.) – U. R. S. S. – Uma Nova Civilização

Wells, H. G. (Cia. Ed. Mac., S. P., 1940) – História do Futuro

Wells, H. G., J. Stalin (Ed. Horizonte, Rio, 1946) – Marxismo e Liberalismo

Weltfish, Gene, Ruth Benedict (Edições Horizonte, Rio, 1945) – As Raças Humanas

Whitehead, Alfred North (Editorial Nova, Buenos Aires, 1951) – El Devenir de la Religion

Zaslavski, D. (Editions Sociales, Paris, 1946) – La Democratie Societique

Ziska, Anton (Edição da Livraria Globo, Pôrto Alegre, 1939).

ÍNDICE

Apresentação	21
1a. Parte – Introdução:	
Capítulo I – O Materialismo Dialético Gnoseologia Marxista.....	27
Capítulo II – O Materialismo Histórico	41
Capítulo III – Os Deturpadores do Marxismo	61
2a. Parte –	
Capítulo I – A Deformação da História	67
Capítulo II – Os Ídolos Através dos Tempos	71
I – A Pré-História.....	71
II – Oriente e Civilização Greco Romana	73
III – Nos Fins da Idade Média	79
IV – No Colonialismo dos Tempos Modernos.....	81
V – ‘Civilizando’ a China Feudal: Guerra do ópio.....	84
VI – Conclusões.....	93
Anexos	
Tradução dos textos em línguas estrangeiras	97
Bibliografia	113

Composto e impresso nas oficinas da “Imprensa Oficial”

Maceió – Alagoas

ERRATA

Página – Linha – Onde está – Leia-se

23	6a.	ressistir	resistir
“	15a.	por	pôr
“	35a.	fracção	facção
28	15a.	avez	avec
“	16a.	raptsorst	rappts
29	3a.	eil-même	elle-même
“	3a.	L'idé	L'idée
“	27a.	êssa	essa
30	11a.	luer	leur
32	3a.	dissociem	dissociam
“	19a.	eyes	leyes
33	1ª.	escolhas	escolhos
34	23a.	pode	pôde
“	25a.	desprêso	desprezo
“	29a.	formulados	formuladas
“	30a.	fara	para
35	5a.	forma	foram
36	16a.	conferiro	conferir

37	33a.	resolvêlas	resolvê-las
“	42a.	Editora	Editôra
42	30a.	período	períodos
43	3a.	deles	deles
“	14a.	coexistindo	coexistindo
48	25a.	éculo	século
“	30a.	dcretos	decretos
50	30a.	de	da
“	15a.	frenta	frente

51	3a.	transfarecer	transparecer
53	17a.	Chelling	Schelling
“	20a.	ofi	foi
“	36a.	enconteri-me	encontrei-me
54	30a.	ofrmular-se	formular-se
57	24a.	ter	Ter
65	21a.	Gleen	Giena
“	30a.	tantas	tantos
68	12a.	subdeseenvolvidos	subdesenvolvidos
“	30a.	co mos	com os
“	31a.	su agradação	sua gradação
“	32a.	equilibrdo	equilibrado
“	32a.	permitem	permite
69	21a.	poeríamos	poderíamos
“	28a.	e malta	em alta
“	31a.	<<ovum	<<Novum
“	38a.	itneligência	inteligência
“	44a.	d amultidão	da multidão
70	1a.	investiga	investigador
“	9a.	tôda a	tôdas as
72	12a.	lAlguns	Alguns

73	30a.	chegara ma	chegaram a
74	19a.	para a não	para não
“	33a.	do heroísmo	de heroísmo
77	24a.	monotemo	monoteísmo
“	27a.	neles	nêles
78	7a.	for	fôr
“	28a.	em a nber	eu Haber
81	1a.	deformação	de deformação
“	19a.	circuação	circulação
82	38a.	produço	produção
83	3a.	lançado	lançando
“	28a.	sofismo	sofismas
“	31a.	auto determinação	autodeterminação
“	34a.	civiizados	civilizados
85	30a.	lhe	lhes
86	7a.	tirara	tirar
“	31a.	pos	pôs
“	35a.	Através	Através
87	12a.	lucrativa	lucrative
“	22a.	vaue	value
“	29a.	nationa	national

“ 35a. Kiduappe Kidnapped

“ 42a. Compnay Company

87 39a. back out of colonialism back out of hef people in enforced tribute.

This, in the onward march of colonialism belonging

88 5a. beconging belonging

“ 11a. cloting clothing

“ 12a. grow grown

89 1a. onde ggroup one group

“ 15a. vocaknessa weakness

91 8a. plaved played

“	8a.	humiliation	humillation
“	11a.	fothen	of them
“	21a.	unblusing	unblushing
92	4a.	fothe	of the
“	29a.	The se	These
“	30a.	nuder stan ding	understanding
93	6a.	veze	vez
“	28a.	mudaria	mudaríamos
97	1a.	já precisa	já não precisa
99	28a.	no	não
101	34a.	fa	fé
106	7a.	invastroes	invasores
108	29a.	no	não
“	30a.	e enão	-

ANEXOS (TRADUÇÃO DOS TEXTOS)

ERRATA

Página	N.º	Onde se lê	Leia-se
97	2	Página 2	Página 22
100	7	Página 11	Página 33

100	8	Página 12	Página 34
100	9	Página 14	Página 35
100	10	Página 14	Página 36
101	11	Página 15	Página 37
101	30	Página 40	Página 64
101	31	Página 41	Página 66
109	31	Página 71	Página 94